

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

VAGNER CORRÊA DE LIMA

DEBATENDO A LEGALIDADE:
A crise da renúncia, o Congresso Nacional e a solução parlamentarista
(Agosto/setembro de 1961)

NITERÓI, RJ
2018

VAGNER CORRÊA DE LIMA

**DEBATENDO A LEGALIDADE:
A crise da renúncia, o Congresso Nacional e a solução parlamentarista
(Agosto/setembro de 1961)**

Dissertação de apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense como requisito à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador:
Professor Doutor Jorge Ferreira

Niterói, RJ
2018

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG

L732d Lima, Vagner Corrêa de
Debatendo a Legalidade: A crise da renúncia, o Congresso Nacional e a solução parlamentarista (Agosto/setembro de 1961) / Vagner Corrêa de Lima; Jorge Ferreira, orientador. Niterói, 2018.
125 f.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

1. Legalidade. 2. Parlamentarismo. 3. Terceira República. 4. Constituição, 1946. 5. Produção intelectual. I. Título II. Ferreira, Jorge, orientador. III. Universidade Federal Fluminense. Instituto de História.

CDD -

VAGNER CORRÊA DE LIMA

**DEBATENDO A LEGALIDADE:
A crise da renúncia, o Congresso Nacional e a solução parlamentarista
(Agosto/setembro de 1961)**

Dissertação de apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense como requisito à obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em 18 de abril de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jorge Ferreira (Orientador)
UFF – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Américo Freire (Arguidor)
CPDOC/FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas

Prof. Dra. Andréa Casa Nova Maia (Arguidor)
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Niterói, RJ
2018

A Vanessa, José Henrique e José Eduardo

Agradecimentos

Em primeiro lugar a Deus por tudo em minha vida e a Nossa Senhora por sua materna intercessão.

A minha esposa Vanessa, companheira de todas as horas, e a meus filhos José Henrique e José Eduardo pelas horas em que compreenderam minhas ausências e por terem aberto mão de seu tempo comigo para que este trabalho pudesse ocorrer. A meus pais, Tarcízio e Vilma, pelo incentivo que me deram nos estudos ao longo de toda a vida e também a minha sogra, Maria Serrath pelas palavras de apoio e orações.

Agradeço de forma especial ao meu orientador, professor Jorge Ferreira que muito contribuiu com sua experiência, com seus preciosos conselhos e com suas importantíssimas exortações. Sem sua dedicação e zelo este trabalho não seria possível.

Também aos excelentes professores que me acompanharam nesta caminhada na graduação e na pós-graduação na Universidade Federal Fluminense, em especial os que estiveram comigo ao longo deste trabalho, Gizlene Neder, Gisálio Cerqueira Filho, Cecília Azevedo e Janaína Martins. Ressalto também as sugestões e críticas da Banca de Qualificação, agradecendo aos professores Angélica Müller e Thiago Mourelle. Igualmente agradeço aos membros da Banca de Mestrado, professores Américo Freire, Andréa Casa Nova Maia e Karla Guilherme Carloni.

Agradeço aos amigos historiadores Salomão Pontes Alves, Felipe Ribeiro, Fábio Reis e Bruno Tamancoldi, tão importantes nesta minha retomada da atividade de historiador depois de tanto tempo. Seus conhecimentos e incentivo também estão presentes aqui. Também aos irmãos diáconos Alceir, Neilo e Tony pelas orações e partilhas.

Um agradecimento especial aos colegas da Caixa Econômica Federal, Agência Duque de Caxias/RJ, que foram compreensivos e solícitos, permitindo que me ausentasse em alguns momentos para a realização deste trabalho, além de todo o apoio que me deram. Destaco o importante papel dos que exerciam a chefia direta, Marcelo Couto, André Gustavo, Israel Ferreira, Carla Valença, Renata Dainez e Jean Araújo, além do agradecimento duplo à amiga Camila Dias, historiadora e colega de Caixa.

Por fim, agradeço de coração a todos aqueles que, ao longo deste trabalho contribuíram com palavras de incentivo, com orações e com diversas formas de apoio. Tenho a consciência que um trabalho como este é fruto da colaboração de muitas pessoas. Muito obrigado.

*“Em si mesma, a loucura é já uma
rebelião. O juízo é a ordem, é a
constituição, a justiça e as leis.”*

Machado de Assis

RESUMO:

O presente trabalho trata da crise iniciada pela renúncia do presidente Jânio Quadros, ocorrida em 25 de agosto de 1961. Esta crise desdobrou-se em um veto dos ministros militares à posse do vice-presidente João Goulart, que estava em viagem à China. Houve reação popular e a recusa do Congresso em aceitar o *impeachment* do vice-presidente e reações diversas à pressão dos ministros militares. Nesta pesquisa é abordada, a partir da ótica do Congresso Nacional, a resistência à tentativa de golpe militar e também os debates em torno da implantação do parlamentarismo como forma de solucionar a crise. São analisados os discursos dos parlamentares e demais registros dos *Anais da Câmara dos Deputados* e dos *Diários do Congresso Nacional*, confrontados com fontes da imprensa da época e com a bibliografia existente sobre o assunto. A pesquisa identifica nas posições assumidas pelos parlamentares, os elementos que levaram à resolução da crise político-militar, dentro de uma profunda discussão sobre a necessidade de se respeitar a Constituição para assegurar a democracia. Utiliza-se a metodologia da nova história política, pela qual, nas últimas décadas, a história cultural tem se tornado um referencial na história política, principalmente na produção de trabalhos acadêmicos.

Palavras-chave: Legalidade. Parlamentarismo. Terceira República. Constituição, 1946.

ABSTRACT:

The present work deals with the crisis that began with President Janio Quadros's resignation on August 25, 1961. This crisis unfolded in a veto of the military ministers to Vice President João Goulart's tenure, who was traveling to China in the occasion. There was popular reaction and Congress's refusal to accept the vice president's impeachment and many reactions to the pressure of the military ministers. This research is approached from the perspective of the National Congress, the resistance to the attempt of military coup and also the debates around the implantation of parliamentarism as a way to solve the crisis. The speeches of the parliamentarians and other records of the *Annals of the Chamber of Deputies* and of the *Diaries of the National Congress* are analyzed, comparing them with sources of the press from that time and also with the existing bibliography on the subject. The research identifies in the positions taken by parliamentarians, the elements that led to the resolution of the political-military crisis, within a deep discussion on the need to respect the Constitution to ensure democracy. The methodology of the new Political History is used, for which, in the last decades, Cultural History has become a reference in Political History, mainly in the production of academic works.

Keywords: Legality. Parliamentarism. Third Republic. Constitution, 1946.

Sumário

Introdução	1
Capítulo I – Constituição e atores políticos na experiência democrática (1945-1961)...	8
A Constituição de 1946	8
Os militares e a política	12
O sistema partidário	18
As eleições de 1960: Lott e Jânio	26
O governo Jânio Quadros	30
Capítulo II – A renúncia e o debate parlamentar	36
A renúncia	36
O dia seguinte: outras discussões e possibilidades	47
Ministros militares denunciados	63
Capítulo III – O Congresso na busca de solução	77
Um Congresso acuado	77
A sociedade se levanta – a Campanha da Legalidade	85
A solução encontrada: a emenda parlamentarista entra em discussão	92
A votação da emenda parlamentarista	99
A posse de João Goulart	106
Conclusão	110
Bibliografia	113

Introdução

Durante o período liberal-democrático vivido no Brasil entre 1945 e 1964 a sociedade passou por acentuado amadurecimento político conviveu com intensa participação política de amplos setores da sociedade, os trabalhadores em particular.

O operariado urbano, os camponeses, os subalternos das Forças Armadas, associados aos estudantes e a vários intelectuais mostraram-se cada vez mais organizados, reivindicando direitos e maior participação política.

Tratar sobre o período democrático de 1946 a 1964 tem sido um grande desafio aos historiadores brasileiros dos dias atuais, sobretudo no que diz respeito às grandes crises¹ que ocorreram nesta época. Isso porque um olhar menos atento poderia sugerir que durante todo o tempo o país viveu somente sob crises políticas. Desta forma, poder-se-ia desejar buscar elementos de continuidade entre esses eventos, sugerindo tratar-se de uma crise continuada. Essa corrente de pensamento alimenta ideias correntes, como a de que “Vargas, ao cometer o suicídio, adiou o golpe militar por 10 anos”, tão presente nos livros didáticos e nas salas de aula. O que se encontra em uma análise histórica é que, de fato ocorreram diversas crises políticas, inerentes a qualquer regime político, democrático ou autoritário. Vale ressaltar também que o regime liberal-democrático iniciado em 1946 foi sendo aperfeiçoado ao longo do tempo, à vista das próprias dificuldades e das mudanças que foram ocorrendo na sociedade, no Brasil e no mundo, dentro do contexto da Guerra Fria. A característica do regime democrático é sua incompletude. Invariavelmente faltará algo.

Faz-se necessário ainda analisar diversas diferenças culturais entre a sociedade da época e a nossa atual. Esta análise é fundamental no debate que aqui pretendemos, já que determinadas noções que trazemos atualmente não estavam absolutamente presentes na sociedade das décadas de 1950 e 1960. O contexto da Guerra Fria era muito importante nas tomadas de posição de grupos sociais. Em nossas pesquisas encontramos o termo “comunismo” apresentado com o viés bastante negativo, em oposição à liberdade, à democracia, ao cristianismo e a diversos valores considerados muito caros à sociedade de então. Desta forma rotular de comunista alguém que não

¹ Quando falamos aqui das grandes crises do período, nos referimos basicamente às de 1954, 1955 e 1961, tal como trabalhado em Jorge Ferreira. “Crises da República: 1954, 1955 e 1961” in Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Vol 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

fosse necessariamente partidário daquela ideologia poderia significar uma caracterização bastante pejorativa.

Outra ideia que temos dificuldade de compreender atualmente, diz respeito à participação dos militares na política. Para nós que vivemos após o regime militar (1964-1985), a imagem que mais caracteriza os oficiais das Forças Armadas é a do “militar gorila, golpista e truculento”². Ocorre que naquele período os militares gozavam de grande prestígio e influência na sociedade e participavam ativamente do processo político com papéis de destaque. Daí a opinião dos chefes militares ser considerada tão importante nos debates parlamentares sobre qualquer assunto que se manifestasse. Além disso, havia divisões nas Forças Armadas e entre elas. Grupos de direita conviviam com os de esquerda e, ambos, com uma grande maioria de oficiais que pouca preocupação tinham com a política. Em termos políticos e ideológicos, as Forças Armadas eram plurais. O expurgo da esquerda militar ocorreu após o golpe de 1964.

A oposição entre as antigas elites e o que se convencionou chamar de “as esquerdas” esteve em constante tensão neste período e em diversos momentos o equilíbrio institucional e a ordem constitucional estiveram ameaçados. Como exemplo disso, as tentativas de golpe em 1954 e 1955 e as tentativas de impedir as posses de Getúlio Vargas e Juscelino Kubistchek. Forças de direita, com penetração na oficialidade das Forças Armadas, e com expressivas lideranças civis estavam sempre a conspirar para tomar o poder. Mas também havia forças de esquerda e aqueles que seguiam a cartilha da legalidade, como o grupo do general Henrique Teixeira Lott.

Um dos momentos em que esta tensão se mostrou evidente foi na crise criada pela renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961. Setores ligados às esquerdas tinham no vice-presidente João Goulart, um legítimo representante, ou mais, um autêntico líder. Da mesma forma, setores mais conservadores entendiam ser inaceitável uma figura com tal identificação na presidência da República. A acusação de comunista na época, dentro do contexto da Guerra Fria, era um convite à intervenção dos grupos de direita. No quadro que se desenhou, parecia não haver saída dentro das instituições.

Os ministros militares do governo renunciante vetavam a posse de Goulart, mas não desejavam, em um primeiro momento, assumir o ônus de um golpe de Estado. Preferiram tentar com o Congresso uma saída que ainda transparecesse a legalidade.

² Karla Carloni. *Forças armadas e democracia no Brasil. O 11 de Novembro de 1955*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 17

Desejavam que fosse votado o *impeachment* de Goulart, da mesma forma que acontecera em 1955, quando sob pressão militar, liderada pelo marechal Lott, foram votados os impedimentos de Carlos Luz e Café Filho. No entanto a motivação dos dois acontecimentos era absolutamente diferente. Enquanto nos fatos de 1955 desejava-se assegurar a posse os eleitos, em 1961, desejava-se impedir completamente a posse do sucessor constitucional.

Ocorre que o Congresso Nacional se recusou terminantemente a compactuar com o que Argelina Figueiredo considera um “golpe de baixo custo”³, ou seja, um golpe revestido de legalidade, com a aprovação de um *impeachment* pelo Congresso, sem ruptura institucional e com medidas previstas pela legislação. Vários parlamentares puseram-se a defender a posse do vice-presidente da República como única solução constitucional possível. Debates e mais debates se seguiram, já que os congressistas resolveram permanecer em sessão permanente logo que a renúncia foi anunciada. Representantes dos mais diversos partidos, de todos os lados do espectro político, sucederam-se em pronunciamentos defendendo a posse e a legalidade. Inspiraram a mobilização popular e ao mesmo tempo foram inspirados por ela para resistir ao golpe que se tramava.

No Rio Grande do Sul, a Campanha da Legalidade, liderada pelo governador Leonel Brizola, que logo receberia o apoio do III Exército, o mais poderoso do país, acabou por dar aos congressistas o explícito apoio popular para que malograsse os planos golpistas e garantisse a posse de Goulart. Além disso este movimento alastrou-se por diversas partes do país, trazendo manifestações importantes da sociedade civil e acalorando ainda mais os debates no Congresso.

O empenho das forças políticas em encontrar uma saída para a crise que não golpeasse o regime existente, embora pudesse levá-lo ao limite, é um dos aspectos mais envolventes do estudo desta crise. Os parlamentares de então tinham plena consciência de que, uma vez que sucumbissem à pressão militar, estariam mortalmente feridos em sua missão de representantes do povo e igualmente ferido estaria o sistema democrático liberal representativo.

A saída encontrada foi a implantação do sistema parlamentarista, que permitia a posse de Goulart na presidência, mas lhe retirava os poderes de chefe de governo, neutralizando sua potencial ameaça. Como era um sistema político bastante utilizado no

³ Argelina Figueiredo. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 37.

mundo, sobretudo na Europa Ocidental, e além disso já era discutido há tempos no Brasil, desde a constituinte de 1946, achava-se que podia ser rapidamente implantado. Como foi também uma solução de conveniência e enfrentasse muita oposição, o Parlamentarismo implantado no Brasil sofreu adaptações para que desse resposta à crise de então.

Com toda a dificuldade e oposição, a solução foi aceita pelo próprio Goulart, o que tirou força dos opositores da mudança de regime. Já que o principal interessado não se opunha, pelo menos formalmente, quem se opusesse deixaria de empunhar a bandeira da legalidade. É certo que não havia seriamente na política e na sociedade de então um clamor pela implantação do Parlamentarismo. Na verdade, esta solução surpreendeu a muitos, inclusive ao próprio Goulart, que só tomou conhecimento de seus aspectos quando a emenda parlamentarista lhe foi apresentada.

O presente trabalho realiza um estudo centrado no exercício da atividade parlamentar durante o período da crise causada pela renúncia e compreende o período entre o dia 24 de agosto de 1961, véspera da renúncia de Jânio Quadros, até o dia 7 de setembro do mesmo ano, data da posse de Goulart na presidência. Analisando especificamente as sessões e os debates no Congresso Nacional, em articulação com os acontecimentos nas ruas e, sempre que possível, dentro dos gabinetes, pretendemos olhar os fatos dentro de uma das arenas em que a crise foi decidida, ou seja, na esfera política. Não há aqui, evidentemente, nenhuma desvalorização ou diminuição de outras manifestações, sobretudo a Campanha da Legalidade, que teve seu centro em Porto Alegre, mas verificar que a solução ocorreu realmente dentro das casas parlamentares, o que foi considerado até mesmo uma traição por aqueles que foram às ruas⁴. Pretendemos esclarecer que não foi bem assim. Se por um lado a solução foi mesmo bastante conservadora, por outro, os parlamentares acreditavam mesmo estar agindo para impedir um mal maior.

A implantação do parlamentarismo como sistema, em substituição ao presidencialismo, da forma como foi feita, conseguiu desagradar a todos, deixando à esquerda e à direita a impressão de derrota. Nos parlamentaristas históricos deixou a certeza de que não era este o sistema que defendiam. No presidente da República, deixou uma razão para luta à qual ele deu mais importância até do que às reformas que defendia: a luta pelo retorno do presidencialismo.

⁴ Jorge Ferreira. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular – 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 313.

A maioria da vasta produção historiográfica que trata a respeito do governo Goulart tem sua centralidade no período imediatamente anterior ao golpe civil-militar que lhe pôs fim, ressaltando a figura do presidente como líder popular e carismático, considerando a violência ou a inevitabilidade do golpe, de acordo com o matiz ideológico do autor. Embora a crise de 1961 tanto tenha a explicar a respeito do golpe e da ditadura que depois veio a se implantar, sobretudo na posição dos parlamentares, e suas mudanças entre os dois momentos, e na participação popular, tão ativa no primeiro episódio e praticamente nula no segundo, encontramos poucas análises historiográficas do ocorrido.

A produção bibliográfica que trata desta crise é, em sua maioria, produzida por jornalistas e tem este enfoque na informação sobre os fatos. Normalmente não nos fornece a análise que nos é permitida dentro de um olhar histórico. Mesmo o que temos, em geral, encontra maior relevância no movimento gaúcho, conhecido como a Campanha da Legalidade, e no seu principal líder, Leonel Brizola. Olhando para dentro do Congresso Nacional, a partir dos anais e diários das casas parlamentares, percebemos que o apoio político a uma ruptura institucional em 1961 era fraco e reticente, enquanto a resistência foi bastante vigorosa. Além disso, há uma visão de que o Congresso de então foi levado a aceitar a solução parlamentarista e que evidenciava fraqueza. Nas pesquisas realizadas podemos verificar que isto está longe da verdade e não resiste a uma análise mais apurada. Havia naquele Congresso, como em todos os períodos, cidadãos de diversos matizes, mas o que se pode depreender é que eram de fato conscientes da missão que deviam cumprir e o fizeram da maneira que julgaram mais adequada, para evitar o golpe militar e a guerra civil.

Ademais vale a pena observar como soluções adotadas em emergência apenas para momentos de crises, muitas vezes tendem a agravá-la ao invés de debelá-la. Não são poucos os que, a pretexto de resolver uma crise, desejam que se abra mão de importantes direitos alcançados ao longo de muitas lutas, entre eles a democracia. O estudo dos erros e acertos deste período mostra-se assim bastante atual em nosso país.

Por tudo isso é de grande importância que se faça o estudo desta crise e de sua pretensa solução. Para explicar acontecimentos que dela derivam, como as crises que levaram ao golpe, mas sem se deter em uma visão determinista, segundo a qual o parlamentarismo estava fadado ao fracasso e o golpe era inevitável. Isto só será possível se olharmos o período por dentro, atribuindo-lhe a centralidade necessária.

Sabemos que apesar de se propor estudar especificamente a crise da renúncia e o debate parlamentar, não há como esgotar toda a discussão. Diante disso este trabalho tem também a intenção de não só responder às questões aqui postas, mas levantar também novas perguntas, que poderão ser respondidas por outros trabalhos, de outros autores, enriquecendo assim o debate historiográfico sobre o caso, favorecendo a discussão também na sociedade brasileira, quando se discutir a respeito de soluções para crises e sobre o sistema de governo. Nesse sentido, buscamos uma historiografia absolutamente comprometida com os desafios da atualidade.

O trabalho ora apresentado se insere no campo de estudos da História Política, ou da História do Poder e das Ideias Políticas. Buscamos trabalhar uma “história conceitual do político”, cujo objeto é a compreensão da formação e evolução das racionalidades políticas, ou seja, dos sistemas de representações que comandam a maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais conduzem sua ação e encaram seu futuro.”⁵. Para que isto seja possível, não podemos nos prender a uma visão estreita do político, que fique isolado das outras dimensões da vida. Compartilhamos com René Remond que ao invés de um setor separado, o político é uma modalidade da prática social, e, portanto, deve ser tratado em suas relações com todos os outros aspectos da vida coletiva⁶.

A história política trabalhada desta forma tem grande relevância para todo o corpo da sociedade, pois é capaz de olhar os fenômenos políticos e sua ação e interferência na própria sociedade. Os grandes acontecimentos de Estado em sua correlação com as mudanças sociais e econômicas correspondem assim a uma autêntica História, trazendo em si todo o seu caráter científico.

Como pretendemos ter como fio condutor a atividade parlamentar durante um período curto da história, teremos como fontes principais os registros desta atividade. Assim os anais da Câmara dos Deputados e do Senado, bem como a coleção do Diário do Congresso Nacional, disponibilizados na *Internet*, assumem papel relevante entre as fontes a serem utilizadas neste trabalho. Embora se trate de um período curto, a quantidade de documentos disponíveis nos arquivos do Congresso é muito grande. Os Anais, que são a principal fonte utilizada, são compostos pelas atas das sessões das casas parlamentares. Assim temos registrados neles os discursos dos congressistas, com

⁵ ROSANVALLON, Pierre. “Por uma história conceitual do político” in Revista Brasileira de História, n30. São Paulo: Marco Zero/ANPUH. 1995. pp16

⁶ RÉMOND, René. op. cit. pp 35-36

aportes e discussões em diversas manifestações, como encaminhamentos de votação, declarações de voto, questões de ordem, discursos previamente escritos e outros feitos ao improviso, além dos os projetos de lei discutidos e votados e o trabalho das comissões. Há também vários destes discursos disponíveis em áudio na mesma página na *Internet*. Tudo isso nos permite observar a atmosfera do Congresso Nacional em um período conturbado. Sempre que possível, recorreremos a fontes como jornais e publicações da época, de onde pudemos apreender algumas visões presentes na sociedade da época, tidas também como formadoras de opinião. Para isso recorreremos aos arquivos disponíveis na *Internet* e também ao acervo de periódicos da Biblioteca Nacional.

Além dessas, utilizamos como fonte também a produção bibliográfica que trata do período, tanto as mais recentes pesquisas quanto as obras publicadas ainda no calor dos acontecimentos. Neste caso, a heterogeneidade entre os autores foi buscada, para assim enriquecer nossa visão. Um destaque importante neste caso são as publicações autobiográficas de personagens que viveram o período. Obviamente estas publicações, escritas *a posteriori* devem ser submetidas a criteriosa análise, pois os autores têm o desejo de, com suas publicações, reforçar a imagem que desejam ter perante a sociedade.

Com tudo isso, apresentamos este trabalho como fruto de um grande empenho em pesquisa, com recurso muito grande às fontes. O que pudemos verificar ao longo da elaboração desta dissertação é que muito ainda poderá ser estudado, utilizando as mesmas fontes ou semelhantes para tratar deste assunto, pois a participação parlamentar na crise e na sua solução, ao menos temporária, é ainda subestimada e, portanto, insuficientemente tratada. Uma das propostas que trazemos aqui é a de colocar em papéis adequados personagens de grande importância, para que se possa ver e medir seu peso nos acontecimentos.

Capítulo I – Constituição e atores políticos na experiência democrática (1945-1961)

A Constituição de 1946

Uma das principais características do período democrático vivenciado no Brasil entre 1946 e 1964 foi a sua Constituição, que foi elaborada e promulgada dentro dos modelos da democracia liberal. No senso comum, o período democrático, sucede a queda do Estado Novo, com a saída de Getúlio Vargas do poder, que ocorreu em 29 de outubro de 1945. No entanto outros trabalhos, inclusive este, preferem situar o início do período democrático em 1946, coincidindo com a posse do primeiro presidente eleito do período, Eurico Dutra, em janeiro daquele ano e com a instalação da Assembleia Constituinte, em 2 de fevereiro.

Após o período autoritário iniciado em 1937, a Assembleia Nacional Constituinte foi eleita livremente pela população em dezembro de 1945 e contou com a presença de diversos setores da sociedade brasileira de então, de liberais a comunistas¹. Os princípios liberais e democráticos, sob os ventos do fim da Segunda Guerra Mundial foram os principais norteadores da nova carta constitucional. Foram estabelecidos alguns princípios clássicos, como a eleição direta dos cargos executivos, vedada a reeleição. O mandato presidencial foi fixado em cinco anos. Também o sufrágio universal, com a ampliação do voto feminino, em relação à Carta de 1934. À partir de 1946 todas as mulheres que fossem alfabetizadas poderiam votar. Os analfabetos, aliás, continuaram ausentes do processo eleitoral. Traço bastante significativo, visto que, de acordo com o censo de 1940, aproximadamente 60% da população brasileira era analfabeta².

Com relação ao Congresso Nacional, a opinião mais difundida é de que a nova Constituição ampliou as atribuições do Legislativo. Maria Victória Benevides, no entanto, discorda desta interpretação. Segundo a autora trata-se de “uma imprecisão em matéria jurídica: a Constituição de 46 não ampliou as prerrogativas do Congresso, pois na vigência da Carta de 37 o Congresso era inteiramente apagado e, como é sabido, não chegou a reunir-se uma única vez. O que se poderia dizer é que a Constituição de 46

¹ Jorge Ferreira. “A experiência liberal-democrática no Brasil (1946-1964): revisitando temas historiográficos.” In: João Paulo Avelãs Nunes; Américo Freire (Org.). *Historiografias portuguesa e brasileira no século XX. Olhares cruzados*. 1ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra/FGV, 2013, v.1, p. 147-181.

²https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1950/populacao1950aeb_06.pdf, visto em 03/10/2017.

restabeleceu as prerrogativas do Congresso que existiam na Carta de 34.”³ Esta noção é para nós de grande importância, pois na análise dos anais das casas parlamentares vemos diversas menções ao período anterior a 1937 como um período de atividade parlamentar intensa e também ao período do Estado Novo como algo que não deveria ocorrer novamente.

Apesar do caráter democrático da Constituição, alguns aspectos do período imediatamente anterior foram mantidos. Não se voltou à descentralização da Primeira República e o Executivo manteve algumas prerrogativas ampliadas. Apesar do controle pelo Congresso, os presidentes tinham liberdade para criar órgãos de natureza técnica. Esses órgãos foram utilizados para implantar as políticas de modernização, à margem da estrutura partidária.⁴ Também foi mantida a legislação sindical corporativista. Assim a par da pluralidade partidária, estava a unicidade sindical. Segundo Jorge Ferreira “os constituintes estavam afinados com os ventos liberais-democráticos que vinham da Europa e dos Estados Unidos, mas não desconheciam as experiências vividas no próprio Brasil nos anos 1930. O resultado foi uma Constituição que sustentou a democracia-liberal, implantada, pela primeira vez no Brasil.”⁵

Este tenso equilíbrio entre liberalismo e controle estatal em algumas áreas importantes, entre sistema federativo e centralização, acabou por ser raiz de algumas das crises do período. A luta entre os projetos de nação liberal, que tinha na UDN seu principal expoente, e trabalhista, representado principalmente pelo PTB⁶, com a Constituição a mediar as disputas, constantemente mostrava uma necessidade de mudanças no texto constitucional, o que não era nada fácil pois todos queriam se apegar à Carta Magna, nem sempre para defendê-la, mas também para adequá-la a seus pontos de vista.

Uma das controvérsias mais constantes deste período dizia respeito à forma de eleição do presidente e do vice-presidente da República. O artigo 81 dizia o seguinte: “O Presidente e o Vice-Presidente da República serão eleitos simultaneamente, em todo

³ Maria Victória Benevides. *A UDN e o udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. São Paulo: Paz e Terra. 1981., p 43

⁴ Américo Freire. <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/DoisGovernos/Constituicao1946>, visto em 06/10/2017.

⁵ Jorge Ferreira. *Op. cit.* p 148.

⁶ Jorge Ferreira. “Crises da República: 1954, 1955 e 1961” in Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Vol 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 303

o País, cento e vinte dias antes do termo do período presidencial.”⁷ Como Dutra tivera 55% dos votos em 1945, a tese da maioria absoluta não foi levantada. Em 1950, Vargas teve quase 49% dos votos, levando seus adversários a levantarem a discussão, que não encontrava amparo na Constituição. Mesmo sendo malograda, a mesma hipótese voltou a discussão em 1955, quando Juscelino Kubitschek teve pouco mais de 45% dos votos. Mesmo com toda a discussão, esta questão só foi claramente resolvida na Constituição em 1964, já depois do golpe civil-militar, e não teve nenhuma eficácia, já que não ocorreram eleições presidenciais sob a nova regra.

A questão das emendas à Constituição, aliás, foi sempre bastante controversa no Congresso daquela época. Verificando o caráter bastante intenso das disputas políticas de então, emendar o texto constitucional era uma tarefa bastante difícil. Durante a vigência da democracia, a Constituição recebeu apenas seis emendas, sendo que uma delas instituiu o parlamentarismo e outra o revogou. Se formos considerar alterações no texto constitucional, encontraremos apenas quatro emendas, uma tratando da remuneração dos magistrados e outras três sobre a organização administrativa dos Territórios, do Distrito Federal e dos municípios. Ou seja, além da emenda parlamentarista, cuja discussão é o objeto deste trabalho, não houve qualquer alteração substancial da Constituição durante o período democrático. Para efeito de comparação, num período de 211 meses⁸, a Carta de 1946 recebeu seis emendas como dito. No mesmo período, nossa atual Constituição tinha recebido 52 emendas e até 31/10/2017 já foram 97 emendas.

Da análise da atividade parlamentar, chegamos à conclusão de que era notório para as principais correntes em disputa que a Carta Constitucional precisava de ajustes para adaptar-se às novas exigências da sociedade. Ocorre que as mais importantes forças políticas de então tinham enorme dificuldade em chegar a acordos dada a enorme divergência entre os projetos de nação das correntes de direita e de esquerda. Diante de conflitos tão intensos, a segurança da Constituição garantia que, se não é possível implantar o projeto desejado, pelo menos o grupo adversário também não o fará. A necessidade do voto de dois terços dos parlamentares de cada uma das casas para uma emenda constitucional impedia que fosse alterada sem acordo. Assim a defesa da

⁷ BRASIL. Constituição (1946). Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946. Em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm visto em 02/10/2017.

⁸ Considerando a promulgação da Constituição em 18/09/1946 até o golpe em 31/03/1964. Neste caso o período da comparação vai de 05/10/1988 até 18/05/2006.

Constituição em diversos casos não era necessariamente uma estratégia para alcançar os objetivos, mas uma forma de impedir que o outro grupo o alcançasse. Por isso um olhar sobre o que se achava a respeito da Constituição é importante para o nosso trabalho, já que a implantação do parlamentarismo alcançou, em um tempo muito curto, tal nível de consenso entre os parlamentares que possibilitou uma alteração tão substancial na Carta Magna que não voltaria a ocorrer naquele período democrático.

A conclusão que chegamos aqui é que, embora a bandeira da legalidade tenha sido empunhada com vigor pelos que defenderam a posse de João Goulart, o consenso não estava em torno da necessidade de se respeitar a Constituição, mas em garantir, ainda que com algum sacrifício, a continuidade do regime democrático. No entender dos parlamentares e de expressivos segmentos da sociedade, essa garantia só era possível pela existência e o respeito à Constituição. Assim, se não é possível resolver a questão dentro dos limites estritos da Lei Maior, alargue-se seus limites, com as alterações que a circunstância pede. Uma vez feito isso, respeite-se integralmente os novos limites impostos. Um estudo do posterior governo João Goulart, o que não é nosso objeto, vai mostrar que as lutas pela antecipação do plebiscito visavam mais uma vez alterar os limites constitucionais.

Os Anais da Câmara dos Deputados dos dias da crise de 1961, que são as principais fontes deste trabalho, estão repletos de discursos em defesa da Constituição⁹, principalmente o que define a sucessão presidencial, no entanto, o que foi possível verificar é que a defesa não era do texto constitucional, mas do regime democrático que representava. Ao afirmar que a Constituição deveria ser cumprida a qualquer custo, os deputados na verdade assumiram que valeria o esforço de ceder em vários pontos desde que o regime constitucional fosse mantido. Desta forma, uma vez que surja a questão se a Constituição foi ou não respeitada com a solução adotada, podemos ser tentados a afirmar precipitadamente que não foi, já que o texto foi alterado. No entanto quando pensamos de forma mais abrangente, vemos que a Constituição foi alterada na intenção de preservar o sistema liberal-democrático do qual era o sinal máximo. Mudar para não rasgar, alterar para não desprezar, contornar para manter-se fiel. No desenrolar dos acontecimentos, estes acabaram sendo os debates em torno da legalidade travados no Parlamento.

⁹ Podemos citar como exemplo o discurso do deputado Almino Affonso (PTB-AM) em Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XIX, p. 693.

Os militares e a política

Não podemos ter uma real compreensão da crise da renúncia, de 1961, sem prestar atenção ao papel de grande importância dos militares na sociedade e na política daquele período. As Forças Armadas gozavam então de grande prestígio e confiança da sociedade. Os militares eram considerados os guardiões da nação, não apenas no que diz respeito à integridade, soberania e a defesa contra ameaças externas, mas também com relação à reserva moral, a segurança e à ordem interna. Nunca é demais lembrar que os oficiais militares sempre tiveram grande influência na República desde que esta fora instituída em 1889, como resultado de uma ação militar. Os dois primeiros presidentes do Brasil eram marechais, Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, e tiveram a missão de consolidar o regime recém-implantado. Na década de 1920, os jovens oficiais do Exército deflagraram o movimento tenentista, que visava mudanças no sistema político vigente. Alguns líderes militares, como Juarez Távora e Góis Monteiro tiveram grande importância na vitoriosa Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder. Góis Monteiro aliás participou da elaboração da Constituição de 1934 e foi candidato na eleição indireta para a presidência, tendo sido derrotado por Vargas. Líderes militares tiveram grande importância no regime que se implantou, tanto na fase constitucional quanto no Estado Novo. Após a participação vitoriosa do Brasil na Segunda Guerra Mundial, os militares acabaram por ser os responsáveis por terminar com o regime ditatorial e garantir a democracia.

Em 1945, as forças antigetulistas aglutinaram-se em torno da candidatura presidencial do brigadeiro Eduardo Gomes. No entender de Maria Victória Benevides¹⁰, desta candidatura surgiu a UDN, principal partido de oposição a Getúlio Vargas e que, no decorrer de todo o período democrático, seria a grande oposição a todo o legado daquele líder. O partido tornou-se no período o principal sustentáculo político de um amplo setor das Forças Armadas por uma grande convergência de objetivos e de métodos. Também havia setores militares entre os outros partidos, sobretudo no PSD. Neste partido engajaram-se oficiais que fizeram parte do governo de Getúlio durante o Estado Novo e que se identificavam com ele. Assim as eleições de 1945 tiveram como principais candidatos o general Eurico Gaspar Dutra (PSD) e o brigadeiro Eduardo Gomes (UDN), exemplificando a enorme influência dos militares no período. Até 1960,

¹⁰ Maria Victoria Benevides. Op. cit., p. 64

a última eleição realizada neste período, sempre houve um militar entre os principais candidatos à presidência. O brigadeiro repetiu a tentativa pela UDN em 1950, derrotado por Vargas. Em 1955 o general Juarez Távora, líder da Revolução de 1930, foi o candidato da UDN, disputando com Juscelino Kubitschek que se elegeu. Em 1960, o marechal Lott, pela aliança PSD-PTB, concorreu com Jânio Quadros, com a vitória do último.

Entre as imagens que se tem da relação dos militares com a política, estão que João Roberto Martins Filho chama de “mito do papel moderador” das Forças Armadas¹¹. Segundo seu trabalho, existe ainda a ideia de que, antes de 1964, os militares resignavam-se com um papel de coadjuvantes na vida política, intervindo quando chamados e retornando aos quartéis ao fim da questão. O autor nos mostra que não era bem assim. Desde 1937, as Forças Armadas, sobretudo o Exército, estavam tão atreladas ao Estado que era difícil distinguir seus limites. Depois de 1945 esta influência tendeu a aumentar e a ser planejada de forma consciente pelos chefes militares. A criação da Escola Superior de Guerra (ESG) ilustra este esforço de conhecer e interferir na política, desenvolvendo o conceito de “segurança nacional”, diferenciando-se do de “defesa nacional”¹². O primeiro conceito, bem mais amplo, contempla não apenas a adoção de mecanismos de defesa armada contra ameaças externas, mas principalmente a chamada “guerra revolucionária”, que se aguardava como movimento dos comunistas em nível internacional. Assim, segundo esta ideia, era necessário agir preventivamente para impedir a ação de inimigos internos, evitando a proliferação de atividades que pudessem favorecer os adversários na Guerra Fria. As doutrinas estudadas na ESG a respeito da guerra revolucionária influenciaram profundamente os movimentos políticos dos oficiais militares, que enxergaram facilmente na realidade brasileira de então sinais desta guerra e para ela buscaram estar preparados e até mesmo antecipar-se nas ações. Esta percepção ficou ainda mais clara após a Revolução Cubana, que trouxe aos militares a preocupação de que tal pudesse se repetir em outras áreas da América Latina, inclusive no Brasil.¹³

¹¹ João Roberto Martins Filho. “Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe” In Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Vol 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 100

¹² Idem p. 108

¹³ Idem p. 111

Os estudos na ESG possibilitaram a formação de uma elite militar, consciente dos problemas a serem enfrentados no Brasil, que buscou conhecimentos em várias áreas importantes para o exercício da atividade política, como a economia. Muito diferente da imagem do militar apolítico e profundo conhecedor apenas das artes militares, o que se via eram militares influenciando sobremaneira a política e disputando, ou capazes de disputar, praticamente todos os altos postos do Estado brasileiro e, é claro, alinhando-se com os EUA, os parceiros na Guerra Fria¹⁴.

É importante ressaltar que, como qualquer instituição complexa, as Forças Armadas não formavam um grupo coeso com o pensamento uniforme. Ocorriam dentro dos meios militares intensas disputas ideológicas e políticas, que muitas vezes se refletiam em sua forma de atuação. Desde o fim do Estado Novo, a presença dos militares nas discussões políticas era tal que não se concebia um governo que não tivesse o respaldo dos militares. No dizer de Karla Carloni, “cada vez mais a estabilidade dos governos passou a estar condicionada à obtenção do apoio e da legitimação dos meios militares, e cada vez mais a sociedade buscou nos quartéis alianças para consolidar seus projetos de nação”¹⁵. Dentro das Forças Armadas, espelhando o que ocorria em toda a sociedade, ganhou destaque o embate entre grupos liberais e nacionalistas. Os primeiros entendiam ser importante para o desenvolvimento nacional a não intervenção do Estado na economia e o alinhamento total aos EUA e ao capital internacional. Combatiam intensamente a política que fora adotada no Estado Novo e, após o suicídio de Vargas, sua herança. Este grupo estava bastante afinado com a atuação da UDN. A outra grande corrente era a dos ideais nacionalistas, que desejavam um Estado forte a guiar os rumos da industrialização e com atuação determinante em setores estratégicos, protegendo a soberania nacional de intervenções externas. Este grupo era mais propenso a se aliar aos políticos de inspiração varguista.¹⁶

O espaço onde as discussões políticas entre militares se dava de forma mais acentuada, refletindo as correntes de pensamento era o Clube Militar. As disputas pela diretoria desta instituição tinham como pano de fundo o embate entre os dois grandes grupos¹⁷. As duas correntes de pensamento entre os militares também criaram instituições onde se manifestavam e que lhes davam apoio. Ao lado dos liberais, foi

¹⁴ Idem p. 110

¹⁵ Karla Carloni, Op. cit., p. 37

¹⁶ Idem p. 46

¹⁷ João Roberto Martins Filho, Op. cit., p. 114

criada a Cruzada Democrática. Inicialmente com a intenção de disputar as eleições do Clube Militar, tendo sido vitoriosa em 1952 e 1954, acabou extrapolando os limites do Clube, com manifestações, discursos e intenso trabalho de bastidores. Do lado dos nacionalistas foi criado o Movimento Militar Constitucionalista (MMC), que tinha como principal liderança o general Zenóbio da Costa, que fora ministro da Guerra em 1954, no governo Getúlio Vargas. Este movimento também teve uma forte atuação de bastidores, procurando aglutinar os oficiais e também subalternos para a defesa da constituição e da legalidade, contra as ideias golpistas dos adversários¹⁸.

Um antecedente muito importante da crise de 1961, objeto da nossa pesquisa, foi o movimento de 11 de novembro de 1955. Verificamos aqui um grande momento de embate entre os militares de inspiração golpista, que acima identificamos como liberais e os de inspiração legalista, em geral associados aos nacionalistas. A vitória de Juscelino Kubitschek e João Goulart nas eleições para presidente e vice acirrou os que tinham sido adversários de Vargas e que naquele momento desejavam afastar os que eram considerados seus herdeiros políticos. O ambiente para o golpe foi sendo preparado e os seus adeptos, tanto civis quanto militares foram se movimentando. Avesso às discussões políticas e de forte orientação legalista, o ministro da Guerra, marechal Henrique Teixeira Lott acabou se tornando um obstáculo aos planos golpistas. O presidente Café Filho afastou-se por problemas de saúde, sendo substituído pelo presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz. Um discurso de teor golpista, pronunciado por um conhecido coronel do Exército, Jurandir Mamede, nos funerais do presidente do Clube Militar, general Canrobert Pereira da Costa, iniciou um embate. O ministro desejava punir o coronel, mas encontrou resistência entre a oficialidade. Recorrendo ao presidente em exercício, acabou sendo comunicado de sua demissão. Antes que esta se efetivasse, com o apoio de vários generais, dentre os quais se destacou Odylio Denys, comandante da Zona Militar Leste, no Rio de Janeiro, o marechal Lott liderou um movimento militar que depôs Carlos Luz e entregou a presidência da República a Nereu Ramos, presidente do Senado. A designação deste movimento é bastante controversa, mas o que se entende é que foi um golpe para prevenir outro golpe que se planejava. Daí se chama às vezes de “golpe preventivo”, “contragolpe”, “novembrada”, pois ocorreu em 11 de novembro. Para evitar maiores polêmicas vamos

¹⁸ A obra de Karla Carloni (Op. cit.) analisa de forma bastante detalhada a atuação do MMC, trazendo à historiografia sobre o assunto uma grande contribuição.

adotar a nomenclatura que foi usada pelos seus líderes de “Movimento de Retorno aos Quadros Constitucionais Vigentes”.¹⁹

A partir do Movimento de 11 de novembro, as forças de esquerda perceberam que também poderiam ter apoio nas Forças Armadas. Diversos políticos desta orientação, sobretudo do PTB, passaram a buscar nos quartéis este apoio. Segundo Maria Celina D’Araújo, o “PTB ganhou a oportunidade única de competir com a UDN no proselitismo dentro das Forças Armadas”.²⁰ Surgiu então a Frente de Novembro, organização formada por civis e militares para propagar as ideias do nacionalismo e da democracia. Congregava oficiais, sargentos e sindicalistas, tanto petebistas como comunistas.²¹ Passado um ano do Movimento de 1955, a Frente de Novembro organizou um grande evento em homenagem ao marechal Lott, para presentear-lo com uma espada de ouro. Foi um grande comício próximo à sede do Ministério da Guerra, no Centro do Rio de Janeiro, no qual diversos políticos nacionalistas falaram sobre a necessidade de unir os militares e os trabalhadores contra as forças reacionárias. Este evento encontrou também forte oposição nos meios militares e a Frente foi considerada ilegal, juntamente com o movimento de direita Clube da Lanterna, por serem contrários aos regulamentos militares.²² O fim da Frente de Novembro não significou que as pretensões das esquerdas de poder contar com militares em suas lutas estavam acabadas. Pelo contrário, cada vez mais os petebistas passaram a contar com oficiais do Exército, além de sargentos e praças das três Forças. Esta união foi duramente combatida pela corrente oposta da oficialidade. Tanto que acabou por ser um dos motores do movimento que, em 1964 seria vitorioso. Segundo Jorge Ferreira, “o grupo vitorioso que derrubou o presidente João Goulart, assim, faria do PTB e do trabalhismo, bem como dos comunistas, seus inimigos de morte.”²³

Um aspecto importante da influência das Forças Armadas na política no período de 1946 a 1964 refere-se ao papel dos ministros a elas ligados. Vale lembrar que a estrutura de cargos militares no primeiro escalão do governo contava com os ministros das três Forças e também com o chefe do Gabinete Militar e o chefe do Estado Maior das Forças Armadas. Para se ter uma ideia, o Gabinete Parlamentarista de Tancredo

¹⁹ Sobre o Movimento de Retorno aos Quadros Constitucionais Vigentes, sugerimos consultar a obra de Karla Carloni (Op. cit.), que tem este acontecimento como o ponto central de sua discussão.

²⁰ Maria Celina D’Araújo. *Sindicatos, carisma e poder: O PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1996. p. 116

²¹ Jorge Ferreira. *O imaginário trabalhista*. Op. cit. p. 261

²² Idem p. 263-268.

²³ Idem p. 270

Neves, em 1961, contava com 16 pastas, das quais cinco eram cargos militares. Isso mostra uma representatividade enorme no governo e uma forte influência nas decisões. Além disso, embora pela Constituição o comandante das Forças Armadas fosse o presidente da República, havia forte resistência a qualquer interferência civil em seu meio. Desta forma os ministros da Guerra, Marinha e Aeronáutica eram quem de fato comandava e eram reconhecidos pelos demais militares. Com tanta influência política, apoio da sociedade e toda a disciplina da instituição, os ministérios militares eram postos chave em qualquer governo daquele período. Por isso em geral a escolha dos titulares destes cargos era alvo de intensas disputas. No conjunto das três Forças, o Exército contava ainda com maior influência, maior contingente de oficiais e praças e mais recursos. O ministério que geria esta força era Ministério da Guerra e não do Exército²⁴, o que sugere um caráter diferenciado. Neste quadro, o ministro da Guerra era uma peça chave e tinha o poder de influenciar bastante qualquer governo.

Ciente de tamanha importância, Juscelino Kubitschek resolveu manter o marechal Lott como seu ministro da Guerra. Garantia assim estabilidade na área militar pelo grande respeito do marechal entre a tropa e também pelo seu apoio popular. Karla Carloni chega a afirmar que “Lott, junto ao grupo militar que se consolidou no poder com o Movimento de 11 de novembro, em aliança com os atos da maioria do Congresso, foi pedra angular no governo de Juscelino, garantindo a implementação da política econômica do governo, o Plano de Metas.”²⁵ Devido a sua atuação como pilar do governo e sua posição não comprometida com desavenças políticas, o marechal foi indicado pelo PSD para disputar a eleição presidencial de 1960, reeditando a chapa com o PTB, que indicou João Goulart como candidato a vice-presidente. Ao deixar o Ministério da Guerra, o marechal Lott indicou para substituí-lo um de seus grandes colaboradores no Movimento de 1955, o agora comandante do I Exército, Marechal Odylio Denys.

Quando assumiu o Ministério, Denys empenhou-se em tentar manter o Exército fora da disputa eleitoral, o que era impossível, dado o grau de engajamento dos oficiais na campanha de um dos seus e também pela oposição que existia pelos militares udenistas. Para alcançar este objetivo, o novo ministro aplicou sanções disciplinares aos oficiais empenhados na disputa. Só que ao montar seu gabinete, o marechal deu

²⁴ A nomenclatura só foi alterada para Ministério do Exército em 1967, no governo Costa e Silva.

²⁵ Karla Carloni, *Marechal Henrique Teixeira Lott: A opção das esquerdas*. Tese de doutorado. UFF. Niterói, 2010. p. 132-133.

preferência ao grupo da Cruzada Democrática, como o general Orlando Geisel, seu chefe de gabinete. Assim as sanções atingiram mais os partidários de Lott, que já viam nesse comportamento uma mudança radical de posição.²⁶ Após as eleições e a vitória de Jânio Quadros, Denys foi mantido na pasta da Guerra, contrariando a expectativa de alguns dos vencedores, que desejavam a substituição pelo general Cordeiro de Farias. Este foi nomeado chefe do Estado Maior das Forças Armadas. Para o Ministério da Marinha, foi nomeado o almirante Sílvio Heck, que durante o Movimento de 11 de novembro comandara o cruzador Tamandaré, que abrigou o presidente deposto Carlos Luz e outras lideranças golpistas de então, como Carlos Lacerda. O almirante se manifestou como um ferrenho opositor de JK durante seu governo, tendo recebido várias punições²⁷. Completando a trinca de ministros das Forças Armadas estava o brigadeiro Gabriel Grun Moss, grande amigo de Sílvio Heck, e de Carlos Lacerda. Não tivera atuação destacada nos acontecimentos anteriores, mas era reconhecido como antigetulista.

Nesta situação militar e com estes antecedentes, chegamos a 1961, quando, mais uma vez, os comandantes das Forças Armadas desejaram atuar diretamente nos rumos políticos do país. Percebe-se que a crise de 1961 não foi apenas uma crise política que contou com a tentativa de intervenção, mas uma crise de um meio político do qual os militares eram parte integrante e fundamental.

O sistema partidário

No período democrático que sucedeu o Estado Novo, algumas experiências foram vividas pela primeira vez no Brasil. Dentre estas, podemos tomar como de grande importância a existência de grandes partidos de expressão nacional, com programas definidos e identificação no eleitorado. Três grandes partidos tiveram destaque neste período, sendo os protagonistas do jogo eleitoral e também fornecendo os principais quadros para os governos do período: A União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) formaram a base do sistema partidário, garantindo a democracia, a participação popular e a competitividade das eleições. Como o sistema era pluripartidário e praticamente não havia restrições à

²⁶ Paulo Markun e Duda Hamilton. *1961: O Brasil entre a ditadura e a guerra civil*. São Paulo: Benvirá, 2011. p. 128-129

²⁷ Idem. p. 127

formação de partidos²⁸, além desses três, diversos outros partidos menores existiam, e também influenciavam o jogo político.

O maior partido desse período era o PSD, legenda pela qual foram eleitos os presidentes Eurico Dutra e Juscelino Kubitschek, além de ter eleito o maior número de parlamentares em todas as legislaturas do período e um grande número de governadores. Segundo a obra de Lucia Hippólito, o PSD ocupava o centro do sistema político do período e era o fiador da estabilidade do sistema.²⁹ Foi o partido responsável por estabelecer as bases do regime democrático e, como era de orientação conservadora, em imprimir tal orientação às políticas públicas. Apesar de conservador, o PSD tinha apreço pela democracia e preferia exercer o governo e alcançar seus objetivos através das disputas e vitórias eleitorais. Desta forma distanciava-se de seus adversários da também conservadora UDN.

Fundado pelos interventores nomeados por Vargas durante o Estado Novo, o PSD já nasceu com uma expressiva máquina partidária, estando presente em todos os Estados e com força política e eleitoral em praticamente todo o país. Os fundadores do PSD foram sujeitos importantes dentro da burocracia do Estado Novo, tendo portanto experiência de atuação no governo. Quando veio o regime democrático, as estruturas do PSD, adaptadas ao novo sistema, continuaram a participar dos governos estaduais e também a nível federal. Desta forma o partido foi capaz de atuar com grande desenvoltura nos governos do período, com cargos importantes mesmo quando o governo não lhe era favorável, como nos casos de Café Filho e Jânio Quadros³⁰. Com o foco centrado em ministérios de maior orçamento e quantidade de cargos para nomeação, o PSD no governo conseguiu aumentar ainda mais sua influência nos estados sendo o grande partido no interior do Brasil. A perda de espaços na administração pública era, aliás, uma das grandes preocupações do partido. Os pessedistas passaram a preocupar-se principalmente com a ascensão do PTB, sobretudo a partir do governo JK, avançando sobre áreas que eram tradicionalmente suas, como o Ministério da Agricultura e seus departamentos³¹.

²⁸ O Artigo 141 da Constituição, em seu parágrafo 13, proibia a “organização, registro ou funcionamento de qualquer partido político ou associação, cujo programa ou ação contrarie o regime democrático.” Este artigo foi utilizado para cassar o registro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e mantê-lo na ilegalidade.

²⁹ Lúcia Hippólito. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

³⁰ Idem. p. 88

³¹ Idem. p. 90

Lúcia Hippólito afirma em seu trabalho que o PSD ocupava o centro do espectro político, e este é o ponto central de sua análise. O partido carregava os aspectos tradicionalistas e conservadores da sociedade, vendo com certa reserva as iniciativas modernizantes, mas não deixava de confiar e buscar soluções no regime democrático. Jorge Ferreira afirma que o PSD buscou soluções no sistema democrático, esforçando-se para defender o regime mesmo no processo de radicalização política em fins do governo Goulart³².

Interessa ao nosso trabalho de modo especial a atuação do PSD durante a crise de 1961. Lúcia Hippólito chamou esta atuação de “operação reconquista”. Durante o governo Jânio Quadros, o PSD ficou pela primeira vez completamente na oposição, já que o único ministro pessedista, Clóvis Pestana, de Viação e Obras Públicas, era da seção gaúcha, que era dissidente da direção nacional do partido³³. Na oposição, o partido acabou por superar temporariamente suas divisões internas e atuou principalmente na arena parlamentar, onde tinha maioria, procurando não facilitar o trabalho do governo e nem permitir uma ascensão do PTB em seus domínios. Quando ocorreu a renúncia, o PSD colocou-se como um grande defensor da legalidade e da Constituição, posicionando-se pela posse de João Goulart. A autora enfatiza que nesta atitude está presente o cálculo político, já que uma vez que Goulart assumisse a presidência, deixava de ser um potencial adversário em 1965, quando o plano era o retorno de Juscelino. Ao longo deste trabalho poderemos observar que a posição dos parlamentares do partido a esse respeito se manifestou ao longo da crise e foi determinante para a implantação do Parlamentarismo.

Se é fato que o PSD estabeleceu-se no centro do sistema partidário, podemos situar à direita a UDN. Tomamos como referência sobre este partido o trabalho de Maria Victória Benevides³⁴, que aborda a trajetória do partido enfatizando um conjunto de ideias que chamou de udenismo. A autora sintetiza assim a UDN como um partido que defendia o liberalismo como doutrina fundamental no campo econômico, mas que assumia uma face autoritária quando se tratava da atuação política. Benevides chama assim essas ideias de “as ambiguidades do liberalismo brasileiro”. Segundo a narrativa da obra, a UDN surgiu como uma coalizão de forças contrárias à ditadura do Estado Novo e à figura de Getúlio Vargas. De início reunia diversos elementos, que Maria

³² Jorge Ferreira. “A experiência liberal-democrática no Brasil...” Op. cit. p. 158

³³ Lúcia Hippólito. Op. cit., p. 130

³⁴ Maria Victória Benevides. Op. cit.

Victória Benevides classifica em cinco grupos: oligarquias destronadas pela Revolução de 30, antigos aliados de Getúlio afastados em 30 ou em 37, alguns participantes do Estado Novo que se afastaram antes de 45, grupos liberais e esquerdas.³⁵

Esses grupos se reuniram em torno da candidatura presidencial do brigadeiro Eduardo Gomes. A obra ressalta como aspecto interessante o fato de o partido ter surgido em torno do candidato, quando o usual seria uma candidatura surgir das fileiras de um partido. A campanha do brigadeiro foi, aliás, uma grande mobilização dessas forças, que contavam com o apoio de parcela considerável da imprensa e do empresariado, passando a impressão de que teria uma vitória avassaladora. No entanto, como bastante ressaltado, a partir da deposição de Getúlio em 29 de outubro de 1945, as forças que formaram a frente ampla que daria origem à UDN começaram a se desagregar. A falta de apoio popular e o elitismo, que caracterizariam o partido, estiveram presentes durante a campanha e o brigadeiro acabou derrotado pelo general Eurico Dutra, do PSD. A derrota foi duramente sentida, mas não impediu que o partido seguisse seu caminho de defensor das ideias liberais ao longo de todo o período, embora fosse um liberalismo de estilo próprio.

A UDN teve grande importância na elaboração da Constituição ajudando a imprimir-lhe o caráter liberal-democrático, embora tivesse sempre que compor com o PSD, o maior partido na Constituinte. Benevides destaca a atuação do partido nos episódios da cassação do registro do PCB e do mandato de seus parlamentares. A autora mostra que nestes momentos o partido ficou dividido entre os ferrenhos defensores da democracia, dos quais destaca Afonso Arinos de Melo Franco, e os igualmente determinados anticomunistas, com destaque para Juraci Magalhães³⁶, que a propósito era militar de carreira e participara do Tenentismo.

Mais importante que tratar de determinados fatos, Maria Victória Benevides mostra que determinados traços que acompanhariam o partido ao longo de sua trajetória mostraram-se presentes desde essas primeiras empresas. A linguagem voltada para a classe média, de quem a UDN seria a voz, o antigetulismo como forte traço, e o constante apelo aos militares estavam presentes desde o início. A autora identifica ainda este apelo como “o paradoxo mais evidente da herança liberal udenista”³⁷. A UDN tinha a rotina de pedir a intervenção militar nos momentos em que entendia como insuficiente

³⁵ Idem. p. 14

³⁶ Idem. p. 44

³⁷ Idem. p. 37

a ação política. Da mesma forma buscava atuar através do judiciário. No golpe que depôs Vargas ambos os recursos estavam presentes. Foi deflagrado por militares, com a concordância importante dos dois principais candidatos presidenciais, e o poder foi então entregue ao presidente do Supremo Tribunal Eleitoral, José Linhares. Nos momentos de transição seguintes e nas crises posteriores, sempre haveria por parte de setores da UDN recursos à justiça e apelo aos militares.

Em 1961, conforme verificamos, a atuação da UDN foi também ambígua. Houve a corrente que desejava a intervenção militar como solução para a crise da renúncia, representada principalmente pelo governador da Guanabara, Carlos Lacerda. Também houve manifestações enfáticas em torno da defesa da democracia e da Constituição, como a moção criminal apresentada por Adauto Lúcio Cardoso contra os ministros militares. A UDN mais uma vez apresentou-se dividida entre seu receio da participação popular e a defesa do sistema liberal-democrático.

A outra ponta do tripé partidário da Terceira República era o PTB. Que durante o período foi o grande partido de esquerda. Segundo Lucilia de Almeida Neves Delgado, o PTB surgiu dentro do cálculo político de Vargas para servir como representante dos trabalhadores, evitando o crescimento do PCB³⁸. Ainda segundo esta autora, o PTB viveu sempre uma contradição entre o pragmatismo e as práticas fisiológicas de elementos oriundos da burocracia do Estado Novo e do Ministério do Trabalho e a presença de “reformistas”, que buscavam organizar-se em torno de uma doutrina, e não apenas à sombra do carisma pessoal de Vargas.

Já Maria Celina D’Araújo afirma que o PTB teria surgido de uma “invenção da burocracia ministerial e sindical vinculada ao Estado Novo, mas só se viabilizou porque houve uma massa disponível para aderir à proposta”³⁹. A massa a que se refere a autora era o movimento queremista, que defendia a continuidade de Getúlio. O surgimento do PTB, aliás traz muitas convergências com o queremismo. Maria Celina chega a usar o termo “simbiose” para se referir à atuação dos dois entes⁴⁰. Jorge Ferreira afirma que o PTB e o movimento queremista seguiam a mesma linha política, mas faziam questão de mostrar-se diferentes⁴¹.

³⁸ Lucila de Almeida Neves Delgado. *PTB. Do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero. 1989. p. 32

³⁹ Maria Celina D’Araújo. Op. cit., p. 26

⁴⁰ Idem. p. 27

⁴¹ Jorge Ferreira. *O imaginário trabalhista*. Op. cit., p. 48

De acordo com os autores que trabalham sobre o PTB, um dos momentos de grande importância na história partidária foi a ascensão de João Goulart à presidência do Diretório Nacional do partido em 1952. Maria Celina D'Araújo, por exemplo, destaca em seu trabalho a organização que Jango impôs ao partido, fortalecendo seus mecanismos de controle e sua centralização e promovendo o afastamento dos cargos de direção dos dissidentes⁴².

Essa centralização aliás era uma característica que o diferenciava da UDN e do PSD, que eram partidos federativos. Os diretórios regionais eram obrigados a acatar as decisões do Diretório Nacional.⁴³ Comparando as convenções dos grandes partidos, Maria Celina informa que as do PSD reuniam de 2 a 3 mil pessoas, enquanto as do PTB nunca mais de 50 pessoas⁴⁴. Embora fosse fortemente controlado pelo Diretório Nacional e por seu presidente, o partido tinha em suas bases que conviver com constantes brigas internas, lutas pelo poder e intervenções.

Em contraste com a direção partidária centralizada, o PTB tinha uma atuação parlamentar livre, “desde que os parlamentares se ativessem a questões nacionais. Em outros termos, enquanto não ameaçassem o comando administrativo e eleitoral do partido, tudo seria permitido”⁴⁵. Isso é um dos fatores a explicar algo que verificamos ao longo deste trabalho: que mesmo sendo teoricamente o principal beneficiado com a renúncia de Jânio Quadros e mesmo sendo também o principal prejudicado com a implantação do parlamentarismo, o PTB não tenha tido uma posição fechada em torno de ambas as questões. Almino Affonso, líder do partido na Câmara em 1961, informa que conseguiu a liderança da bancada mesmo tendo contra si “o empenho ostensivo do presidente Goulart”⁴⁶.

Após a morte de Vargas, o partido passou a ser o principal responsável pelo legado do presidente falecido⁴⁷. O trabalhismo passou a ser então associado à herança de Vargas. Políticas nacionalistas e reformistas passaram a pautar as ações do partido e a liderança de João Goulart, que fora escolhido pelo próprio Getúlio, passou a ser cada vez mais fortalecida.

⁴² Maria Celina D'Araújo. Op. cit., p. 95

⁴³ Jorge Ferreira. “A experiência liberal-democrática no Brasil...” Op. cit. p. 162.

⁴⁴ Maria Celina D'Araújo. Op. cit., p. 86

⁴⁵ Idem. p. 74

⁴⁶ Almino Affonso. *Raízes do Golpe: Da Crise da Legalidade ao Parlamentarismo*. São Paulo: Marco Zero, 1988. p. 29

⁴⁷ Maria Celina D'Araújo. Op. cit., p. 104

Outro ponto importante no PTB é que o partido passou, a partir de 1955, a contar com apoio nos meios militares. O Movimento de Novembro mostrou ao partido que havia convergência entre suas ideias e as do grupo de militares nacionalistas. Assim a partir daí o PTB passou a rivalizar com a UDN na busca de influência junto às Forças Armadas e na tentativa de trazer os militares para o centro do debate político. Com o trabalho da Frente de Novembro e a figura emblemática no marechal Lott, o partido passou então a ter livre acesso aos quartéis, contando com o apoio de oficiais nacionalistas mais entusiasmados e também com as associações de subalternos. Em 1961 essas posições seriam de grande importância para a ação do partido na crise, pois pôde mais uma vez juntar militares nacionalistas e legalistas. Porém esta atuação revelou e acentuou um racha nas Forças Armadas, que iria ser também fortemente combatido em 1964.

O PTB acabou sendo o grande alvo da perseguição que se seguiu ao golpe civil-militar, mas continuou sendo identificado como herdeiro e representante do trabalhismo varguista. O início da obra de Maria Celina D'Araújo conta como essa imagem sobreviveu aos anos de ditadura, com as disputas pela sua refundação em 1980 e o sucesso das legendas que o sucederam nas eleições posteriores⁴⁸. A força política deste partido permaneceu, ao menos no imaginário dos trabalhadores.

Mas não somente desses três partidos se fez a cena partidária entre 1946 e 1964. Partidos de menor expressão e força eleitoral também desempenharam importante papel. Vamos apenas pontuar alguns para que, ao analisarmos a atividade parlamentar, seja possível avaliar melhor o posicionamento de cada um. Como vimos pela obra de Maria Victória Benevides sobre a UDN, aquele partido surgiu de uma frente ampla de forças políticas contrárias ao Estado Novo. Tão logo Vargas tenha sido deposto, essas forças começaram a se desagregar, assim surgindo alguns partidos que de início permaneceram na órbita da UDN, mas que em alguns momentos foram se afastando⁴⁹. O grupo ligado ao ex-presidente Arthur Bernardes fundou o Partido Republicano (PR). Outro grupo liderado pelo gaúcho Raul Pilla fundou o Partido Libertador (PL), que tinha como principal traço distintivo a defesa do parlamentarismo. Adhemar de Barros, antigo interventor do Estado Novo em São Paulo, afastou-se da UDN para fundar o Partido Republicano Progressista (PRP), que depois passou a se chamar Partido Social

⁴⁸ Idem. p. 13

⁴⁹ Maria Victória Benevides. Op. cit., p. 30. As informações a respeito dos partidos surgidos neste período refletem o descrito do tópico "A Frente cindida" que tem início nesta página da obra.

Progressista (PSP). Este partido formou chapa com Getúlio Vargas em 1950, indicando o candidato a vice-presidente, Café Filho, que viria a assumir o governo com o suicídio de Vargas. O PSP ainda lançou seu fundador, Adhemar de Barros, como candidato à presidência em 1955 e 1960, ficando em terceiro lugar em ambas as eleições. Importante ressaltar que o adhemarismo foi a principal força política em São Paulo neste período. Havia ainda junto com a UDN um grupo chamado Esquerda Democrática (ED), que mais tarde converteu-se no Partido Socialista Brasileiro (PSB). Embora tenha se associado à UDN em vários momentos, foi progressivamente se afastando. Este partido encontrou força na Região Nordeste, onde conseguiu projetar a liderança o governador de Pernambuco, Miguel Arraes. Outro partido que não surgiu tecnicamente da UDN, mas que esteve em sua órbita foi o Partido Democrata Cristão (PDC) que chegou a ter certa força sobretudo pelo eleitorado católico. Foi o partido responsável por lançar a candidatura de Juarez Távora em 1955 e dar importante aval à de Jânio Quadros em 1960, ambas encampadas posteriormente pela UDN.

Embora o PTB fosse o principal representante do trabalhismo, outros partidos reivindicavam para si tal tradição. O Partido Trabalhista Nacional (PTN) foi um deles. Acolheu em 1947 dissidentes do PTB como o líder queremista Hugo Borghi. Este foi o partido que primeiro lançou a candidatura presidencial de Jânio Quadros em 1960. Outro partido formado por dissidentes do PTB foi o Movimento Trabalhista Renovador (MTR), fundado por Fernando Ferrari, importante líder do PTB gaúcho que tentou, sem sucesso, enfrentar a poderosa centralização daquele partido. Ferrari foi candidato à vice-presidência em 1960, apoiando Jânio Quadros, porém foi derrotado por João Goulart.

Sobre a democracia da época, e principalmente sobre o sistema partidário, salta aos olhos o fato de que havia partidos nacionais com programa ideológico definido e eleitorado identificado com seus partidos em crescente medida. Antônio Lavareda classifica o sistema partidário em 1964, às vésperas de seu fim, como em processo de consolidação⁵⁰. Com uma análise baseada em grande volume de dados de pesquisas e resultados eleitorais, o autor desmonta teses que apontavam para a desagregação do sistema partidário e para um quadro de colapso. Olhando mais uma vez para o objeto de nosso trabalho, verificamos ainda como de maior interesse de análise esta identificação, pois a posição de cada um dos partidos durante a crise de 1961 e a necessidade de

⁵⁰ Antônio Lavareda. *A Democracia nas urnas: O processo partidário-eleitoral brasileiro (1945-1964)*. 2.ed. rev. Rio de Janeiro: IUPERJ/Revan, 1999.

prestação de contas ao eleitorado aparece constantemente no teor dos discursos parlamentares.

As eleições de 1960: Lott e Jânio

Para uma melhor contextualização de nosso trabalho, consideramos importante um olhar sobre o processo eleitoral para a sucessão de Juscelino Kubitschek que desembocou na eleição de Jânio Quadros em 1960. Uma das características importantes a serem analisadas é que a diferença de duração dos mandatos entre os cargos do executivo e do legislativo, faziam com que as eleições ocorressem em separado. O mandato dos deputados federais era de 4 anos, o dos senadores 8 anos e o do presidente e vice era de 5 anos. Esse descasamento entre as eleições foi particularmente importante em 1960. O Congresso Nacional de então fora eleito em 1958 e passaria por renovação em 1962. Desta forma ao iniciar seu mandato, Jânio Quadros teve que lidar com um Congresso já na metade do mandato. Além disso, diante da política adotada por JK, sobretudo à partir da metade de seu governo, visando um retorno à presidência em 1965⁵¹, a correlação de forças presente no Congresso em 1960 já não traduzia as disputas no eleitorado. JK buscou atrair o apoio dos caciques do PSD, levando a um enfraquecimento da Ala Moça do partido, que tinha posições mais progressistas.

Uma das principais estratégias de Juscelino para as eleições de 1960 consistia em apoiar um candidato da UDN como de união nacional. Este projeto tinha duas razões principais: a primeira era permitir que a UDN tivesse uma vitória nas eleições e deixasse de lado sua intenção golpista. Para ele uma nova derrota nas urnas faria com que o partido acirrasse seu discurso pela intervenção militar. A outra razão vinha da consciência da necessidade de adoção de medidas econômicas mais austeras e impopulares. Como ficaria a cargo do partido adversário implantar tais medidas, este seria enfraquecido, facilitando para JK sua intenção de voltar em 1965. Este candidato de união nacional, conforme o planejado, seria Juraci Magalhães, então governador da Bahia⁵². Ocorre que nem o PSD nem a UDN concordaram com este plano. A UDN acabou encampando a campanha de Jânio Quadros e o PSD, através da Ala Moça, lançou a candidatura do marechal Lott.

⁵¹ Lúcia Hippólito. Op. cit., p. 234

⁵² Idem. p. 250

A escolha dos candidatos para esta eleição causou grande disputa e divisão interna nos três grandes partidos. Mário Victor afirma que o problema era “apresentar um candidato que atendesse aos anseios populares de renovação econômica, política e social”⁵³. A UDN estava dividida entre o lançamento de um tradicional membro de suas fileiras, Juraci Magalhães, ou uma candidatura de forte apelo popular, como a do governador de São Paulo, Jânio Quadros. Os principais articuladores desta candidatura dentro da UDN eram os deputados Carlos Lacerda (GB) e Magalhães Pinto (MG), que seriam candidatos a governador de seus respectivos estados. Jânio Quadros encontrou dentro do partido uma grande resistência, por ser considerado um trabalhista.⁵⁴ Lacerda avaliava, no entanto, que era necessário à UDN apoiar um candidato que tivesse apoio entre o eleitorado para evitar nova derrota. Antes de ser homologado pela UDN, Jânio teve sua candidatura lançada pelo PTN e recebeu apoio do PDC, que ainda homologou Fernando Ferrari como candidato a vice. A UDN ainda tentou demover o governador da Bahia da ideia de disputar na convenção do partido a indicação, oferecendo-lhe a possibilidade de concorrer à vice-presidência. Diante da recusa, foi feita a convenção onde Jânio venceu por 205 votos contra 83 dados a Juraci⁵⁵. Para vice foi indicado o governador de Sergipe, Leandro Maciel. Esta indicação não agradou pessoalmente a Jânio Quadros, que preferia que ter Fernando Ferrari como companheiro de chapa⁵⁶. Esse imbróglio a respeito da escolha do vice levou Jânio Quadros a renunciar à candidatura e depois voltar atrás, causando a desistência de Leandro Maciel. A UDN, no entanto, não abria mão de um candidato de seus quadros e lançou o mineiro Milton Campos, que já fora candidato a vice na chapa de Juarez Távora em 1955. O resultado foi que Jânio Quadros saiu em campanha com dois candidatos a vice-presidente disputando votos entre si. A pequena margem pela qual Milton Campos foi derrotado por João Goulart confirma, que a estratégia de ter ambos os candidatos em seu palanque fora equivocada. Pela primeira vez o presidente da República era eleito por uma chapa e o vice por outra. Este dado foi absolutamente fundamental para a crise que é objeto de nosso estudo.

No PSD a escolha do candidato presidencial foi igualmente cercada de disputas. Dentro do seu projeto de retornar em 1965, o presidente Juscelino Kubitschek não tinha

⁵³ Mário Victor. *Cinco anos que abalaram o Brasil (de Jânio Quadros ao Marechal Castelo Branco)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. p. 34

⁵⁴ Idem. p. 40

⁵⁵ Idem. p. 47

⁵⁶ Idem. p. 56

a intenção de apoiar para valer um candidato do seu partido à sucessão. Diante do provável lançamento da candidatura de Amaral Peixoto, presidente nacional do PSD, manobrou para que esta indicação não ocorresse. A esta altura, Amaral Peixoto era embaixador brasileiro nos Estado Unidos e foi mantido neste cargo e afastado das tratativas eleitorais⁵⁷. Alguns políticos da Ala Moça do PSD lançaram então a candidatura do Marechal Lott, no que foram apoiados pela Frente Parlamentar Nacionalista, que reunia políticos de diversos partidos, principalmente PTB e PSD⁵⁸. O marechal não aceitou de imediato sua candidatura e teve que ser convencido por reiterados pedidos de políticos. O marechal Lott chegou a afirmar que não tinha como recusar a candidatura pois ficou num dilema: “ou aceitava ou dava a indicação de medo ou comodismo, por não querer correr os riscos da campanha.”⁵⁹ O PSD tinha seu candidato, que embora entusiasmasse a ala mais à esquerda do partido, não contava com o apoio de tradicionais líderes do partido, que não concordavam com as ideias nacionalistas do antigo ministro da Guerra. Mesmo sendo uma figura bastante popular e contasse com o apoio de diversas forças de esquerda, entre elas o PCB, o marechal Lott não era habituado ao jogo político⁶⁰. Com a pouca habilidade política do candidato e a ausência de apoio das lideranças de seu próprio partido, a candidatura de Lott, embora tenha empolgado expressivos setores entre as esquerdas, não conseguiu deter a avalanche do ex-governador de São Paulo, que receberia uma votação consagradora.

No PTB o posicionamento com relação às eleições de 1960 também foi alvo de disputas e divisões. Os principais líderes do PTB observavam o quadro eleitoral vislumbrando quatro possibilidades. Alguns mais radicais, como Leonel Brizola e Roberto da Silveira, respectivamente governadores do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, defendiam que o partido deveria lançar uma candidatura própria. Outro grupo, do qual fazia parte Fernando Ferrari, preferia o apoio a Jânio Quadros. Os deputados ligados à Frente Parlamentar Nacionalista desejavam uma aliança em torno da candidatura do marechal Lott. O próprio Jango, no entanto, não desprezava a possibilidade de apoiar uma candidatura de Juraci Magalhães, dentro da proposta de união nacional defendida por JK.⁶¹ Em todos esses grupos, estava a certeza de que o PTB deveria adotar um programa reformista e exigir a aplicação de seus princípios ao

⁵⁷ Karla Carloni, *Marechal Henrique Teixeira Lott: A opção das esquerdas*. Op. cit., p. 192

⁵⁸ Lúcia Hippólito. Op. cit., p. 246

⁵⁹ Karla Carloni. Op. cit., p. 194

⁶⁰ Idem. p. 207

⁶¹ Maria Celina D’Araújo. Op. cit., p. 130

candidato que fosse apoiar. No fundo de tudo isso, segundo Maria Celina D'Araújo, estava a disputa de lideranças conflitantes pelo controle do partido, fortemente centralizado em torno de Jango, cuja liderança Ferrari desejava opor. Depois de intensa disputa, Ferrari resolveu lançar sua candidatura à vice-presidência, no que foi apoiado pelo PDC. Seguindo com este projeto, acabou punido e expulso do PTB, indo criar seu Movimento Trabalhista Renovador (MTR). Os partidários da Frente Parlamentar Nacionalista conseguiram que o PTB abraçasse a candidatura de Lott, lançando novamente João Goulart como candidato a vice-presidente, apoiando um programa de ambos com políticas nacionalistas e reformistas. Sendo combatidos pelas forças da Ação Democrática Nacional, que reunia parlamentares de direita principalmente do PSD e da UDN, essas ideias iriam permear o debate político durante a campanha e também depois, durante o governo Jânio Quadros.

Além da posição dos três grandes partidos, outras forças tiveram importância nas eleições de 1960. Adhemar de Barros lançou-se novamente candidato pelo PSP. Embora suas chances de vitória fossem reduzidas, tinha importância por sua influência em São Paulo, o maior colégio eleitoral do país.

Outra movimentação importante foi o lançamento de comitês Jan-Jan. Alguns sindicalistas de São Paulo começaram a fazer campanha para que se votasse em Jânio para presidente e Jango para vice. A desvinculação dos votos entre as chapas permitia tal construção. Embora Goulart tenha se declarado fiel a Lott, alguns classificavam sua posição como dúbia, pois não desencorajava a formação de tais comitês. Karla Carloni aponta o descontentamento da Frente Parlamentar Nacionalista com esta situação.⁶² Maria Celina D'Araújo, por outro lado, identifica a formação dos comitês Jan-Jan com uma estratégia eleitoral do PTB. Para ela, importava ao partido ganhar a vice-presidência, ainda que para isso fosse necessário se distanciar de Lott e fazer composições com partidários de Jânio ou de Adhemar⁶³.

Com todos esses componentes, em 3 de outubro ocorreram as eleições. Apuradas as urnas, o resultado foi bastante expressivo para a época. Foram 5.636.623 votos para Jânio Quadros, representando 48,26% do total de votos válidos. Lott recebeu 3.846.825, 32,94%, enquanto Adhemar teve 2.195.709, 18,79%. Como não havia a necessidade de maioria absoluta e a eleição se dava em turno único, Jânio Quadros foi eleito com quase metade do eleitorado. Na apuração dos votos para a vice-presidência o quadro foi

⁶² Karla Carloni. Op. cit., p. 221

⁶³ Maria Celina D'Araújo. Op. cit., p. 134

diferente. João Goulart recebeu 4.547.010, 36,1% dos votos, Milton Campos teve 4.237.719, 33,7% e Fernando Ferrari 2.137.382, 17%. Estes números mostram que Goulart teve uma vitória por pequena margem e que a estratégia de ter dois candidatos a vice foi de fato equivocada. Somente como dado de comparação, podemos notar que o total de votos daquela eleição foi de 12.586.354, enquanto a população estimada do Brasil em 1960 era de 70,07 milhões de habitantes⁶⁴. Desta forma o eleitorado representava apenas cerca de 18% da população, mostrando o enorme contingente que não participava do processo eleitoral, sobretudo por causa da inelegibilidade dos analfabetos. Assim Jânio foi eleito presidente com o voto de apenas 8% dos brasileiros, enquanto Jango ganhou a vice-presidência sendo votado por cerca de 6,5% da população. Outro dado que salta aos olhos verificando os números da eleição é que a votação de Jango para vice foi muito superior à de Lott para presidente, o que mostra sucesso da estratégia Jan-Jan. Além do mais, dada a estreita margem para o candidato da UDN, podemos concluir que a estratégia foi determinante em sua vitória. A criação de uma chapa informal, rompendo e subvertendo as coligações formalmente registradas e as tradicionais alianças partidárias foi fundamental para o sucesso dos eleitos e foi igualmente fundamental para os rumos da crise, objeto de nosso estudo.

O governo Jânio Quadros

Apurados os votos e proclamados os vencedores, era hora de montar o novo governo. Como a Constituição estabelecia um prazo de 120 dias entre as eleições e a posse dos eleitos, Jânio Quadros viajou em férias para a Europa. Sabendo que os aliados, principalmente a UDN, cobriam a conta pelo apoio, o presidente eleito não estava disposto a pagá-la.⁶⁵ Encarregou seu amigo de longa data, Oscar Pedrosa Horta, de montar seu ministério. Horta, que assumiria a pasta da Justiça e Negócios Interiores, cumpriu a tarefa sem consultas à UDN e montou um ministério que não dava ao presidente uma maioria parlamentar. O ministério tinha por base os políticos que haviam participado da campanha e com os quais o presidente e o ministro da Justiça se

⁶⁴ https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias_demograficas/comentarios.pdf, visto em 04/11/2017.

⁶⁵ Paulo Markun e Duda Hamilton. Op. cit., p. 41

afinavam. Juntava conservadores ligados à burguesia e políticos sem expressão nacional⁶⁶.

A posse na presidência da República foi uma grande festa. A recém-inaugurada Brasília via pela primeira vez a faixa presidencial passar de um presidente a outro. A cerimônia protocolar escondia as tensões entre ambos. À noite do mesmo dia, Jânio Quadros pronunciou um discurso, através do programa de rádio A Voz do Brasil, em que expunha o quadro econômico do país de forma bastante incisiva e fazia várias denúncias ao governo anterior. Segundo o *Jornal do Brasil*, o presidente desejava fazer esse discurso na posse, mas foi advertido de que isso causaria um incidente com seu antecessor, que, tendo tomado conhecimento do teor do discurso pretendido, preparava-se para revidá-lo⁶⁷. O discurso, no entanto, despertou diversas reações entre os políticos ligados ao governo anterior. O polêmico discurso dá uma pequena mostra de como viria a ser este novo governo.

Como a campanha de Jânio Quadros havia insistido muito na necessidade de moralização e no combate à corrupção, ao assumir a presidência, já se iniciaram medidas para concretizar esses objetivos. Na chamada “moralização do serviço público”, uma polêmica grande ocorreu acerca do horário de trabalho dos servidores e de funcionamento das repartições públicas. Um primeiro decreto estabelecia oito horas diárias de trabalho nas repartições. Essa medida causou o protesto dos servidores e também no Parlamento. Foi apresentado um projeto de lei para regulamentar o horário dos servidores, que foi aprovado na Câmara, mas rejeitado no Senado. O Senador Milton Campos (UDN-MG) ao defender a rejeição do projeto argumentava que não cabia ao Legislativo tal questão.⁶⁸ Em 8 de agosto, o presidente baixou um novo decreto retornando o horário dos servidores às seis horas diárias, como era anteriormente. Ao final sem alterações efetivas, Jânio Quadros acabou por enfraquecer-se junto a uma categoria que o apoiara. Além disso, outro decreto cancelava as nomeações de servidores ocorridas desde setembro do ano anterior e proibia novas nomeações pelo período de um ano.

Outras medidas polêmicas tomadas por Jânio Quadros afetavam diretamente o cotidiano dos brasileiros e visavam, segundo o presidente, a moralização da família e dos costumes. Proibições de corridas de cavalo durante a semana, de brigas de galo e

⁶⁶ Idem. p. 42

⁶⁷ *Jornal do Brasil*, 01/02/1961. p. 1

⁶⁸ Mário Victor. Op. cit., p. 96

outras medidas de combate ao jogo dividiam opiniões no Congresso e na sociedade. Também medidas de controle sobre a TV, o teatro e o cinema, limitando ou proibindo alguns tipos de patrocínio e propaganda e impedindo a exibição de "programas condenáveis do ponto-de-vista moral e estético"⁶⁹.

Uma das mais importantes atitudes de Jânio Quadros no governo, no entanto foi a reforma cambial que promoveu com a Instrução 204 da SUMOC (Superintendência de Moeda e Crédito)⁷⁰. Esta instrução determinava a elevação em 100% da taxa de câmbio entre o cruzeiro e o dólar. Apresentada no dia 13 de março pelo próprio presidente, em cadeia nacional de rádio e televisão, a medida foi anunciada como necessária para combate ao privilégio de grupos internacionais e importadores de gêneros de primeira necessidade. Também visava o fortalecimento da Petrobrás e da indústria de base nacional. No próprio discurso em que lançava a reforma cambial, Jânio Quadros advertia sobre o possível aumento no custo de vida, evidenciando, com abundância de números, que a elevação do câmbio teria menor impacto nos itens de consumo diário que se poderia imaginar. Terminava fazendo um apelo para que todos dessem "sua contribuição à coletividade, à empresa democrática, ao povo, à Pátria."⁷¹

Para prevenir um aumento generalizado nos preços, o governo expediu decretos determinando apuração rigorosa dos índices de inflação e também o controle dos estoques e importação de trigo. Dando poderes à Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP) para confiscar os estoques de trigo e derivados se necessário. Ainda assim, o aumento de preços foi se acentuando. O processo inflacionário, que já vinha do governo JK passou a ser uma das principais fontes de críticas ao novo governo. O ministro da Fazenda, Clemente Mariani atacava os críticos da política econômica, junto com os especuladores, pelo ambiente de confusão.⁷² O presidente, no entanto, continuava a responsabilizar seu antecessor pela alta inflação.

O Fundo Monetário Internacional (FMI), que havia rompido com o governo brasileiro no final do período de Juscelino, considerou a reforma cambial de Jânio Quadros com um retorno do país à sua política ortodoxa. Foram enviados importantes

⁶⁹ Idem. p. 107

⁷⁰ Em 1961 ainda não existia o Banco Central do Brasil, que só seria criado em 1964. A SUMOC foi um dos órgãos que o antecederam. Em http://www.bcb.gov.br/pre/Historia/HistoriaBC/historia_BC.asp visto em 02/12/2017.

⁷¹ Mário Victor. Op. cit., p. 113

⁷² Idem. p. 121

representantes do governo aos Estados Unidos e Europa para negociar novos acordos financeiros.⁷³

Além das medidas econômicas, as principais fontes de críticas ao governo Jânio Quadros, partiram de sua atuação política. Além da questão de seu ministério, que o levou a afastar-se mais do Congresso, o presidente tomou ainda atitudes que dificultaram seu relacionamento com a classe política em geral. Jânio criou subgabinetes da presidência da República nos estados, chefiados por coronéis do Exército. Almino Affonso, líder do PTB na Câmara, avalia que esta medida anulava a função mediadora de deputados e senadores, enquanto reduzia o poder dos governadores⁷⁴. Ao mesmo tempo em que era criticada por políticos, os subgabinetes eram saudados como modernização administrativa ou como “obstáculos à politicagem, ao ‘coronelato’ que imperava no interior do Norte e Nordeste”⁷⁵. Além disso, Jânio Quadros instituiu reuniões de despacho nos estados, com todo o ministério, visando atender demandas regionais. Era uma dessas reuniões de despacho que estava agendada para Porto Alegre quando ocorreu a renúncia. Essa provavelmente foi uma das razões para que o governador Leonel Brizola tivesse se mobilizado tão rapidamente, pois certamente já estava mais atento aos movimentos do presidente.

O governador gaúcho, aliás, adversário político do presidente, esteve envolvido em um dos episódios controversos de seu governo, relacionado à não menos controvertida política externa independente. Fora nomeado vice-presidente da delegação brasileira na Conferência da Organização dos Estados Americanos (OEA) em Punta del Este, Uruguai. Quando falamos sobre a política externa, não podemos deixar de ter em mente que se estava vivendo um dos períodos mais críticos da Guerra Fria e que o Brasil, assim como toda a América Latina, estavam no centro das preocupações, após a Revolução Cubana, em 1959. Os Estados Unidos pretendiam isolar Cuba na conferência da OEA e lançar seu programa de ajuda econômica, a Aliança para o Progresso⁷⁶. O ministro da Economia de Cuba, Ernesto Che Guevara, fez um discurso em que criticava duramente os norte-americanos e foi aplaudido por Brizola. Após a conferência, regressando a Cuba, Che Guevara passou por Brasília, onde foi condecorado por Jânio Quadros, em 19 de agosto. Isto deu motivos a um dos grandes adversários da política

⁷³ Paulo Markun e Duda Hamilton. Op. cit., p. 48

⁷⁴ Almino Affonso. Op. cit., p. 13

⁷⁵ Mário Victor. Op. cit., p. 142

⁷⁶ Paulo Markun e Duda Hamilton. Op. cit., p. 77

externa independente, o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, para lançar críticas e insultos ao presidente. Este fato foi fundamental para a crise objeto deste trabalho.

De todas as medidas de Jânio Quadros, no entanto, as que tiveram o maior potencial de reduzir seu apoio político foram aquelas relacionadas com o combate à corrupção. O presidente instituiu diversas comissões de sindicância em órgãos da administração pública, visando apurar desvios. Estas comissões eram compostas por um oficial das Forças Armadas, um bacharel em direito e um contador. Apurando irregularidades que provavelmente ocorriam, aqueles organismos publicaram seus resultados na imprensa, sem que os processos resultantes das investigações fossem concluídos. O resultado foi que, segundo Almino Affonso, as comissões de sindicância se tornaram “método de desmoralização de adversários políticos”⁷⁷.

Em duas destas sindicâncias, no Serviço de Assistência da Previdência Social (SAPS) e no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB), o vice-presidente da República, João Goulart, foi citado nominalmente. Revoltado com o ocorrido, João Goulart redigiu uma carta para o presidente, que encaminhou através dos líderes do PTB na Câmara, Almino Affonso, e no Senado, Barros de Carvalho. Ao receber a carta, Jânio não ficou satisfeito com seu conteúdo e mandou devolvê-la alegando “não estar vazada em termos, além de não representar a verdade.”⁷⁸ Em relação aos níveis de corrupção que nos assolam atualmente, a acusação sobre Goulart, de que teria utilizado uma caminhonete do IAPB para transportar mudas de plantas do centro do Rio de Janeiro a uma chácara de sua propriedade em Jacarepaguá⁷⁹, parece ridícula.

As atitudes do presidente, assim como as das comissões de sindicância, tornaram-se alvo de intensos debates dentro do Congresso. Deputados oposicionistas tanto do PSD quanto do PTB, sucediam-se em ataques ao governo e os deputados governistas buscavam defendê-lo⁸⁰.

Parecendo não se importar com as críticas dos parlamentares contrários a seu governo, Jânio Quadros, no entanto continuava a tomar suas medidas moralizadoras que acabavam por investir contra os meios políticos. Continuava também com sua política externa, que tinha como uma das premissas, o estabelecimento de relações comerciais e

⁷⁷ Almino Affonso. Op. cit., p. 11

⁷⁸ Idem p. 12, também citado em Mário Victor. Op. cit., p. 159

⁷⁹ Jorge Ferreira. *João Goulart: Uma biografia*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 224

⁸⁰ A obra de Mário Victor descreve com riqueza de detalhes o debate que se deu no Congresso. Não sentimos a necessidade de aprofundar ainda mais por não ser o objeto de nosso trabalho.

diplomáticas com todos os países. Jânio decidiu então enviar uma missão comercial à China. Para a chefia desta missão resolveu convidar o vice-presidente João Goulart, que recebeu com estranheza o convite⁸¹, devido ao rompimento entre eles. Aceitou, mas exigiu que o governo esclarecesse a opinião pública sobre os objetivos da viagem⁸². Ao final de julho de 1961, Goulart e uma grande comitiva que incluía os senadores Barros de Carvalho e Dix-Huit Rosado, os deputados Franco Montoro e Gabriel Hermes, técnicos em comércio exterior e empresários rumavam para a China, com escalas em Paris e em Moscou, onde o vice-presidente foi recebido como chefe de Estado por Khrushchev, o líder da União Soviética (URSS)⁸³.

Na China, foram diversas reuniões e solenidades, onde Jango reuniu-se com os principais líderes do Partido Comunista Chinês. O próprio Mao Tsé-Tung o recebeu na Cidade Proibida e foi ainda visitar o vice-presidente brasileiro no Hotel Pequim para se despedir. Na avaliação de Goulart, em carta ao presidente Jânio Quadros publicada na imprensa, a visita foi um sucesso em termos comerciais e diplomáticos. Contratos de crédito foram firmados além das manifestações de apreço e amizade aos brasileiros⁸⁴. Ao iniciar a viagem de volta, em passagem por Cingapura, os membros da comitiva, assim como o vice-presidente, receberam uma notícia impactante: o presidente da República, Jânio Quadros, havia renunciado à presidência⁸⁵.

⁸¹ Jorge Ferreira. Op. cit., p. 227

⁸² Amir Labaki. *1961: A crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. p. 37

⁸³ Jorge Ferreira. Op. cit., p. 228

⁸⁴ Idem. p. 229

⁸⁵ Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes. *1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 24

Capítulo II – A renúncia e o debate parlamentar

A renúncia

Em 24 de agosto de 1961, a Câmara dos Deputados reunia-se em Brasília, que fora inaugurada havia pouco mais de um ano, onde eram deliberados os mais diversos assuntos. Das falas dos parlamentares emergiam muitos dos grandes problemas do Brasil daqueles dias. Entre os assuntos a chamar mais atenção naquele momento estava a política externa independente. Na sessão matutina daquela quinta-feira, ocorreu o discurso de despedida do deputado San Tiago Dantas (PTB-MG), que renunciava ao mandato para assumir o cargo de embaixador brasileiro na Organização das Nações Unidas (ONU). O discurso, repleto de apartes foi uma ocasião aproveitada pelos parlamentares para falar sobre a política externa adotada pelo presidente Jânio Quadros e que recebia grande apoio dos parlamentares do PTB, enquanto era vista com reservas pelos representantes da UDN. Entre os assuntos discutidos estava a condecoração dada ao ministro de Cuba, Ernesto Che Guevara, dias antes, e a expectativa de restabelecimento das relações diplomáticas com a União Soviética (URSS). Com o contexto da Guerra Fria a permear os ânimos e o anticomunismo bastante em voga, os deputados louvavam a escolha do político mineiro para tão importante missão na ONU, enquanto destacavam sua capacidade de diálogo. Não faltou quem lembrasse que o parlamentar escolhido para chefiar a missão diplomática nas Nações Unidas era de oposição ao governo¹. Quando durante um aparte, o deputado Fernando Santana (PTB-BA) apontou os pontos do programa do PTB para a política externa, ressaltando que o embaixador recém-nomeado os colocaria em prática em seu mandato, ficou claro que a política externa era um ponto de atração do presidente com a oposição e de atrito com sua base, principalmente a UDN.

Algo que chamou a atenção nos discursos sobre a política externa foi que o governador da Guanabara, Carlos Lacerda (UDN) foi citado como antagonista do presidente Jânio Quadros, quando se tratava deste assunto². Aliás, as diversas menções a Lacerda, mesmo este já não sendo parlamentar, mostram sua importância no cenário político de então. Certamente era uma importante liderança em nível nacional, mas o

¹ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XIX, p. 269

² Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XIX, p. 258

fato de pertencer à base de apoio ao governo deixa uma certa surpresa ao seu antagonismo com relação ao presidente.

Lacerda fora um dos grandes entusiastas da candidatura presidencial de Jânio Quadros com apoio da UDN e também um dos grandes responsáveis por sua vitória na convenção do partido, derrotando Juracy Magalhães, um udenista histórico. Além disso lançara-se a campo em sua campanha, emprestando muito de seu apoio dentro do partido e junto ao eleitorado. Passadas as eleições em que ambos foram vitoriosos, o governador “começou a cobrar do presidente o esperado apoio para seu novo estado, cheio de problemas, e percebeu que não teria a participação com que sonhara naquele governo que ajudou a eleger.”³

As relações entre os dois eram protocolares e, segundo Lacerda, Jânio tivera conversas com ele a respeito das dificuldades enfrentadas com o Congresso. As complicadas relações do presidente com os parlamentares, agravadas pelas comissões de sindicância, que apontavam casos de corrupção entre os políticos, o desagradavam muito. “Não tinha estômago para suportar o jogo político da democracia, que submete qualquer determinação a um longo processo de debate e negociação no Legislativo e geralmente amplia a distância entre intenção e realidade.”⁴

A tensão entre Jânio e Lacerda ocorria por causa, principalmente da política externa, que era criticada pelo governador e também por diversos segmentos conservadores da sociedade. Lacerda, que já era considerado a voz destes setores mais conservadores, foi intensificando seu discurso até que chegou ao limite. Em 18 de agosto, o governador foi até Brasília para se reunir com o presidente e ficaria hospedado no Palácio da Alvorada, a residência oficial do presidente da República. A reunião não transcorreu como o esperado e Lacerda não conseguiu apresentar seus pedidos, inclusive de ajuda econômica para seu jornal, *Tribuna da Imprensa*. O governador saiu para encontrar-se com o ministro da Justiça, Oscar Pedroso Horta, e ao voltar, teve sua mala entregue na portaria do palácio. Irritado foi para um hotel onde o ministro da Justiça foi ao seu encontro. Conversaram durante a noite e na manhã seguinte Lacerda retornava ao Rio de Janeiro, enquanto o presidente condecorava o ministro cubano, Ernesto Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul.

A recém-inaugurada capital do Brasil ainda não contava com vários serviços importantes. Um deles fez particularmente muita falta na noite de 24 de agosto de 1961,

³ Paulo Markun e Duda Hamilton. Op. cit. p. 66

⁴ Idem. p. 50

sétimo aniversário do suicídio de Getúlio Vargas: A cidade ainda não contava com transmissão de televisão. Seus cerca de 150 mil habitantes, dentre os quais os ocupantes dos mais altos cargos do país, não assistiram a fala do governador Carlos Lacerda, na TV Rio e retransmitida por uma rede de emissoras de rádio e TV, em que acusava o presidente de participar de uma conspiração, para a qual fora convidado pelo ministro Oscar Pedroso Horta, para colaborar. Segundo o governador, o ministro o teria dito que manteria o Congresso em recesso remunerado, enquanto realizaria uma reforma institucional⁵. Além disso pedia que interviesse junto ao brigadeiro Grum Moss, ministro da Aeronáutica, para adesão ao golpe e solicitava alguns de seus artigos publicados em 1955, onde defendia um regime de exceção⁶. Usando toda a sua explosiva retórica, o “demolidor de presidentes”, atacou o governo e sua política externa independente, criticou duramente a condecoração dada a Che Guevara dias antes, acenou com a possibilidade de apoio ao presidente, desde que ele desistisse do golpe e salientou que embora tenha pensado em renunciar, não mais o faria⁷.

Embora não fosse possível acompanhar pela televisão, o pronunciamento de Lacerda foi captado por rádios de Brasília e teve resumo publicado nos jornais do dia seguinte. Políticos que se encontravam em diferentes locais do país ficaram desnorteados. Líderes partidários foram de madrugada para a Câmara. José Maria Alkmin, do PSD, e Pedro Aleixo, da UDN, chegaram primeiro. Por volta das 4h da madrugada acertaram a convocação do ministro Pedroso Horta para prestar esclarecimentos.⁸ Durante toda a manhã do dia 25 de agosto os debates no Congresso giraram em torno desta convocação. Muitas controvérsias. Logo no início dos pronunciamentos na Câmara, o deputado Miguel Bahury (UDN-MA) solicitou que fossem convocados o ministro da Justiça e também o governador para dar explicações, propondo inclusive uma acareação entre ambos. Foi imediatamente seguido pelo padre Vidigal (PSD-MG), que além de lançar dúvidas sobre o pronunciamento de Lacerda, denunciou uma divisão na UDN no que diz respeito ao apoio ao presidente e ao governador da Guanabara⁹. A opinião do jornalista Carlos Castello Branco, secretário de imprensa do governo, era de que o Congresso não queria ameaçar o ministro, mas

⁵ Carlos Lacerda. *O poder das ideias*. Rio de Janeiro: Record, 1962, p 231.

⁶ Amir Labaki. Op cit. ,p.39.

⁷ Paulo Markun e Duda Hamilton. Op. cit., p 84-85

⁸ Idem. p. 86.

⁹ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XIX, p. 390.

dar-lhe uma ocasião de rebater as acusações, fortalecendo o governo e hostilizando Lacerda¹⁰. O requerimento do deputado Miguel Bahury propunha ainda que a Câmara ficasse “reunida permanentemente até que a verdade dos fatos fique (*sic*) esclarecida”¹¹. No encaminhamento da votação deste requerimento, muitos foram os debates, envolvendo não só os líderes das bancadas, mas diversos parlamentares de todo o espectro político. Muito se discutiu sobre a urgência com que deveria ocorrer este depoimento, frisando que uma vez convocado, o ministro contaria com o prazo regimental de vinte dias, considerado demasiado longo pelos parlamentares. Uma das questões importantes deste debate foi que a UDN, partido da base parlamentar do presidente e do governador, era minoria na Câmara, o que foi aproveitado pelos seus principais adversários para ataques ao partido¹². Votado o requerimento, ficou acertado que Pedroso Horta compareceria ao Congresso para prestar esclarecimentos às 16 horas daquele mesmo dia.

Não só na Câmara os acontecimentos se precipitaram pela madrugada do dia 24 para o dia 25 de agosto de 1961. Tendo ouvido o pronunciamento de Lacerda pelo rádio, Jânio Quadros passou a noite em contatos telefônicos com seu ministro da Casa Civil, Quintanilha Ribeiro. Ainda bem cedo, por volta das cinco da manhã, resolveu pela renúncia¹³. Recusou todas as tentativas de demovê-lo da ideia e deu prosseguimento ao plano. O presidente informou logo pela manhã apenas aos ministros da Casa Civil e do Gabinete Militar, general Pedro Geraldo, de sua renúncia. Depois da solenidade militar pelo Dia do Soldado, por volta das 10 da manhã, comunicou ao ministro da justiça, Pedroso Horta e ao secretário da presidência, José Aparecido, sua decisão e ouviu apelos para que desistisse. Enquanto na Câmara se discutia e votava o requerimento para convocação dos envolvidos na denúncia da véspera, o presidente anunciou aos ministros militares seu propósito. Os três hipotecaram apoio ao presidente informando-se dispostos a adotarem qualquer medida desejada por ele para que não efetivasse a renúncia. Irredutível o presidente afirmava: “Com esse Congresso não posso governar. Formem uma junta.”¹⁴. A seguir partiu para São Paulo deixando o

¹⁰ Paulo Markun e Duda Hamilton. Op. cit., p. 86.

¹¹ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XIX, p. 423.

¹² Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XIX, p. 426-427, entre outros.

¹³ Paulo Markun e Duda Hamilton. Op. cit., p. 89.

¹⁴ Amir Labaki. Op. cit., p.47

documento de renúncia com o ministro da Justiça, com a instrução de que o apresentasse ao Congresso às 15 horas.

Ainda durante a sessão matutina da Câmara, o presidente Ranieri Mazzilli (PSD-SP) fora procurado por um emissário do ministro da Guerra, marechal Odílio Denys, convocando-o a ir ao seu gabinete com urgência. O deputado foi ao encontro depois de avisar ao companheiro de bancada José Maria Alkmin (PSD-MG) que algo incomum estava ocorrendo e solicitar que o seguisse. No gabinete do marechal, na presença dos três ministros militares, Mazzilli foi informado da renúncia e de que assumiria a presidência da República, como sucessor constitucional na ausência do vice-presidente. Ao perguntar a razão da renúncia, a resposta do ministro da Guerra foi no mínimo inusitada: “Temperamento”.¹⁵

Enquanto o presidente da Câmara se reunia com algumas lideranças e aguardava o desenrolar dos acontecimentos, as sessões vespertinas da Câmara e do Senado ocorriam normalmente. No Senado, o presidente em exercício, Auro Moura Andrade (PSD-SP)¹⁶ abriu a sessão às 14h30 e depois de iniciar os trabalhos, retirou-se para seu gabinete às 15h a fim de preparar-se para ir para São Paulo, sua base, como faziam a maioria dos parlamentares de então, e ainda o fazem, nos finais de semana. O senador sabia que o ministro da Justiça fora convocado a comparecer à Câmara. Por isso não lhe causou estranheza quando este chegou a seu gabinete, por volta das 15h. Imaginou que ele desejasse tratar de algum assunto com ele antes do depoimento. O ministro informou-lhe que desejava fazer uma comunicação com a devida formalidade e informou da renúncia do presidente da República, entregando o comunicado e em seguida um manifesto à nação. No diálogo que travaram, o presidente em exercício do Senado indagou ao ministro se o presidente estava ciente da gravidade de seu ato, da crise em que poderia mergulhar o país. A tudo o ministro respondeu com firmeza dizendo que a decisão era irrevogável. Segundo o próprio senador, o ministro pareceu surpreso com a seguinte pergunta: “O Presidente Jânio Quadros está consciente de que o ato de renúncia que praticou é um ato de vontade e que uma vez conhecido do Congresso Nacional se torna irreversível?”¹⁷ Na resposta recuperou a firmeza: “Como

¹⁵ Helio Silva. *1964: Golpe ou contragolpe?*. 4 ed. Porto Alegre: L&PM, 2014, p. 45.

¹⁶ Pela Constituição, o presidente do Senado era o vice-presidente da República. Como João Goulart estava ausente do país como já citado, o Senado e o Congresso Nacional estava sob a presidência do Senador Auro Moura Andrade.

¹⁷ Auro Moura Andrade. *Um Congresso contra o arbítrio. Diários e Memórias. 1961-1967*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 39.

Vossa Excelência e eu, o ex-presidente Jânio Quadros também é advogado. O Sr. Jânio Quadros já não se acha em Brasília. *Passou o governo aos três Ministros Militares às 10 horas da manhã*, deixando ordem para que só se desse conhecimento de sua renúncia às 3 horas da tarde, e seguiu para São Paulo, onde se acha no Palácio dos Campos Elíseos e para lá me dirijo neste momento, assim que deixe o Gabinete de Vossa Excelência”¹⁸. O senador Vitorino Freire (PSD-MA) narra que encontrou-se com Pedroso Horta quando este se encaminhava ao gabinete do Senador Moura Andrade para apresentar a renúncia e resolveu acompanhá-lo. Depois de entregue a renúncia e ao sair do gabinete, o ministro teria comentado que a renúncia não deveria ser apresentada ao Congresso naquele mesmo dia, pois sendo uma tarde de sexta-feira, certamente não haveria quórum. Foi então informado pelo próprio Vitorino que devido à crise causada pelas denúncias de Carlos Lacerda, os parlamentares estavam em peso em Brasília. Segundo a narrativa, o ministro então empalideceu¹⁹. Esta narrativa permite o entendimento de que Jânio contava ao menos em criar um embaraço ao Congresso. Caso as coisas estivessem ocorrendo como a rotina do Congresso, só haveria uma nova sessão na semana seguinte e o presidente poderia contar com um final de semana de manifestações e entendimentos. Isso reforça a ideia de uma tentativa de golpe, que foi dificultado pelas denúncias do governador.

A sessão na Câmara começou às 14h sob a presidência de Sérgio Magalhães (PTB-GB), primeiro vice-presidente, pois o presidente da Câmara estava em outros afazeres após a reunião com os ministros militares. Estava com o quórum baixo, apenas 35 deputados, pois os congressistas estavam aguardando o andamento dos trabalhos para mais tarde acompanharem o depoimento do ministro Pedroso Horta. Os trabalhos transcorriam normalmente, com as homenagens pelo Dia do Soldado e a exaltação a Duque de Caxias e às Forças Armadas no longo discurso do deputado Geraldo Freire (UDN-MG), repleto de apartes. No momento em que o presidente da sessão informava que faltavam quatro minutos para o término da fala, um forte rumor perturbou o ambiente. Após a intervenção do presidente, o deputado Mendes Gonçalves (PSD-MT) pediu que se desse a palavra ao deputado Dirceu Cardoso (PSD-ES), que estava inscrito desde a sessão anterior para ser um dos oradores para homenagem pelo Dia do Soldado. O presidente respondeu que o faria assim que o orador na tribuna terminasse seu pronunciamento. No mesmo momento Geraldo Freire encerrou sua fala e passou a

¹⁸ Idem, p. 40. Grifo meu.

¹⁹ Idem, p. 46.

palavra. Assim Dirceu Cardoso começou sua fala afirmando que ia “ler um documento que ia deixar perplexa a Câmara e a Nação”²⁰ e começou a ler:

“Fui vencido pela reação e assim deixo o governo. Nestes sete meses cumpri o meu dever. Tenho-o cumprido dia e noite, trabalhando infatigavelmente, sem prevenções, nem rancores. Mas baldaram-se os meus esforços para conduzir esta nação, que pelo caminho de sua verdadeira libertação política e econômica, a única que possibilitaria o progresso efetivo e a justiça social, a que tem direito o seu generoso povo.

Desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando, nesse sonho, a corrupção, a mentira e a covardia que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos ou de indivíduos, inclusive do exterior. Sinto-me, porém, esmagado. Forças terríveis levantam-se contra mim e me intrigam ou infamam, até com a desculpa de colaboração.

Se permanecesse, não manteria a confiança e a tranquilidade, ora quebradas, indispensáveis ao exercício da minha autoridade. Creio mesmo que não manteria a própria paz pública.

Encerro, assim, com o pensamento voltado para a nossa gente, para os estudantes, para os operários, para a grande família do Brasil, esta página da minha vida e da vida nacional. A mim não falta a coragem da renúncia.

Saio com um agradecimento e um apelo. O agradecimento é aos companheiros que comigo lutaram e me sustentaram dentro e fora do governo e, de forma especial, às Forças Armadas, cuja conduta exemplar, em todos os instantes, proclamo nesta oportunidade. O apelo é no sentido da ordem, do congraçamento, do respeito e da estima de cada um dos meus patrícios, para todos e de todos para cada um.

Somente assim seremos dignos deste país e do mundo. Somente assim seremos dignos de nossa herança e da nossa predestinação cristã. Retorno agora ao meu trabalho de advogado e professor. Trabalharemos todos. Há muitas formas de servir nossa pátria. Brasília, 25 de agosto de 1961.

Jânio Quadros”

“Ao Congresso Nacional:

Nesta data e por este instrumento, deixando com o Ministro da Justiça as razões do meu ato, renuncio ao mandato de Presidente da República.

Brasília, 25 de agosto de 1961.

Ass. Jânio Quadros”.²¹

Estes documentos, que mais tarde seriam apresentados oficialmente em sessão conjunta do Congresso Nacional, consumando a renúncia, não são explícitos no que diz respeito às causas de tal ato. Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes analisam assim a carta: “Com grande carga retórica, ela deixava ver que o presidente aceitaria voltar. Só que com mais poderes, para vencer as tais forças terríveis da reação que se levantavam contra ele. Na carta, com atenção, também se podiam ouvir os ecos de outra carta, escrita sete anos antes por outro presidente. Só que Vargas se matou.”²²

²⁰ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XIX, p. 472.

²¹ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XIX, p. 473

²² Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes. Op. cit. p. 30

Terminada a leitura, a primeira fala, do deputado Osmar Cunha (PSD-SC) pedia que Ranieri Mazzilli assumisse o governo e que se mantivesse a legalidade. A fala seguinte de Mendes Gonçalves (PSD-MT) pedia que se adotasse o parlamentarismo “com o objetivo de evitar que a aventura tome (*sic*) conta deste país”²³. A partir de então legalidade e parlamentarismo seriam dois temas fundamentais em discussão no Congresso.²⁴ Estes dois assuntos, na verdade, permearam toda esta crise. A questão da legalidade tornou-se fundamental para a mobilização popular e para a oposição nos meios militares. Já o parlamentarismo, que inicialmente era considerado uma das possíveis facetas do golpe, tornou-se a solução da questão.

O deputado Almino Afonso (PTB-AM) denunciou que o presidente renunciante, ao não expor no documento de renúncia razões objetivas para tal ato, confirmava a acusação do governador Lacerda de que desejava dar um golpe e que a renúncia era uma manobra para voltar ao governo com poderes de ditador. Não se deixou de acentuar a experiência anterior de Jânio Quadros, quando renunciou à candidatura à presidência. O discurso do deputado Almino Afonso, assim como alguns dos apartes, em especial o do deputado Fernando Santana (PTB-BA) mostram que a possibilidade ou até a iminência da renúncia viessem sendo discutidas. Parece que o “imprevisível” ao qual brindou o vice-presidente João Goulart em Cingapura²⁵ não era tão imprevisível assim a todos. Juracy Magalhães, postulante derrotado à candidatura a presidência da República pela UDN, já havia declarado quando do episódio da renúncia do então candidato Jânio Quadros que recebia sem surpresa a notícia da atitude. “Muitos outros episódios hão de ocorrer”²⁶, dissera. Sabia do que falava o governador da Bahia.

Um outro ponto a destacar é o que diz respeito à recepção e aceitação da renúncia. Seja na Câmara, no Senado, na sessão conjunta do Congresso, nos gabinetes e nas entrevistas, todos eram unânimes em ressaltar que a renúncia era um ato de vontade e finalizava-se em si mesmo. Bastava que o Congresso tomasse conhecimento da renúncia para que fosse consumada. O deputado Gustavo Capanema (PSD-MG), em aparte ao discurso de Almino Afonso, fez questão de frisar que não se deveria utilizar o termo “aceita” ao se referir ao processo da renúncia. Disse o deputado: “Não temos competência constitucional para aceitá-la, para recusá-la, para aplaudi-la, para tomar

²³ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XIX, p. 473

²⁴ Paulo Markun e Duda Hamilton. Op. cit., p. 101

²⁵ Idem, p. 17.

²⁶ Mário Victor. Op. cit., p.61.

qualquer pronunciamento em face dela. A única coisa que nos cabe é tomar conhecimento do acontecimento que foi a renúncia, ato unilateral e irrevogável, repito, do Sr. Presidente da República”.²⁷ No entanto, o senador Moura Andrade destacou duas manifestações instando os parlamentares a recusar a renúncia. Uma dos governadores dos estados do Espírito Santo, Carlos Linenberg (PSD), de Goiás, Mauro Borges (PSD), de Minas Gerais, Magalhães Pinto (UDN), do Paraná, Ney Braga (PDC), do Piauí, Chagas Rodrigues (PTB) e de São Paulo, Carvalho Pinto (PDC), que estavam reunidos na capital paulista, exortando a Câmara dos Deputados e o Senado a recusarem a renúncia. A outra foi uma mensagem, recebida via telex, do ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos de Mello Franco (UDN), que afirmava: “Os Ministros Militares não podem tomar conhecimento do documento de renúncia antes do Congresso Nacional e o Congresso Nacional, por sua grande maioria, é concitado a recusar a renúncia, sem o que será o caos e a guerra civil”²⁸. O presidente do Senado, analisando *a posteriori* tais manifestações, afirmou que as recebeu como um sinal de entendimentos prévios sobre o golpe denunciado por Lacerda. O senador termina sua análise revelando que tanto o ex-ministro como o governador Lacerda o acusaram em seus escritos posteriores de ter sido precipitado ou até mal intencionado por dar a conhecer a renúncia imediatamente ao Congresso e sobre ela não fazer qualquer consideração.²⁹

Se nem todos ficaram perplexos com a renúncia, a UDN buscou desde o início explicações para o ocorrido, bem como solução. O deputado Herbert Levy, presidente nacional do partido não estava em Brasília, mas participou em São Paulo da reunião com os governadores em que estes exortaram o Congresso a recusar a renúncia. Quando perguntado sobre a posse de João Goulart, afirmou: “Se o Sr. João Goulart assumir o governo da República como manda a Constituição, a lei será acatada”³⁰. Embora ainda sob o impacto da renúncia, lideranças da UDN também pregassem a legalidade, o jurista Prado Kelly importante expoente do partido, foi encarregado de encontrar uma fórmula jurídica para caracterizar o impedimento de Goulart.³¹ Ainda assim, juristas se

²⁷ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XIX, p. 477.

²⁸ Auro Moura Andrade. Op. cit., p. 55

²⁹ Idem, p. 56-57.

³⁰ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 26/08/1961, p.6

³¹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 26/08/1961, p.6

pronunciaram que a renúncia só poderia ser revertida se tivesse ocorrido sob coação, o que não havia sido verificado até então.³²

Na Câmara, o deputado Menezes Côrtes, líder do partido, tratou de colocar às Forças Armadas a responsabilidade de garantir o regime democrático no país. Utilizando-se da figura de Duque de Caxias, conclamou os militares a manter a paz e a ordem, ao mesmo tempo em que acentuava a importância de não se julgar precipitadamente a atitude do presidente renunciante. Nos apartes foi lembrada a formação militar do deputado líder da UDN e que ao falar, o fazia tanto como político quanto como militar. Terminou falando da importância do funcionamento do dispositivo constitucional da sucessão e defendendo o regime democrático. A fala do deputado foi interrompida justamente para que ocorresse a sessão conjunta do Congresso Nacional onde foi lido pelo presidente Auro Moura Andrade o comunicado da renúncia.

Esta sessão conjunta do Congresso Nacional que entraria para a História como o momento em que se tornou oficial a renúncia do presidente Jânio Quadros teve quórum muito alto, absolutamente incomum tratando-se de uma tarde de sexta-feira. Durou cerca de cinco minutos e foi limitada pela fala do senador Auro Moura Andrade, na presidência do Congresso, que fez a leitura do ofício e manifesto à nação e logo após um breve pronunciamento ressaltando a gravidade do momento. Manifestou confiança nas Forças Armadas para garantir a defesa do Brasil e fez votos pelo êxito do mandato do presidente da Câmara, no exercício da presidência da República, enquanto durasse a substituição. Ainda aproveitou a oportunidade para ressaltar que o Congresso vinha prestigiando o presidente Jânio Quadros. Não passou a palavra a nenhum congressista e encerrou a sessão convidando a todos para a posse de Ranieri Mazzilli na presidência dali a pouco³³. Vale lembrar que o vice-presidente João Goulart estava ainda regressando da viagem oficial à China e por isso o próximo na linha de sucessão era o presidente da Câmara.

Na sequência, houve ainda uma sessão noturna na Câmara em que ocorreu a fala de um eminente político udenista: o deputado João Agripino (PB), que era o ministro das Minas e Energia no governo Jânio Quadros, e após deixar o ministério, retornava à Câmara. Tentava justificar a renúncia declarando que a independência de Jânio Quadros teria contrariado poderosos interesses econômicos. Citou como exemplo sua atuação à frente da pasta de Minas e Energia, que sempre contou com o apoio do presidente. Em

³² *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 26/08/1961, p.3

³³ *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, 26/08/1961, p. 162-163

um longo e emocionado discurso, o deputado paraibano fez a denúncia de diversas pressões que sofreu por parte de grupos empresariais, ressaltou as atitudes tomadas pelo presidente em defesa dos interesses nacionais e exaltou sua força e a insistência para implantar suas políticas. Enfatizou que apesar de contar com uma pequena estrutura, por ser o próprio ministério recente³⁴, o atendimento pelo presidente de suas demandas, até mesmo contrariando relações pessoais o fazia adotar cada vez mais medidas em defesa do interesse nacional nas questões relativas à produção mineral. Muitos dos apanteantes o questionavam porque essas atitudes não foram denunciadas antes e o instavam a fazer isso abertamente naquele momento, como que buscando as tais forças terríveis que conduziram o presidente à renúncia. Apesar disso o ex-ministro, embora tentasse, não conseguia explicar o acontecido. Um trecho do discurso que chama atenção é o momento em que narrou um diálogo com Jânio Quadros e este dizia: “João, ou nos põem para fora dentro de seis meses, ou nós faremos uma grande administração neste País.”³⁵ Entre os assuntos abordados pelo ex-ministro, estava o debate entre ele e o presidente a respeito da Instrução da Superintendência de Moeda e Crédito (SUMOC) número 204, que desvalorizou em cem por cento o cruzeiro frente ao dólar. João Agripino afirmou ter dito ao presidente que esta medida provocaria aumento no custo de vida e descontentamento generalizado.³⁶

Notamos que no próprio dia da renúncia vários parlamentares já tinham uma noção muito clara das ameaças à democracia. Uma conclusão possível de se chegar é que se percebia que o sistema liberal-democrático estava sempre por um fio. Ao se discutir no Parlamento a política externa, com toda a carga ideológica da Guerra Fria; ao se debater sobre as denúncias de Carlos Lacerda e ao se levantar as hipóteses da renúncia, os congressistas o fizeram sempre com uma impressão de que a qualquer momento, em qualquer atitude externa ou a qualquer sinal de fraqueza ou hesitação deles próprios, a democracia que representavam estava por terminar. Exatamente por isso, um grande número de parlamentares resolveu não sair de Brasília e manter o Congresso em sessão durante toda a crise. Ao mesmo tempo que nas falas se abordara a normalidade constitucional e a maturidade de todo o sistema, elas traziam uma carga de

³⁴ O Ministério de Minas e Energia fora criado pela Lei 3782 de 22 de julho de 1960, juntamente com o Ministério da Indústria e Comércio. O dispositivo legal determinava a instalação dos ministérios no início do mandato do próximo presidente. Assim João Agripino foi o primeiro ministro de Minas e Energia. Consultado em <http://www.mme.gov.br/web/guest/aceso-a-informacao/institucional/o-ministerio> e http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3782.htm vistos em 07/12/2017.

³⁵ Mário Victor. Op. cit., p. 319.

³⁶ Idem, p. 318.

emoção e incerteza que não negava o temor de um golpe ou de uma crise ainda mais aprofundada.

O dia seguinte: outras discussões e possibilidades

A partir da manhã seguinte, já com um pouco mais de reflexão a respeito do assunto, as manifestações no Congresso Nacional passaram a apresentar mais algumas possibilidades. Tanto o Senado como a Câmara tiveram naquele sábado sessões bastante agitadas, ainda tomadas pelo calor dos acontecimentos. O *Correio da Manhã* noticiava que o senador Jefferson Aguiar (PSD-ES) chegou a elaborar uma proposta de emenda constitucional que instituiria a eleição presidencial por via indireta³⁷. Na mesma notícia afirmava que se buscava consenso sobre a votação do impedimento de João Goulart. Estas propostas não chegaram a ser de fato apresentados, mas a insistente menção a tais propostas indica que de fato havia discussões a respeito.

Na sessão matutina da Câmara a discussão iniciou-se com o deputado Bezerra Leite (PTB-PE) traçando um perfil de João Goulart, ressaltando seu papel como líder trabalhista, nacionalista e progressista e afirmando ser ele merecedor de toda a confiança³⁸. Em seguida o deputado Anísio Rocha (PSD-GO) apresentou o requerimento para que se constituísse uma comissão parlamentar de inquérito para apurar as denúncias do governador Carlos Lacerda sobre um pretense golpe, argumentando que esta discussão não se esgotara com a renúncia. Terminou sua fala exaltando os ministros militares, a quem atribuía a tranquilidade e a paz em que o país então se encontrava. O deputado Eloy Dutra (PTB-GB) em seu pronunciamento atribuiu a razão desta e de outras crises ao sistema presidencialista, pedindo que o Congresso discutisse com seriedade a adoção do parlamentarismo à partir do próximo mandato presidencial. Neste momento o deputado Paulo Freire (PSP-MG) fez ressaltar que a hipótese de adoção do sistema parlamentar não se aplicaria à circunstância de então, pois isto seria um golpe no regime dado pelo Congresso³⁹. O orador na tribuna afirmou que este também era seu pensamento. Em aparte o deputado Último de Carvalho (PSD-MG) ressaltou a normalidade em que se deveria processar a posse de Goulart e afirmou que uma ditadura estaria longe de suas preocupações. Em resposta, Eloy Dutra

³⁷ *Correio da Manhã*, 26/08/1961. p. 1

³⁸ *Diário do Congresso Nacional*, 27/08/1961. p. 7

³⁹ *Diário do Congresso nacional*, 27/08/1961. p. 9

argumentou que a ditadura estava sim muito próxima de suas preocupações e citou então a nota do marechal Lott, conclamando as Forças Armadas a garantir a posse de João Goulart. A partir daí, o discurso e os apartes apresentaram uma série de questões em defesa da adoção do parlamentarismo, para o próximo quinquênio, ressaltando que a adoção deste sistema evitaria crises que eram recorrentes quando se discutia a posse de presidentes eleitos e também muitos de seus atos depois de empossados. O orador fez questão de ressaltar que esta hipótese só se aplicaria ao próximo mandato presidencial, afirmando que se o parlamentarismo fosse implantado naquele momento seria “criado um caso *sui generis*, isto é, o golpe seria dado pelo próprio Congresso, que estaria definitivamente desmoralizado na opinião pública”⁴⁰. O deputado seguiu tratando da legalidade constitucional e da posse de Goulart e ressaltou o papel dos dois mais importantes líderes do Exército, Lott e Denys, que, afirmava o deputado, não podiam ficar em lados opostos, mas atuar juntos. Enquanto o orador discorria sobre as qualidades do líderes militares, o deputado Coracy de Oliveira (PTB-RS), levantava dúvidas sobre a disposição dos chefes militares em respeitar o direito de Goulart de assumir a presidência, afirmando que caso isso não acontecesse, melhor seria fechar o Congresso.

Podemos notar que as discussões que verificamos ao longo de toda crise causada pela renúncia de Jânio Quadros estavam sendo travadas no Congresso, abertamente e provavelmente também pelos gabinetes e corredores, desde o início. Num período de menos de um dia a tribuna da Câmara dos Deputados fora ocupada por oradores de diferentes posições partidárias, em debates com outros tantos, que observavam a crise e seus possíveis desdobramentos com uma clareza impressionante para um período tão curto quando não haviam ainda se manifestado todos os atores da cena histórica. Os parlamentares percebiam de forma muito assertiva que o que estava em jogo era o futuro do sistema democrático. Isso é bem marcado pelas declarações já citadas que falavam em fechamento do Congresso, em golpe dado pelos próprios parlamentares e da falta de disposição dos ministros militares em concordar com a posse de João Goulart. A substituição do presidente da República, que na Constituição estava colocada de forma simples, era algo por demais complexo na compreensão de todos os que observavam a fundo a democracia de então. Aliás, a substituição do presidente não fora

⁴⁰ *Diário do Congresso Nacional*, 27/08/1961. p. 9

simples e pacífica em nenhum dos casos do período até então, mesmo que ocorrida entre mandatários eleitos, dificilmente o seria com uma renúncia.

Prosseguindo a sessão, o deputado Celso Brant (PR-MG) fez um discurso em que denunciava a política externa do presidente Jânio Quadros como descasada da política interna e também incapaz de produzir maiores consequências diretas para o povo brasileiro. Ilustrou seu discurso com números do comércio exterior e da balança comercial. Defendeu a adoção do planejamento econômico, utilizando o termo planificação que ainda não fora associado ao sistema socialista, pois não houve quem o contestasse pelo uso deste termo. Manifestou-se também pela nacionalização de indústrias, dando como exemplo o setor automobilístico. Na verdade, por meio deste discurso, bem como dos apertes, o deputado procurava descaracterizar o argumento, lançado pelo deputado João Agripino, na véspera, de que a renúncia pode ter se dado por pressão de grandes grupos econômicos. Celso Brant afirmou que a assessoria econômica de Jânio Quadros falhou, como, segundo sua fala, falhara igualmente a de Juscelino Kubitschek, no sentido de promover o desenvolvimento econômico do país. Para ele a política econômica de Jânio continuava a atender os grandes grupos internacionais, como já o fizera seu antecessor. Não faltaram apertes aqui a acusar o presidente, lembrando da fala de João Agripino, de virar as costas aos mais pobres e desvalidos por insistir em adotar a instrução SUMOC 204 mesmo apesar da advertência do ex-ministro⁴¹. Os congressistas continuavam então a buscar e a refutar explicações para o ato da renúncia. A razão econômica aqui estava sendo absolutamente descaracterizada. Além disso os deputados enxergavam a necessidade de uma equipe, a nível de ministério, para cuidar do planejamento econômico⁴². Celso Brant voltava a afirmar que a renúncia foi absolutamente pessoal e que nada teve de pressão econômica, já que, segundo o deputado, a política externa que agradava aos grupos de esquerda, não se refletia em uma política interna de defesa dos interesses nacionais. Merece destaque que toda esta discussão, de cunho nacionalista, tenha sido aberta pelo discurso de um deputado do Partido Republicano (PR) que fazia parte do bloco de apoio ao governo e que, na eleição presidencial, se tinha aliado à UDN, fazendo parte da coligação que elegeu Jânio Quadros.

⁴¹ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XIX, p. 592-593

⁴² Tal pleito só seria de fato contemplado mais de um ano depois, no primeiro gabinete de João Goulart após o retorno do Presidencialismo, com a nomeação de Celso Furtado como ministro para conduzir o Plano Trienal.

Uma observação a ser feita é que embora se tratasse de uma grave crise e houvesse um tema a monopolizar as discussões, o Congresso funcionava normalmente, na medida do possível. Manteve-se a ordem do dia e a discussão de projetos de lei. Um dos projetos, que tratava da regulamentação da profissão de massagista, foi o pretexto usado pelo deputado Aurélio Vianna (PSB-AL), líder de seu partido, para seu pronunciamento a respeito da crise corrente⁴³. Utilizando-se de excelente retórica e também de uma fina ironia, o deputado alagoano ressaltou a importância do Congresso na solução da crise, comparando os congressistas aos massagistas. Dizia o deputado: “havia muita gente no país necessitando de massagem para que suas dores espirituais e físicas diminuam de intensidade ou desapareçam, a fim de que as liberdades dos homens e dos cidadãos sejam garantidas e mantidas.” E continuava “se nós não formos bons massagistas, nós, políticos, os nossos enfermos se liquidarão e nós também. Os ameaçados são o regime e a democracia.”⁴⁴ O deputado denunciou a revista dos aviões por militares à procura de Goulart, acusando ainda a existência de parlamentares que desejavam esconder isto. Aurélio Vianna foi duro ao afirmar, juntamente com o deputado Barbosa Lima Sobrinho (PSB-PE), que uma democracia com restrições não é democracia. Ambos utilizaram o termo “democracia racionada”⁴⁵, concordando que não era admissível. Indo além, Aurélio Vianna incitava João Goulart e o Congresso a reagir às medidas de força e continuava afirmando que não iria se calar na defesa do que considera correto. Após esta fala e ainda considerado como discussão do projeto de lei, o deputado Fernando Ferrari (PTB-RS) fez um discurso bastante significativo, já que foi o terceiro colocado na eleição para a vice-presidência e era o candidato preferido de Jânio Quadros⁴⁶. Começou conclamando o ex-presidente a revelar que “forças terríveis” são essas que menciona na carta de renúncia. Em seguida fez um apelo ao Congresso e às Forças Armadas para que trouxessem tranquilidade ao povo brasileiro⁴⁷. A busca por explicações para a renúncia parecia ser a tônica deste momento. Não tanto para tentar a

⁴³ Além do texto publicado nos Anais da Câmara dos Deputados (Volume XIX, p. 596), teve seu áudio publicado no Portal da Câmara na Internet (http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrivendohistoria/a-crise-politica-de-961/copy_of_Acontecimentos%20do%20dia%2026%20de%20agosto%20de%201961, visto em 28/03/2017), permitindo que possamos verificar a atmosfera de então.

⁴⁴ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XIX, p. 600.

⁴⁵ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XIX, p. 598.

⁴⁶ Mário Victor. Op. cit., p. 55.

⁴⁷ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XIX, p. 604.

volta do Jânio, pois os políticos em geral estavam bastante insatisfeitos com o presidente por suas ações de combate à corrupção, que na verdade acabaram servindo para ataques e difamações de adversários⁴⁸. Tentar saber o que de fato teria levado o presidente à renúncia, naquele momento, trazia o desejo e a esperança de que aí se encontrasse também uma solução para a crise.

Na sessão vespertina, o mesmo Aurélio Vianna se pronunciou duas vezes também aproveitando a discussão de outros projetos a serem votados. O primeiro propunha que o período em que os servidores públicos estivessem afastados para tratamento de saúde fosse considerado efetivo exercício. Embora tenha de fato discutido o projeto recebendo vários apartes, entre eles do deputado Benjamin Farah (PSP-GB), autor do projeto, Aurélio Vianna não deixou de denunciar de maneira veementemente os acontecimentos políticos. Fez questão de frisar que não era boato a informação de que aviões estavam sendo revistados em vários aeroportos do país à procura do vice-presidente. O político de Alagoas também comentou as conversas e articulações em busca de uma melhor solução política sinalizando que ganhava força a ideia de um governo de coalizão nacional⁴⁹. Utilizando de sua ironia chegou a dizer que um candidato teria que saber se, uma vez eleito, poderia tomar posse ou se haveria veto, pedindo assim que se lutasse por uma democracia completa. O experiente deputado fez diversas referências ao golpe do Estado Novo em 1937, à crise que levou ao suicídio de Vargas em 1954 e ao movimento liderado pelo Marechal Lott em 1955, quando participou da votação do impedimento de Carlos Luz e Café Filho. Na outra discussão, do projeto que visava conceder pensão especial à viúva do poeta e jornalista Antônio Bôto, Aurélio Vianna pediu novamente a palavra e mais uma vez falou sobre o governo de coalizão nacional. Citou então diversos nomes que já estariam escolhidos, ou sugeridos, para o Ministério, sem que se soubesse ainda quem seria o presidente. Entre estes nomes, Etelvino Lins (PSD-PE) para o Ministério da Justiça, Gabriel Passos (UDN-MG) para a pasta de Minas e Energia, Clemente Mariani permaneceria no Ministério da Fazenda, o senador Argemiro Figueiredo (PTB-PB) assumiria o Ministério do Trabalho, Maurício Joppert (UDN-MG) para Viação e Obras Públicas e San Tiago Dantas (PTB-MG) para o Itamaraty. O deputado ressaltou que havia dúvidas nas demais pastas e que tudo isso eram especulações. Entre os nomes citados, quase

⁴⁸ Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes. Op. cit., p. 27

⁴⁹ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XIX, p. 628.

todos, eram parlamentares. Por isso o deputado chegava a classificar este pretense ministério como “o Ministério dos Parlamentares”⁵⁰. Interessante que alguns destes nomes, como Gabriel Passos e San Tiago Dantas, fizeram parte do primeiro gabinete parlamentarista, sinalizando que também a nomeação deste ministério estava dentro das articulações para a solução da crise, fosse ela a posse, com ou sem parlamentarismo, ou o impeachment de Goulart. O deputado alagoano criticava justamente estas articulações, já que, na sua opinião, a discussão de nomes para compor o ministério era inócua enquanto não se soubesse quem estaria na presidência. A existência de articulações em torno de nomes para a composição do governo mostra uma disposição de que, independente de quem fosse assumir a presidência e de que sistema de governo estaria vigente, o Congresso não abriria mão de participar ativamente do governo como protagonista. Rechaçava-se assim a ideia, muito difundida no governo Jânio Quadros, de que o Legislativo representava o atraso e a imobilidade em oposição ao dinamismo do Executivo⁵¹.

Na sessão noturna da Câmara naquele mesmo dia 26, os deputados voltaram a discutir projetos da pauta e o assunto a dominar os debates, como não podia deixar de ser, foi a crise política causada pela renúncia. O projeto em discussão tratava da abertura de um crédito especial à Província Carmelitana Fluminense, para educação e assistência social. No encaminhamento da votação, o primeiro a ter a palavra foi o líder do PSB, o deputado Aurélio Vianna (PSB-AL), que foi o mais atuante em plenário nas sessões deste dia. Mais uma vez, o deputado clamava pela legalidade e pelo cumprimento da constituição. Já no início de sua fala, travou debate com o deputado Bezerra Leite (PTB-PE) que se posicionou contra o que considerava uma postura apática do Congresso diante dos acontecimentos. Depois, a partir de aparte de Eloy Dutra (PTB-GB), confirmava-se a informação passada pelo mesmo Aurélio Vianna, mais cedo de que estava em negociação a formação de um ministério de coalisão, inclusive citando nota da *Tribuna da Imprensa* que dava conta que o presidente em exercício, Ranieri Mazzilli estava à frente desta iniciativa⁵². Quanto aos prováveis ministros, os deputados negaram o convite a San Tiago Dantas, ao mesmo tempo em que confirmam que houve de fato o convite ao deputado Gabriel Passos (UDN-MG), que não teria aceitado por entender

⁵⁰ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XIX, p. 668.

⁵¹ Almino Affonso. Op. cit. p. 14.

⁵² *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 26-27/08/1961, p. 7.

que cabia a João Goulart assumir a presidência. Utilizando mais uma vez de sua ironia, Aurélio Vianna chamou de alquimistas modernos os que buscavam fórmula para não dar posse a Goulart⁵³. Quando o deputado Tristão da Cunha (PR-MG) aparteou o discurso, propalando a adoção do parlamentarismo, os dois deputados travaram uma áspera discussão em que Aurélio Vianna acusava o aparteante de querer golpear as instituições com a implantação do sistema parlamentarista enquanto este acusava o sistema presidencialista de não ser de fato democrático. Tristão da Cunha dizia que o regime de então era uma farsa democrática, pois concentrava grande poder nas mãos de um indivíduo, enquanto o parlamentarismo era a verdadeira democracia, pois os representantes do povo exerciam o poder⁵⁴. Outro aparte, do deputado Milton Reis (PTB-MG), afirmava que o movimento pelo golpe já perdia apoio, declarando que “muitos dos que estavam contra a legalidade já encaram bem as consequências que, com o seu gesto, iriam assumir perante a Nação e perante o mundo” e continuava “os setores militares, que sempre foram legalistas, darão cobertura a Jango porque é o presidente da República. Apenas não entrou no exercício da presidência.”⁵⁵ Esta manifestação é importante, pois naquele momento ainda não tinham chegado ao Congresso informações sobre as manifestações em Porto Alegre ou em outras partes do Brasil. No final do discurso Aurélio Vianna citou diversas personalidades civis e políticas que se posicionaram pela posse do vice-presidente, inclusive notórios adversários políticos, como Juracy Magalhães (UDN), governador da Bahia, Magalhães Pinto (UDN), governador de Minas Gerais e o deputado Fernando Ferrari (MTR-RS), e cobrou o pronunciamento formal de todos os partidos políticos a respeito.

Ainda na mesma sessão noturna, o deputado Almino Afonso (PTB-AM), na qualidade de líder de seu partido, do qual o Vice-presidente João Goulart era o presidente, proferiu um discurso corajoso e desafiador, pedindo que se revelassem as forças que tramam contra o regime democrático ao negar a posse de legítimo sucessor, através de alguma manobra legislativa. Pela primeira vez no plenário, falava claramente que se estava diante ou do golpe ou da guerra civil⁵⁶. Citando cada um dos partidos⁵⁷,

⁵³ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XIX, p. 685.

⁵⁴ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XIX, p. 687.

⁵⁵ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XIX, p. 688

⁵⁶ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XIX, p. 693

afirmou não acreditar que qualquer um deles tivesse o desejo de golpear a Constituição apresentando uma solução de golpe. A seguir, leu os manifestos do governador da Bahia, Juracy Magalhães, do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto e do cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime Câmara, todos pedindo que se cumprisse a constituição com a posse de Goulart. Também citou os manifestos do marechal Lott e de Juscelino Kubitschek. A fala do deputado amazonense, repleta de apartes de apoio era um grande desafio aos deputados para que se mantivessem firmes na defesa da constituição, resistindo aos ataques. O discurso foi aparteado por lideranças de praticamente todos os partidos, que unanimemente o classificaram como uma peça histórica. A primeira das intervenções foi do deputado Plínio Salgado (PRP-PR). O antigo líder integralista ressaltou que seu partido apoiou a candidatura de Goulart à vice-presidência com mais intensidade do que a candidatura do marechal Lott à presidência, porque este recebia apoio dos comunistas, aos quais o partido era contrário. De fato durante toda a fala ficou bastante patente que a defesa da legalidade, representada pela posse de João Goulart na presidência gozava e grande apoio no Congresso, dos representantes de todos os partidos. Um dos apartes mostrou o clima de defesa da legalidade: A fala de Ferro Costa (UDN-MG) dizendo que havia entre os congressistas uma divisão “entre os que defendem a lei e os que agem contra a lei”⁵⁸. Também os deputados do PSD que fizeram o maior número intervenções no discurso, colocaram-se em defesa do regime democrático, chegando o deputado Waldir Pires (PSD-BA) a afirmar que a fala do político amazonense traduzia uma unanimidade naquele plenário⁵⁹. A peça oratória do deputado Almino Afonso sintetizava a falta de disposição do Congresso para atender às pressões para que impedisse a posse de Jango na Presidência.

Observamos que até aquele momento, as vozes que se levantavam na Câmara eram quase unânimes para defender a posse de João Goulart na presidência. Fora algumas pequenas manifestações, não havia ainda uma proposta formulada de parlamentarismo nem de *impeachment*. Também não havia ainda notícias sobre clamor popular. As manifestações parlamentares observadas até o dia seguinte à renúncia eram

⁵⁷ Foram citados nominalmente no discurso, além do PTB, partido do qual o orador era o líder da bancada, a UDN, o PSD, o PL, o PSB, o PSP, o PDC e o PRP. Foram invocados seus símbolos, programas, história política e grandes líderes, para ressaltar seu compromisso com a democracia.

⁵⁸ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XIX, p. 699

⁵⁹ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XIX, p. 700

ainda bastante centradas na questão da legalidade, embora também não se falasse claramente em negar a posse a Goulart. Neste sentido, o discurso de Almino Afonso mostrava que as posições assumidas até então seguiam por este sentido. O discurso teve participação de políticos de sete partidos diferentes. Nenhum deles, no entanto assumiu posição contrária à do orador.

Após a fala de Almino Afonso, o primeiro representante da UDN tomou a palavra naquele dia. Durante a fala de Antônio Carlos Magalhães (BA), o deputado Pereira Nunes (PSD-RJ) denunciou a ocorrência de censura a rádios e jornais da Guanabara e de outras medidas repressivas, por ordem do governador Carlos Lacerda. O deputado baiano, na tribuna, também fez um discurso em defesa da Constituição e chegou a citar passagens do discurso antecedente. Em aparte, o deputado Adahil Barreto (UDN-CE) fez um paralelo entre sua posição contrária ao impedimento de Café Filho e Carlos Luz em 1955 e sua posição no momento, igualmente contrária ao impedimento de João Goulart. Esta posição tem sua importância, porque a comparação entre as posturas assumidas em 1955 e naquele momento passaram a pautar a fala de alguns políticos, principalmente da UDN. Em vários momentos os deputados udenistas iriam afirmar que os parlamentares do PTB e do PSD, que assumiram a linha de defesa da legalidade, favoreceram o golpe liderado pelo marechal Lott, garantindo a posse de Juscelino Kubistchek e João Goulart em 1955.

Durante o discurso de Antônio Carlos Magalhães, verificamos as primeiras manifestações de claro repúdio ao marechal Odílio Denys, como do deputado Armando Carneiro (PSD-PA), que chegou a dizer que o marechal desejava ser eleito presidente da república pela legenda da UDN, no que foi contestado pelo orador e saiu-se com a seguinte declaração: “Vossa Excelência é diferente da UDN. A UDN de que falo não é a de Vossa Excelência, é a outra”, no que completou Waldir Simões (PTB-GB): “A do Sr. Carlos Lacerda”⁶⁰. O aparte do deputado Benjamin Farah (PSP-GB) foi em defesa do marechal Denys, afirmando crer que o mesmo também estaria de acordo com a posse de João Goulart e o cumprimento da constituição. Antônio Carlos Magalhães concordou com a proposição e encerrou seu discurso manifestando-se mais uma vez pela legalidade.

Logo a seguir passou-se à votação de um projeto que destinava recursos para o Instituto Histórico de Minas Gerais. No encaminhamento da votação do projeto, o

⁶⁰ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XIX, p. 707

deputado Aduino Lúcio Cardoso (UDN-GB) produziu um momento de intenso debate parlamentar. Falando sobre a proposta em votação, iniciou discorrendo sobre a importância de se estudar a História e se lembrar do passado. A partir daí, insinuou que alguns deputados não eram coerentes com suas opiniões no passado. Em aparte, o deputado Fernando Ribeiro (UDN-MT) se referiu claramente ao 11 de novembro de 1955. Houve então uma sequência de falas em que se comparavam a postura do Congresso naquela crise e na que estava então acontecendo. O momento de maior tensão ocorreu quando o deputado Bocayuva Cunha (PTB-GB) pediu um aparte para ler o manifesto do marechal Henrique Lott. Aduino Cardoso não concedeu o aparte dizendo que não queria que a palavra do marechal Lott fosse registrada nos anais dentro de seu discurso, bradando que o marechal nada tinha a falar sobre legalidade⁶¹. Aduino Cardoso continuou a traçar paralelos entre 1955 e 1961 sob aplausos e muitos protestos. Sinalizava assim a solução jurídica que se buscava: a votação do impedimento do presidente, por razões de segurança, tendo o duplo *impeachment* de Carlos Luz e Café Filho em 11 de novembro de 1955 como precedente. Enquanto os membros da UDN, que foram derrotados naquela ocasião, tentavam apontar sua viabilidade, os representantes de outros partidos, especialmente o PTB enfatizavam as circunstâncias diferentes. Vale notar que a proposição de *impeachment* não era apresentada claramente e nem defendida em discursos. O que se buscava então era criar um ambiente favorável para que fosse feita a proposta. Não faltaram denúncias e acusações aos que, no entendimento do orador e seus correligionários, mudaram de opinião por conveniência, a ponto de o deputado Barbosa Lima Sobrinho (PSB-PE) intervir pedindo que se esquecesse o passado para resolver a situação presente⁶². Ao lembrar tais fatos, fez questão de dizer que a maior parte da bancada da UDN em 1954 e 1955 era contra qualquer golpe e não apoiava alguns de seus representantes como Carlos Lacerda. O deputado Armando Carneiro (PSD-PA) levantou-se para afirmar que um dos apoiadores do golpe era o deputado Herbert Levy, em 1961 presidente nacional da UDN. Assim travaram também uma discussão sobre o papel de Levy no movimento de 1955⁶³. Aduino Cardoso por fim declarou-se pela constituição mesmo que signifique dar posse a

⁶¹ Infelizmente o áudio deste trecho não está disponível, mas mesmo pelos frios registros dos Anais da Câmara (Volume XIX, p 712) é possível perceber o nível rispido das falas.

⁶² Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XIX, p. 712-713

⁶³ Como já citado, o deputado Herbert Levy não estava em Brasília, acompanhava em São Paulo a reunião de governadores e os acontecimentos em torno de Jânio Quadros

seu adversário e pediu que todos permanecessem firmes no compromisso com a democracia. Ainda que não fossem favoráveis a Goulart, ninguém se aventurava a assumir esta posição em plenário.

A estratégia política a ser adotada, retomando a solução dada em 1955, com a votação do *impeachment* de Goulart, parece ter sido discutida em reuniões ao longo de todo aquele dia. Isso talvez explique a ausência de líderes da UDN nos debates no plenário no decorrer daquele dia. Na verdade podemos notar, pelos registros dos discursos e até nos registros de presença nas sessões que os principais líderes do partido, assim como alguns líderes do PSD, não estavam nas sessões plenárias naquele dia. É bem provável que nos gabinetes, em reuniões privadas, a solução jurídica tivesse sido discutida, certamente com a participação dos líderes militares. Os discursos e apartes no Plenário e até mesmo as ausências nos sinalizam de que havia um importante centro de decisões no interior dos gabinetes.

Até aquele momento, entre os que falavam na tribuna da Câmara, se ignorava o paradeiro de João Goulart. Tendo sido informado da renúncia quando estava em Cingapura e dada a dificuldade de comunicação na época, Goulart resolveu embarcar para Paris onde poderia se informar melhor da situação. Quando teve melhores informações sobre os acontecimentos, pensou em renunciar, possibilitando a convocação de novas eleições. Ao saber das acusações dos ministros militares, no entanto, resolveu lutar por seu mandato⁶⁴. Diante de uma possível ameaça de prisão ao pisar em território nacional, Goulart resolveu voltar ao Brasil pela costa do Pacífico, o caminho mais longo. Assim também dava tempo àqueles que desejavam encontrar uma solução para sua posse.

Continuando a sessão na Câmara, o deputado Bocayuva Cunha (PTB-GB) pediu a palavra para ler o manifesto do marechal Henrique Lott, já que não conseguira fazê-lo durante a fala de Adauto Lucio Cardoso. Este manifesto, dirigido às Forças Armadas e ao povo brasileiro, teve tamanha importância no desenrolar dos acontecimentos que o trazemos na íntegra:

“Aos meus camaradas das Forças Armadas e ao povo brasileiro.

Tomei conhecimento, nesta data, da decisão do Senhor Ministro da Guerra, Marechal Odílio Denis, manifestada ao representante do governo do Rio Grande do Sul, deputado Rui Ramos, no Palácio do Planalto, em Brasília, de não permitir que o atual Presidente da República, Sr. João Goulart, entre no exercício de suas funções, e ainda, de detê-lo no momento em que pise o território nacional.

⁶⁴ Jorge Ferreira. *João Goulart: Uma biografia*. Op. cit. p. 233

Mediante ligação telefônica, tentei demover aquele eminente colega da prática de semelhante violência, sem obter resultado. Embora afastado das atividades militares, mantenho um compromisso de honra com a minha classe, com a minha pátria e as suas instituições democráticas e constitucionais. E, por isso, sinto-me no indeclinável dever de manifestar o meu repúdio à solução anormal e arbitrária que se pretende impor à Nação.

Dentro dessa orientação, conclamo todas as forças vivas do país, as forças da produção e do pensamento, dos estudantes e intelectuais, dos operários e o povo em geral, para tomar posição decisiva e enérgica no respeito à Constituição e preservação integral do regime democrático brasileiro, certo ainda de que os meus camaradas das Forças Armadas saberão portar-se à altura das tradições legalistas que marcam sua história no destino da Pátria.
Ass. Marechal Henrique Lott.⁶⁵

Bocayuva Cunha terminou denunciando que antes que este manifesto chegasse à redação dos principais jornais, já havia censores nas mesmas em razão da repressão feita aos jornais por ordem do governador da Guanabara. Logo a seguir, subiu à tribuna o deputado Wilson Vargas (PTB-RS), que descreveu a situação no Rio Grande do Sul, frisando que as principais lideranças políticas, militares, religiosas, além de grande parcela da sociedade estava a favor da posse imediata de João Goulart, como preceituava a Constituição. Disse que em razão do documento que acabara de ser lido, providências tinham que ser tomadas pelos parlamentares. O deputado José Joffily (PSD-PB) afirmou que a partir do momento que o marechal Lott se pronunciava desta forma, já não se tratava mais de boatos, mas de grave denúncia⁶⁶. Nunca é demais lembrar que este parlamentar, representante da Ala Moça do PSD, fora um dos grandes entusiastas da candidatura do marechal à presidência⁶⁷. O final do discurso de Wilson Vargas era um grande desafio: “o Congresso Nacional está disposto a permanecer com honra e a cair de pé, pela democracia brasileira.”⁶⁸ Manifestava-se a coligação PSD-PTB, que lançara a chapa Lott-Jango nas eleições de 1960, defendendo os seus candidatos, agora em situações diversas. Podemos ver também o peso da palavra do marechal, candidato derrotado à presidência. Enquanto um dos parlamentares afirmava que o marechal não podia falar em legalidade, porque liderara um golpe em 1955, outros afirmavam que uma vez que o marechal havia se pronunciado, não se podia mais

⁶⁵ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XIX, p. 715

⁶⁶ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XIX, p. 717

⁶⁷ Lucia Hippólito. Op. cit. p.246-247.

⁶⁸ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XIX, p. 718

falar em boatos, mas verdade. O marechal Lott voltava a encarnar um símbolo da luta pela democracia para uns e também uma figura a lembrar a antiga derrota para outros.

Passado todo o dia após a renúncia, no Congresso praticamente não se falava mais em Jânio Quadros. A renúncia era fato consumado e seu governo, página virada. Embora algumas categorias de trabalhadores, como os ferroviários da Leopoldina, estivessem em greve; embora o Movimento Popular Jânio Quadros (MPJQ) planejasse reagir; embora Jânio ainda estivesse em São Paulo, o presidente Jânio Quadros naquele momento já entrara para a História, como aquele que sete meses após tomar posse, renunciara deixando ao país uma grave crise. As restrições e temores a um governo de João Goulart moviam setores políticos e militares a uma conspiração que desejava se desenvolver no silêncio e nos bastidores. A intenção de não dar posse a Goulart e ainda de prendê-lo caso viesse ao Brasil foi manifestada pelo próprio ministro da Guerra aos deputados do PTB Ruy Ramos (RS), Ivete Vargas (SP) e Bocayuva Cunha (GB) em reunião naquela manhã⁶⁹. Curioso é que os ministros militares e certamente setores políticos que os apoiavam não cogitassem a volta de Jânio Quadros como solução viável. Desde o início a ideia era um “golpe de baixo custo”⁷⁰, com a aquiescência do Congresso. Este golpe consistiria em pressionar o Congresso a votar o *impeachment* de Goulart, o que ocasionaria a convocação de novas eleições. A partir daí poderiam ser tomados dois caminhos: um grande acordo entre as lideranças políticas por uma candidatura de “união nacional” ou a aprovação de uma emenda constitucional que estabelecesse eleições indiretas pelo Congresso para a presidência, evitando a eleição de algum político vinculado à herança de Vargas ou um candidato que se colocasse acima do sistema político tradicional, como Jânio Quadros. Até mesmo alguns nomes chegaram a surgir, como Juracy Magalhães, o governador de São Paulo, Carvalho Pinto, o marechal Eurico Dutra entre outros⁷¹. O precedente para tal operação já existia, já que em 1955 algo semelhante teria ocorrido: o Congresso, sob pressão militar, votara o *impeachment* de dois presidentes, Carlos Luz e Café Filho. Talvez pela surpresa da renúncia e pela necessidade de agir rápido, o cálculo político dos ministros militares foi equivocado. Não havia apoio político para que tal golpe se efetivasse de forma rápida e sem oposições. O que notamos nos discursos é que os parlamentares que apoiaram a atuação do marechal Lott em 1955 não se sentiam absolutamente confortáveis em

⁶⁹ Amir Labaki. Op. cit., p. 54

⁷⁰ Argelina Figueiredo. Op. cit. p. 37.

⁷¹ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27/08/1961, p. 3.

abordar este assunto, ao mesmo tempo em que novas lideranças políticas surgidas neste intervalo de quase seis anos não concordavam em compactuar com tal medida.

Parece que o *script* estava correto. Os congressistas estavam “isolados” em Brasília, longe de grandes manifestações populares que pudessem lhes dar apoio em uma resistência. Forte censura foi adotada no Estado da Guanabara, o que impedia parcela considerável da opinião pública de ter informações sobre o que de fato ocorria. Informalmente o país, e especialmente o antigo Distrito Federal, estava sob estado de sítio. Os líderes militares publicaram reiteradas notas na imprensa informando seu compromisso com a legalidade ao mesmo tempo em que estavam de fato dispostos a impedir o regresso do vice-presidente. Os dispositivos militares em todo o país rapidamente neutralizariam as manifestações contrárias. Tudo seria resolvido de forma rápida, sem alarde e dentro de aparente legalidade. Ocorre que as coisas não saíram como o planejado. Naquele dia 26 o Congresso deu inúmeras mostras que não daria apoio a este golpe. O que deu por encerrada a estratégia da ação de bastidores foi a publicação do manifesto do marechal Lott, que deixou claro para vários oficiais das Forças Armadas que o movimento em curso feria a legalidade e deu a senha para que ocorresse uma quebra da unidade entre os militares. Além disso, publicado em vários veículos de imprensa e lido em rádios, o manifesto conseguiu, ainda que de forma precária, furar o cerco da censura. A situação foi ainda agravada pela prisão do marechal, ocorrida naquela madrugada que também foi divulgada pela imprensa e chegou a ser informada no Congresso. Entendemos assim que o domingo, dia 27 de agosto de 1961, foi de intensas reuniões e articulações, para avaliar as possibilidades de continuar com a mesma estratégia ou adotar uma outra.

O Congresso, tanto a Câmara como o Senado, manteve-se em sessões extraordinárias também naquele dia, promovendo mais uma vez acalorados debates. Na Câmara a sessão matutina teve início às 5h30 por convocação do deputado Sérgio Magalhães (PTB-GB), que estava no exercício da presidência da Câmara devido ao fato de Ranieri Mazzilli estar no cargo de presidente da República. Logo os deputados questionaram a razão para uma sessão em horário tão incomum. O deputado Sérgio Magalhães afirmou que fatos gravíssimos davam razão àquela convocação e, perguntado pelo deputado Teódulo Albuquerque (PR-BA), respondeu que estavam ocorrendo fatos anormais em uma democracia como prisões arbitrárias, censura à imprensa entre outros. Citou a apreensão da edição daquela manhã do *Jornal do Brasil*,

que continha entrevista sua afirmando que não daria andamento nem poria em pauta qualquer projeto que visasse impedir a posse de João Goulart na Presidência e que trazia como principal chamada de primeira página “Denis disposto a impedir a posse de João Goulart”⁷². A contradição aparente entre as notícias mostra como as informações eram desencontradas. Mostra também a diferença de posição entre os ministros militares e a o presidente em exercício da Câmara.

O deputado Elói Dutra (PTB-GB) informou então da prisão do marechal Lott, naquela mesma madrugada, lendo novamente o manifesto publicado por este, que já tinha sido lido pelo deputado Bocayuva Cunha na noite anterior. O deputado Padre Medeiros Neto (PSD-AL) subiu à tribuna e falou questionando a oportunidade daquela reunião, já que não se dispunha de informações mais concretas sobre a prisão do marechal Lott nem sobre o que o presidente da Casa, em exercício ou o deputado Elói Dutra estavam denunciando. O deputado Nelson Carneiro (PSD-GB) apresentou então um requerimento para que a sessão fosse suspensa e que os deputados permanecessem na Casa aguardando a qualquer momento uma convocação para reinício da mesma. Encaminhando a votação deste requerimento, o deputado Almino Afonso provocou tumulto ao contrapor o deputado Medeiros Neto da importância de o Congresso permanecer reunido e também da importância dos fatos denunciados. O deputado amazonense reafirmava a gravidade dos fatos considerando que o país estava sob estado de sítio ilegal, inconstitucional, uma vez que garantias individuais estavam sendo violadas. Ao dizer que eles, os congressistas, tinham o dever de apurar o que estava acontecendo, citou conversa entre Sérgio Magalhães e o presidente em exercício, Ranieri Mazzilli, na presença de outros deputados, onde aquele arguiu se este, no exercício da presidência da República, estava a par dos acontecimentos e no controle da situação, ao que respondeu que sim. Perguntado se sabia da prisão do marechal Lott e outros militares respondeu que não sabia e perguntado sobre a censura e outras medidas restritivas disse também que nada sabia⁷³. O deputado Almino Afonso terminou seu discurso apoiando o requerimento de Nelson Carneiro, com a recomendação de que se continuasse em atenta vigília. Em seguida o deputado Breno da Silveira (PSB-GB) recomendou que a sessão fosse suspensa e que se formasse uma comissão com os líderes dos partidos para avaliar a necessidade de se convocar o Plenário.

⁷² *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27/08/1961, p. 1.

⁷³ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XIX, p. 739.

As denúncias de censura e outras medidas arbitrárias trouxeram um componente novo à discussão. O que os ministros militares tentavam fazer nos bastidores, ficava cada vez mais claro. Manifestações de oposição aos ministros militares estavam sendo reprimidas de forma violenta. Os congressistas estavam percebendo que precisavam sim tomar atitudes, mas embora soubessem que a democracia estava em risco, não havia consenso sobre qual atitude tomar.

Veio à tribuna então o deputado Último de Carvalho (PSD-MG) que promoveu um intenso debate, com o aparte de diversos deputados. Primeiro o deputado Esteves Rodrigues (PR-MG) trouxe uma declaração do marechal Denys: “Não emiti qualquer opinião pessoal sobre a situação política. Desconheço os problemas que dizem existir. Se existe algum, ele pertence ao Congresso Nacional. A solução que foi dada à renúncia do Presidente da República foi a solução constitucional.”⁷⁴ Em seguida o deputado Arthur Virgílio (PTB-AM), alegando fazer um aditamento, apontava a falsidade da declaração do ministro da Guerra, já que, segundo afirmou, este dissera a uma comissão de deputados do PTB que as Forças Armadas vetavam a posse de Goulart e reafirmara a mesma posição ao deputado Rui Ramos (PTB-RS), emissário do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, para apurar as circunstâncias impeditivas à posse de João Goulart. Arthur Virgílio acusou ainda membros do Congresso de estarem coniventes com tal atitude. O deputado Padre Vidigal (PSD-MG) afirmou que alguns dos que estavam defendendo a inviolabilidade da Constituição votaram contra ela em 1955, relacionado o próprio Último de Carvalho e também Sérgio Magalhães entre estes. Reafirmou que os interesses da nação têm que estar acima das questões pessoais e partidárias e afirmou que a sessão fora convocada baseada em “simples boatos e notícias contraditórias de rádio”.⁷⁵ Retomando a palavra, o deputado Último de Carvalho afirmou que a situação então vivida era muito diferente da de 1955. Declarou que naquela ocasião havia fatos concretos e que no momento se estava a discutir por hipótese. O deputado José Joffily discordou dizendo a prisão do marechal Lott não era uma hipótese. O orador na tribuna declarou-se solidário ao marechal preso, reafirmou lutar pela constituição e como os demais pediu a aprovação do requerimento de Nelson Carneiro e a suspensão da sessão, o que de fato aconteceu.

⁷⁴ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XIX, p. 740.

⁷⁵ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XIX, p. 742.

Uma das coisas a se notar neste conjunto de falas é que o movimento liderado pelo marechal Lott em 1955, que contou com a participação do marechal Denys, era ainda um assunto mal resolvido no Congresso. Todos percebiam que aquele foi um momento em que o Legislativo capitulou sob a força das armas. As circunstâncias eram bem diferentes, pois em 1955 tratava-se de garantir a posse do presidente eleito, que estava ameaçada por uma conspiração golpista. Em 1961 a tentativa do ministro da Guerra, agora apoiado pelas demais Forças, era de impedir a posse do sucessor constitucional. Objetivamente, no entanto, o que se desejava era o mesmo: que o Congresso validasse um golpe contra o titular constitucional da presidência da República no momento. Carlos Luz e Café Filho em 1955 estavam exercendo corretamente seu mandato, assim como João Goulart desejava fazê-lo. No primeiro caso o Congresso cedeu. Não desejava fazê-lo novamente.

No Senado também houve sessão extraordinária naquele domingo. Os senadores Lino de Matos (PSP-SP) e Argemiro de Figueiredo (PTB-PB) discutiam sobre o paradeiro do vice-presidente João Goulart e a razão porque não informara ao Congresso onde estava e quando pretendia assumir suas funções como presidente da República⁷⁶. Lino de Matos afirmou que Argemiro de Figueiredo deveria saber onde estava Goulart pois ambos eram do mesmo partido. Argumentou que o agora presidente, Goulart, deveria comunicar-se com o Senado ou outra instituição que achasse mais conveniente para saber o prazo que teria para assumir e informar quando o faria. Os debates prosseguiram dentro do mesmo assunto até que o senador Vitorino Freire (PSD-MA) propôs a convocação de uma nova sessão extraordinária para as 17 horas naquele dia.

Ministros militares denunciados

Neste dia 27 de agosto a situação ganhou um novo componente que teve a condição de mudar todo o jogo. O Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, cunhado de João Goulart, decidira resistir desde a véspera quando recebera a informação do deputado Rui Ramos (PTB-RS) de que os ministros militares vetavam a posse do vice-presidente, a qualquer tentativa de golpe. Para tanto, contava com a sua Brigada Militar e a adesão de grande número de pessoas, alistadas pelos Comitês de Resistência Cívica. O General José Machado Lopes, comandante do III Exército,

⁷⁶ Hélio Silva. Op. cit., p. 54.

sediado em Porto Alegre monitorava as ações do governador, informava ao ministro da Guerra e executava suas ordens. Quando na noite de sábado, dia 26, Brizola enviou dois manifestos para que fossem lidos nas rádios e publicados nos jornais, o III Exército executando a ordem de censura, desativou as rádios que transmitiram tais manifestos. O governador decidiu então requisitar os transmissores da Rádio Guaíba, que não fora desativada, e instalá-los no Palácio Piratini, ao mesmo tempo que guarneceu as torres de transmissão com homens da Brigada Militar. Transmitindo dos porões do Palácio e retransmitida por outras emissoras no Brasil e até no exterior, formou-se a Cadeia da Legalidade, que foi capaz de furar o cerco da censura e ser a voz da resistência. A troca de informações entre o comando do III Exército e o Ministério da Guerra informava detalhes de que o governador pretendia levar a resistência até as últimas consequências para garantir a posse de Goulart, enquanto eram determinadas medidas para que os militares pudessem dissuadi-lo. Na manhã do dia 28, o general Machado Lopes recebeu uma comunicação determinante para os rumos dos acontecimentos:

“1 – O General Orlando Geisel transmite ao General Machado Lopes, Comandante do III Exército, a seguinte ordem do Ministro da Guerra:

O III Exército deve cumprir imediatamente o Sr. Leonel Brizola, a por termo à ação subversiva, que vem desenvolvendo e que se traduz pelo deslocamento e concentração de tropas e outras medidas que competem, exclusivamente, às Forças Armadas.

O Governador colocou-se assim fora da legalidade. O Comando do III Exército atue com máxima energia e presteza.

2 – Faça convergir sobre Porto Alegre toda tropa do Rio Grande do Sul que julgar conveniente, inclusive a 5ª DI, se necessário.

3 – Empregue a Aeronáutica, realizando inclusive o Bombardeio, se necessário.

4 – Está a caminho do Rio Grande do Sul uma Força-Tarefa da Marinha.

5 – Qual reforço de tropa que necessita?

6 – Aqui há um boato que o General Murici viria ao Rio. O Ministro da Guerra não quer acreditar na notícia e julga que o momento não é para parlamentar, mas requer ação firme e imediata.

7 – O Ministro da Guerra confia em que a tropa do III Exército cumprirá o seu dever.”⁷⁷

Interceptada por rádio-amadores, esta mensagem chegou também ao conhecimento do Palácio Piratini e, é claro, causou muita apreensão em todos. O general Machado Lopes solicitou audiência com o governador, que aceitou. Antes porém, pelos microfones da Cadeia da Legalidade, fez um pronunciamento emocionado ressaltando as virtudes do povo riograndense e convidando todos a lutarem com todas as

⁷⁷ José Machado Lopes. *O III Exército na crise da renúncia de Jânio Quadros. Um depoimento*. Rio de Janeiro: Editorial Alhambra, 1980, p. 47.

suas forças pela justiça e pela democracia. A tensão atingiu o ápice quando o general Machado Lopes e seus comandantes de tropa chegaram ao Palácio por volta do meio dia e foram recebidos pela multidão ao redor com o Hino Nacional e pelo governador, armado de uma metralhadora. Em uma reunião a portas fechadas, o General declarou que ele e seus comandados só receberiam ordens do presidente de República, João Goulart, ao que Brizola respondeu que não esperava outra atitude.⁷⁸ Teremos a oportunidade de analisar melhor o movimento que ficou conhecido como a Campanha da Legalidade, focando suas relações com o veto militar e a atividade parlamentar.

À tarde do mesmo dia 28, na Câmara prosseguiram os trabalhos em uma sessão com importantes manifestações de vários parlamentares. O primeiro a se colocar foi o deputado Jonas Bahiense (PTB-ES) que denunciou um *ultimatum*⁷⁹ ao Congresso para que votasse o impedimento de Jango, sem que estas forças nem mesmo assumissem a responsabilidade por tal ato. Afirmou que era o ministro da Guerra quem de fato governava o país e conclamou as Forças Armadas a agirem de acordo com a lei, sugerindo que não cumprissem as ordens de Denys. Na mesma linha, o deputado Miguel Bahury (UDN-MA) opôs declarações dadas à imprensa pelo presidente em exercício Ranieri Mazzilli e pelo marechal Denys, na véspera, pelo rádio. O primeiro garantindo que a constituição seria cumprida e o segundo dizendo ser contra a forma de governo que Goulart representava. Continuava o deputado defendendo a posse de Goulart e, se fosse o caso, um processo legal para seu *impeachment*. Também reafirmava a atribuição constitucional das Forças Armadas de defender o país e as instituições⁸⁰.

Como pode ser verificado, enquanto durante o final de semana que se seguiu à renúncia de Jânio Quadros, os debates se concentravam na arena política, discutindo a natureza legal e constitucional da sucessão. Enquanto a ação dos setores em conspiração se dava nos bastidores, na tribuna se buscava reforçar o precedente para tal ação, comparando a situação de então com a de 1955. Na segunda-feira, no entanto, alguns dos atores acabaram vindo à tona. Já não era mais possível aos ministros militares agir de forma velada. As situações foram sendo postas às claras.

⁷⁸ Paulo Markun e Duda Hamilton. Op. cit., p.181-182.

⁷⁹ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XX, p. 10.

⁸⁰ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XX, p. 11-12.

O deputado Clemens Sampaio (PTB-BA) denunciou o que chamava de “trama urdida nos gabinetes para que o Congresso Nacional se desmoralize”⁸¹. Em aparte, o deputado Aarão Steinbruch (PTB-RJ) lembrou a ordem do dia do marechal Denys, do dia 25 de agosto que defendia a autodeterminação dos povos e as eleições⁸². Clemens Sampaio prosseguiu fazendo um apelo aos ministros militares para que não submetessem o país à vergonha de mais um golpe⁸³. O deputado Aurélio Vianna (PSB-AL) afirmou que seu partido não votaria qualquer projeto sob coação de quem quer que fosse e que defendia peremptoriamente a posse dos eleitos⁸⁴. O deputado Pereira Nunes (PSD-RJ) declarou-se cansado de ver prevalecer as forças reacionárias. Lembrou o suicídio de Vargas e chegou a duvidar que Jânio tenha renunciado com plena liberdade, especulando que foi compelido por essas mesmas forças que ele aponta agora como responsáveis pela crise em que o país se encontra. Nas falas desta sessão, as denúncias ficaram evidentes, bem como a oposição de grande parte dos congressistas e esta trama.

Destoando completamente dos demais discursos em plenário, o deputado Mendes Gonçalves (PSD-MT) afirmou que fizera de tudo para que se votasse naquela casa o impedimento de João Goulart⁸⁵. Explicou-se dizendo que a posse defendida pela maioria representava risco à segurança do país. Afirmou que o Congresso não quis assumir esta responsabilidade preferindo que o impedimento viesse pela força das armas e anunciou que aí estava a mensagem, referindo-se à mensagem dos ministros militares sobre a inconveniência da posse de Goulart, que seria apresentada formalmente mais adiante. Mendes Gonçalves terminou seu discurso dizendo que dessa forma, à força, não concordava com o impedimento e que retirava-se do plenário para não votar nem dar quórum. Avisou que ia esperar pela guerra civil em sua casa⁸⁶. Este dado é particularmente interessante. Na visão do político matogrossense, que obviamente não era o único a pensar assim, era melhor que o Congresso votasse o impedimento, a partir de uma pressão militar discreta perante a opinião pública, do que recebendo formalmente uma determinação de veto. Não sendo a favor e não desejando

⁸¹ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XX, p. 12.

⁸² *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 26/08/1961, p. 6.

⁸³ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XX, p. 13.

⁸⁴ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XX, p. 15.

⁸⁵ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XX, p. 16.

⁸⁶ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XX, p. 17.

votar contra, proclamou na tribuna sua abstenção, certamente sinalizando o que outros representantes poderiam fazer.

Merece particular destaque a posição dos políticos do PSD em relação à proposta de *impeachment*. Caso do vice-presidente fosse afastado, ou renunciasse, novas eleições seriam convocadas. É bastante provável que, com a UDN atordoada com a renúncia e o PTB sem a possibilidade de lançar seu maior líder, o PSD, com seus quadros políticos de destaque nacional, vencesse tal eleição. Além do mais, não havia mais a vedação de que o próprio JK fosse candidato, pois não seria uma reeleição. No entanto, o PSD assumiu a linha de frente na defesa da posse de Jango. Lucia Hippólito chama a atuação do partido nesta crise de “Operação Reconquista”⁸⁷, pois todo o cálculo político dos pessedistas incluía a retomada do governo, perdido em 1960. Não era interessante para o partido assumir a presidência naquele momento, pois ainda teriam que ser tomadas medidas impopulares para a estabilização da economia, aprofundando as que foram implementadas por Jânio. Além do mais, Goulart assumindo a presidência, não poderia ser candidato em 1965, deixando o caminho livre para um retorno mais seguro de JK à presidência nas eleições seguintes. Como centro do espectro político⁸⁸, a posição deste partido foi novamente determinante para os acontecimentos.

Após a posse de Abel Santos Lima (PSD-CE) em substituição a Martins Rodrigues (PSD-CE) que assumira o Ministério da Justiça por nomeação de Ranieri Mazzilli, prosseguiram os discursos. O deputado Hugo Borghi (PRT-SP) afirmava a posição de seu partido pela legalidade e pela posse de João Goulart e fazia previsões terríveis sobre uma possível guerra civil. Logo em seguida o deputado Elói Dutra (PTB-GB) fez a leitura de um outro documento. Desta vez a mensagem do presidente Ranieri Mazzilli ao presidente do Congresso Nacional, Senador Auro Moura Andrade, nos seguintes termos:

“Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que na apreciação da atual situação política, criada pela renúncia do Presidente Jânio Quadros, os Ministros militares, na qualidade de chefes das Forças Armadas, responsáveis pela ordem interna, manifestaram-me a absoluta inconveniência, por motivos de segurança nacional, do regresso ao País, do Vice-Presidente da República, João Belchior Marques Goulart.”⁸⁹

⁸⁷ Lucia Hippólito. Op. cit., p 119

⁸⁸ Idem. p. 121

⁸⁹ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XX, p. 18.

Indignado com a mensagem, Elói Dutra afirmou que renunciaria ao mandato caso alguma medida fosse votada para impedimento do presidente a partir do que considerava uma ameaça inaceitável. O deputado Silvio Braga (PSP-PA) fez então um pronunciamento lembrando os fatos que antecederam o golpe do Estado Novo, em 1937, e traçando paralelos com a crise presente. O aparte do deputado Unirio Machado (PTB-RS) denunciava que enquanto os parlamentares estavam a debater em defesa da Constituição, a versão que era publicada pela imprensa taxava-os de comunistas enquanto os defensores da democracia eram os que queriam negar o direito de João Goulart exercer a presidência. Pediu que as Forças Armadas obedecessem à lei e que o Parlamento resistisse tudo que pudesse e, se fosse o caso, caísse de pé⁹⁰. Arthur Virgílio também aparteu o discurso de Sílvio Braga e afirmou que o país já estava sob uma ditadura militar sem que o povo o conhecesse e disse que Denys, Moss e Heck, embora fossem os ministros militares, não representavam a totalidade das Forças Armadas, mas uma distorção delas.

Ainda durante o discurso do deputado Silvio Braga, o deputado Paulo Micarone (PTB-RS) informou sobre os acontecimentos no Rio Grande do Sul, que recebeu por ligação telefônica com o Palácio Piratini. Segundo o deputado gaúcho, o comandante do III Exército afirmou que só receberia ordens do presidente da República, João Goulart, de acordo com a constituição. Esta informação parece ter causado grande alvoroço no plenário, já que o presidente da sessão, Clélio Lemos (PSD-PE) teve que intervir pedindo atenção. Assim Paulo Micarone disse que o Congresso agora teria a obrigação de resistir à imposição do marechal Odylio Denys de que resolvesse a situação em 24 horas. Chegou a dizer textualmente que “o Rio Grande do Sul está em pé de guerra”⁹¹. Ele ainda afirmou que as Forças Armadas estavam unidas em torno da legalidade constitucional, exceto uma pequena parcela da qual faziam parte os ministros militares. Enquanto o deputado Silvio Braga permanecia na tribuna, o deputado Neiva Moreira (PSP-MA) falou em defesa do marechal Lott e apresentou mensagem, da qual vários deputados foram signatários, que ser-lhe-ia enviada na Fortaleza da Laje onde estava preso:

“Marechal Henrique Teixeira Lott – Fortaleza da Laje – Rio de Janeiro –
Manifestamos ao eminente patricio nossos calorosos aplausos pela histórica atitude que

⁹⁰ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XX, p. 20.

⁹¹ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XX, p. 21.

assumiu, consubstanciada no manifesto ontem divulgado, defendendo a legalidade democrática, isento de ressentimentos, desprendido de quaisquer interesses pessoais ou de posições. O seu pronunciamento é um documento para a História, conservando os altos ideais democráticos de sua luta e reafirmando, numa hora de sombrias perspectivas para o nosso País e para o regime, as aspirações patrióticas e a fidelidade democrática das classes armadas.”⁹²

Ainda em aparte, o deputado Bezerra Leite (PTB-PE) informou que o Presidente João Goulart chegaria no dia seguinte ao Rio Grande do Sul e, se fosse necessário tomaria posse lá. Pediu que a Mesa da Câmara recusasse a mensagem do presidente Ranieri Mazzilli e se transferisse para Porto Alegre, fazendo funcionar lá o regime democrático. O deputado Pereira da Silva (PSD-AM) fez uma intervenção com um discurso anticomunista bastante radical, em que afirmava que não é forçando o Congresso a uma medida que as Forças Armadas vão combater o comunismo, mas com medidas de força e ação rápida contra os próprios comunistas. Discorreu que, se havia provas de atividades comunistas pelo vice-presidente João Goulart, que o punissem conforme os regulamentos, mas que não forçassem o Congresso a votar seu impedimento. Esta fala mostra a dubiedade que muitos parlamentares viviam então. Não queriam a posse de Goulart, desconfiavam de sua relação com sindicalistas e comunistas, mas não queriam que o Congresso fosse forçado. Assim concordavam com um golpe para depor Goulart, mas que este não fosse dado pelo Congresso, e sim pelas próprias Forças Armadas. Isto mostra uma outra trincheira no Parlamento, com o grupo dos que queriam que os militares assumissem todo o ônus.

Ainda dentro do mesmo discurso, o deputado Carvalho Sobrinho (PSB-SP) pediu que se analisasse com cuidado a mensagem presidencial recebida, solicitando aos ministros militares que esclarecessem quais eram as razões de segurança nacional citadas no documento. Finalmente no último aparte ao discurso do deputado Silvio Braga, o deputado Eloy Dutra (PTB-GB) trouxe a denúncia de que uma emissora de rádio de São Paulo estava impedida de transmitir os pronunciamentos na Câmara, por decisão da própria Casa. O deputado Silvio Braga concluiu seu discurso pedindo que a denúncia fosse apurada⁹³. As denúncias iam se avolumando e os que se opunham à ação dos ministros militares passaram a reunir cada vez mais informações e a denunciá-las.

⁹² Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XX, p. 23.

⁹³ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XX, p. 26.

Isso dava ainda mais munição para que os ataques ocorressem e tirava argumentos dos que desejavam defender os ministros.

O deputado Doutel de Andrade (PTB-SC) subiu então à tribuna e iniciou um discurso também denunciando o golpe que se desejava infligir à nação forçando o Congresso a impedir a posse de João Goulart na presidência. Pediu que se revelassem que forças poderosas eram estas que teriam levado um presidente à renúncia e desejavam impedir outro, mesmo que não apresentassem provas de compromissos de Goulart com a China, Cuba ou qualquer regime comunista. Reafirmava o imperativo constitucional de que devia ser dada posse ao vice-presidente. O deputado Medeiros Neto (PSD-AL) informou ser também este o posicionamento dos principais líderes da Igreja Católica no Brasil, os cardeais do Rio de Janeiro, Dom Jaime Barros Câmara e de São Paulo, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta. Doutel de Andrade continuou, esclarecendo que a mensagem do presidente Ranieri Mazzilli não trazia um veto formal nem uma negativa de posse, apenas uma consideração de inconveniência, deixando também para o Congresso a responsabilidade de decidir, o que deveria ser feito com responsabilidade. O deputado José Joffily (PSD-PB) revelou que em reunião do Diretório Nacional do PSD, ocorrida há poucos instantes, assumiu a posição de apoio à posse de João Goulart⁹⁴. A esta declaração seguiram-se as dos deputados Cunha Bueno (PSD-SP) e Andrade Lima Filho (PSD-PE) com a mesma afirmação. Isto informa que ocorreu uma séria reunião de representantes do partido de maior bancada no Congresso e que, se alguns sentiram necessidade de afirmar seu posicionamento publicamente, evidentemente houve a posição contrária. Doutel de Andrade continuou seu discurso com a afirmação de que não era necessário escolher entre um governo Goulart e um governo de coalizão nacional, já que o próprio Goulart poderia constituir este governo de coalizão. Chegou até mesmo a sugerir nomes que poderiam compor o ministério, como Milton Campos da UDN. Terminou dizendo que João Goulart deveria vir ao Brasil, mesmo que fosse para ser preso tão logo chegasse, pois mostraria que lutava pelo povo.

Após a fala de Doutel de Andrade, teve início o discurso mais surpreendente daquela sessão vespertina de 28 de agosto de 1961. O Deputado Adauto Lúcio Cardoso (UDN-GB) subiu à tribuna e afirmou que depois de muito refletir e de aguardar por soluções pacíficas, resolveu apresentar uma representação criminal contra o presidente

⁹⁴ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XX, p. 27.

em exercício e contra os três ministros militares. Dado o grande valor histórico desta peça jurídica, transcrevemo-la na íntegra:

Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados

Adauto Lucio Cardoso, advogado e deputado federal, representante eleito pelo povo do Estado da Guanabara, no cumprimento dos deveres do mandato que exerce, vem oferecer contra o Sr. Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara dos Deputados, ora no exercício da Presidência da República, contra o Marechal Odylio Denis, Ministro da Guerra, contra o Brigadeiro Grun Moss, Ministro da Aeronáutica e contra o Almirante Silvio Heck, Ministro da Marinha, representação na forma da lei número 1.079, de 10 de abril de 1950, cujo art. 13, item I estatui serem crimes de responsabilidade dos ministros de Estado os atos nela definidos, “quando por eles praticados ou ordenados”.

2) Neste diploma legal se definem como crimes contra a segurança interna do País os seguintes atos:

“ 1 – tentar mudar por violência a forma de governo da República;

2 – tentar mudar por violência a Constituição federal ou de algum dos Estados,^o ou lei da União de Estado ou Município; e

.....⁹⁵

4 – praticar ou concorrer para que se perpetre qualquer dos crimes contra a segurança interna, definidos na legislação penal”;

3) Por outro lado, a legislação penal a que se refere o item 4 supratranscrito, no caso a lei número 1.802 de 5 de janeiro de 1952, que dispõe sobre os crimes praticados contra a segurança interna e externa do País – e que por isso tomou o nome de Lei de Segurança do Estado – define como atentatórios da segurança interna os seguintes atos:

“Art. 5º – Tentar, diretamente e por fato, mudar por meios violentos a Constituição, no todo ou em parte, ou a forma de governo por ela estabelecido”.

“Art. 6º – Atentar contra a vida, a incolumidade e a liberdade:

a) do Presidente da República, de quem eventualmente o substituir ou, no território nacional, de chefe de Estado estrangeiro.

.....

“Art. 8º – Opor-se, diretamente e por fato, à reunião ou livre funcionamento dos poderes políticos da União.”

4) Ocorre que, declarada a renúncia do Sr. Jânio Quadros à Presidência da República, por ato que o Congresso Nacional tomou conhecimento no dia 25 de agosto corrente, segundo dispõe o artigo 79 da Constituição da República, foi ele substituído pelo vice-presidente eleito e empossado, Senhor João Belchior Marques Goulart, que deveria entrar em exercício de suas funções logo que presente em qualquer ponto do território nacional, de regresso de sua viagem ao Extremo Oriente.

5) A sucessão do vice-presidente no cargo de chefe do Poder Executivo, no caso de vaga por impedimento, licença, renúncia ou morte do presidente é, na Constituição da República, parte integrante de sua forma de governo, cuja alteração por meios violentos se pune nos dispositivos da Lei de Responsabilidade e da Lei de Segurança do Estado anteriormente transcritos.

6) Em violação deles e notadamente daqueles aqui citados e que consideram crime “atentar contra a liberdade do Presidente da República” e “opor-se, diretamente e por fato, ao livre funcionamento de qualquer dos Poderes da União”, os citados agente do Poder Executivo, declarando agir em nome de chefes militares cujos nomes

⁹⁵ Esta representação ocorre quando não se deseja transcrever o texto da lei na íntegra para a peça jurídica. Estão presentes na representação original.

não declinam, resolveram impedir que o Sr. João Belchior Marques Goulart exerça a presidência da República, tolhendo-lhe a liberdade de regressar em segurança ao território nacional.

7) Além da notoriedade desse fato, que é objeto de comunicação do Sr. Ranieri Mazzilli ao Congresso Nacional, e também certo que o Marechal Ministro da Guerra manifestou, em nome de seus colegas, a deputados, senadores e líderes políticos, o seu propósito de não consentir no livre funcionamento do Poder Executivo sob a chefia o presidente João Belchior Marques Goulart.

Em face do exposto, cuja prova será feita com documentos e com as testemunhas adiante enumeradas, requer que V.Exa. mande processar a presente representação na forma da lei e do regimento, para que afinal se julgue procedente, aplicando-se contra os responsáveis as sanções penais e cabíveis.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1961 – Aduino Lúcio Cardoso.

Testemunhas:

Deputado Ruy Ramos

Deputado San Tiago Dantas

Deputado César Prieto

Deputado Batista Ramos

Deputado Almino Afonso⁹⁶

Após a leitura deste documento, o deputado carioca seguiu o discurso ressaltando que acima de divergências partidárias eles deveriam lutar incansavelmente pelo regime democrático e que um dia seriam reconhecidos pela História por não terem capitulado. Após esta fala o Plenário foi tomado por um grande tumulto. A representação aqui proposta pode ser de fato considerada um marco. Um deputado, vice-líder da UDN, partido identificado com as forças que desejavam o golpe, acusa formalmente os ministros militares e o próprio presidente da Casa, exercendo a presidência da República de cometerem crimes, acentuando os artigos da legislação que estavam sendo violados. O primeiro dispositivo legal citado na moção criminal é a lei que trata dos crimes de responsabilidade, acentuando que tanto Ranieri Mazzilli quanto os três ministros militares cometeram tais crimes ao tentar impor ao Congresso uma obrigação de votar que não está amparada na Constituição. Em seguida, citando a lei penal que trata dos crimes contra a segurança do Estado, o deputado mostrava também que penas deviam ser aplicadas aos praticantes de tais crimes⁹⁷. Este fato mostra que estava ocorrendo de fato uma luta entre o Congresso Nacional, envolvendo membros de todas as correntes políticas, e as lideranças militares que desejavam impedir a posse de João Goulart. Ao contrário de alguns discursos que podem ter sido feitos de improviso, a peça jurídica apresentada mostra claramente algo muito bem planejado e discutido. Ao

⁹⁶ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XX, p. 31-32.

⁹⁷ A título de informação, pela lei penal citada, caso os acusados fossem levados a julgamento, as penas poderiam chegar a aproximadamente 50 anos de prisão.

apontar claramente onde a Constituição e as leis estavam sendo infringidas, Adauto Cardoso mostra ao Congresso onde está sua necessidade de lutar, com todas as suas forças. Podemos perceber nesta atitude, associada ao discurso do mesmo deputado feito na véspera, que a mesma condenação poderia recair sobre os responsáveis do movimento de 1955. Assim, pela nossa avaliação, esta moção criminal tinha o objetivo de fazer diminuir a pressão sobre o Congresso, revelando possíveis providências jurídicas, mas também poderia fazer calar o discurso sobre a legalidade associado ao marechal Lott, pois os mesmos dispositivos legais poderiam aplicar-se a ele.

Depois dos importantes discursos do expediente da Câmara foi posto em discussão um requerimento do deputado Nelson Carneiro (PSD-GB) que pedia que se convocasse nova sessão extraordinária em seguida a esta. Este requerimento não chegou a ser votado, uma vez que não poderia ser cumprido pois o Presidente do Congresso convocou sessão conjunta para as 20h daquele mesmo dia, para apreciar a mensagem presidencial já citada. Quando a comunicação desta convocação chegou à Mesa da Câmara o deputado autor do requerimento já estava na tribuna fazendo o encaminhamento da votação e embora tenha recebido a advertência do deputado Aurélio Vianna de que tal sessão não poderia ocorrer, Nelson Carneiro prosseguiu o discurso que vinha fazendo em defesa da adoção do Parlamentarismo como solução para a crise que ora se instalara. Embora várias falas a favor da adoção do sistema parlamentarista já tivessem ocorrido naqueles dias, pela primeira vez esse sistema era apresentado no Plenário como possível solução para a crise de então. O deputado carioca enumerou vários argumentos para que a emenda constitucional número 16, que em 6 de julho daquele ano recebera o apoio de mais de um terço dos parlamentares de todas as tendências fosse votada e aprovada, não da forma em que fora apresentada, mas devidamente adaptada à situação presente. Esta emenda, de autoria do deputado Raul Pilla (PL-RS), propunha a adoção do parlamentarismo à partir do próximo mandato presidencial. Nelson Carneiro frisou que a solução parlamentarista era uma autêntica medida do Congresso Nacional, não submetido a atos de força nem a nenhuma pressão, mas em negociação, como é de seu feitio. Para que isto ocorresse, esclarecia o deputado, teriam que ser feitas alterações no regimento da Câmara para que se pudesse proceder a discussão em tempo de a emenda ser promulgada antes da posse de Goulart. Assim o

deputado Florêncio Paixão (PTB-RS) e o deputado Clélio Lemos (PSD-PE) que presidia a sessão esclareceram como poderia ser realizada a alteração do regimento⁹⁸.

Logo a seguir foi apresentado ao Plenário o requerimento do deputado Breno da Silveira (PSB-GB) para que se gravasse e transmitisse os debates e as sessões da Câmara dos Deputados. Este requerimento teve dois discursos de encaminhamento da votação. O primeiro do Deputado Bezerra Leite (PTB-PE) afirmou que a ameaça e a coação estavam presentes a todo o momento na situação que estavam vivendo. Pediu que a Câmara se transferisse para Porto Alegre, onde o Governador Leonel Brizola e o General Machado Lopes, comandante do III Exército, garantiriam o pleno funcionamento da Casa. O segundo, do Deputado Euzébio Rocha (PDC-SP), ao mesmo tempo em que acionava a tradição patriótica e democrática das Forças Armadas, condenava de forma veemente o pronunciamento dos ministros militares e a mensagem presidencial. Pedia que o presidente pudesse tomar posse para a tranquilidade do Brasil. Posto em votação, o requerimento foi aprovado.

Em seguida foi apresentado o requerimento do deputado Croacy de Oliveira (PTB-RS) para que se proclamasse um voto de congratulações aos cardeais do Rio de Janeiro e de São Paulo pelas manifestações a favor da posse de João Goulart. Encaminhando a votação deste requerimento, o deputado Padre Vidigal (PSD-MG) fez um discurso em que condenou a série de boatos que circulavam no Parlamento e que jornalistas divulgavam na imprensa contribuindo para a intranquilidade do país. Assegurou que o ministro Denys não recebera telegrama de Porto Alegre. Depois começou a fazer observações sobre João Goulart, a quem apoiara nas campanhas à vice-presidência. Neste ponto do discurso, entrou o deputado Rui Ramos (PTB-RS) no Plenário aos gritos de “viva à República” e “viva à Legalidade”. Causando grande tumulto, pediu a palavra para uma grave denúncia. Com a concessão do orador, ocupou a tribuna e começou dizendo que denunciava o marechal Odylio Denys por ordenar o ataque ao Palácio Piratini e o assassinato do governador Leonel Brizola. Ordem esta que fez, segundo ele, com que o general Machado Lopes aderisse à causa da legalidade. Em seguida o deputado relatou a situação em Porto Alegre de onde acabara de chegar: com barricadas ao redor do Palácio e mobilização de grande número de pessoas. Continuando sua denúncia, afirmou que ouviu do próprio ministro Denys que não permitiria que Goulart assumisse a Presidência e que o prenderia tão logo pisasse em

⁹⁸ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XX, p. 36-40.

território nacional. Rui Ramos prosseguiu afirmando que ele mesmo foi ao presidente Ranieri Mazzilli transmitir esta informação e que o presidente garantiu que tomaria providências a respeito. Concluiu determinando ao presidente Mazzilli que em até 48 horas demitisse o ministro da Guerra e o recolhesse à prisão, caso contrário eles mesmos, os deputados o fariam. Esta proposta gerou um intenso tumulto no plenário.

O Padre Vidigal retomou seu discurso afirmando que, se não se estivesse em uma democracia, o deputado Rui Ramos não poderia fazer um pronunciamento como aquele. Depois continuou a tecer comentários sobre João Goulart, ressaltando que não o apoiaria naquele momento em uma eleição por sua recente aproximação com elementos e ideias comunistas. Em dado momento, Padre Vidigal travou um debate com o deputado Osvaldo Lima Filho (PTB-PE) a respeito da posição de João Goulart, que, segundo o aparteante, nada tinha de comunista em oposição à opinião do orador na tribuna. O deputado Hugo Borghi (PRT-SP) interveio pedindo que se mantivesse a serenidade e afirmando que o deputado Rui Ramos trouxe “o calor dos comícios em Porto Alegre” para o plenário. A discussão subiu ainda de tom no momento em que o deputado Mendes de Moraes (PTN-GB) informou ter entrado em contato com o marechal Denys e ouvido dele não ter recebido nenhum telegrama do general Machado Lopes nem ter emitido nenhuma ordem de bombardeio ao Palácio Piratini. A partir daí o debate envolveu diversos deputados apoiando e atacando o marechal. O deputado Arruda Câmara (PSD-CE) chegou a afirmar que o ministro da Guerra não cometera as arbitrariedades de que era acusado e que a prisão do marechal Lott seguia o costume instituído pelo próprio, quando ministro, de prender os militares que fizessem pronunciamentos políticos⁹⁹. Houve intenso debate com o deputado Benjamin Farah (PSP-GB) sobre as condições, razões e oportunidade das prisões do marechal Juarez Távora em 1955 e do marechal Lott no momento. O deputado Arruda Câmara voltou a afirmar que as denúncias contra o marechal Denys e os demais ministros militares não passavam de boatos não confirmados e negou por completo o veto militar a Goulart. O presidente da Câmara em exercício, Sérgio Magalhães, interrompeu o orador e encerrou a sessão, pedindo que todos comparecessem à sessão do Congresso Nacional que ocorreria em instantes¹⁰⁰.

⁹⁹ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XX, p. 59.

¹⁰⁰ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XX, p. 61.

Entendemos ser este dia 28 de agosto o dia de maior apreensão no Congresso Nacional. A descrição um pouco mais detalhada da sessão ocorre justamente por isso. Ao contrário dos dias anteriores quando a posição pela posse de Goulart era quase unânime entre os oradores, entre estes já se verifica divisões. Um dos pontos de grande discórdia diz respeito ao ministro da Guerra e demais ministros militares. Enquanto por um lado eram acusados de cometer crimes contra a segurança nacional, de outro eram defendidos como grandes responsáveis pela mesma segurança. Neste sentido, o ultimato do deputado Rui Ramos para a demissão do ministro exaltou os ânimos. Os deputados não desejavam ser compelidos a votar uma solução com a qual não concordavam, mas também não desejavam desmerecer uma figura como o marechal Denys, que, juntamente com Lott, representava a própria imagem do Exército.

À sessão da Câmara aqui relatada, seguiu-se uma sessão conjunta das duas casas parlamentares para a apreciação da mensagem presidencial em que foi apresentada a inconveniência do regresso de João Goulart ao Brasil. Esta mensagem formalizava o que já se sabia e falava abertamente, embora se quisesse manter nos bastidores: o veto dos ministros militares à posse de Goulart na Presidência. Por outro lado, com as manifestações de vários representantes, em especial o Deputado Ruy Ramos, ficou claro que havia sim resistências populares e no meio militar. O grande foco desta resistência era o Rio Grande do Sul, onde o Governador Leonel Brizola, com apoio do III Exército, liderava a Campanha da Legalidade. Entre estes dois movimentos ficava o Poder Legislativo, que não abria mão de conduzir o encontro das soluções buscando não frustrar totalmente nenhum dos dois lados, não querendo ser responsável pela deflagração de uma guerra civil.

Capítulo III – O Congresso na busca de solução

Um Congresso acuado

O modelo de democracia liberal representativa, vigente no Brasil entre 1946 e 1964, trazia questões importantes para as discussões legislativas. Grande parcela da sociedade, que ficara fora do centro das decisões nos períodos antecedentes, desejava fazer-se ouvir e representar. Desta forma o Congresso Nacional assumia o papel de representante de uma sociedade complexa, sendo, portanto, também carregado de complexidade. A atividade legislativa, com suas peculiaridades, normalmente ocorria de forma lenta, respeitando as diferenças e o princípio da representação. A negociação que uma política democrática exige, pressupõe que determinadas correntes abram mão de algumas de suas bandeiras, para poder chegar a um consenso. Logicamente isto não se dá sem conflitos.

Ocorre que ao assumir a função de fiscalizar as ações dos governantes, limitando-lhes os poderes, o que é da essência do regime constitucional, o Poder Legislativo não raramente abre confronto com o Poder Executivo. Tais ocasiões não foram raras no período democrático e encontraram um ponto bastante crítico no governo de Jânio Quadros. Acontece que o presidente tinha um estilo personalista e costumava se colocar acima do sistema político. Para agravar a situação, os partidos que apoiaram sua candidatura não dispunham de maioria no Congresso. Para implementar suas ações sem que tivesse que negociar politicamente¹, Jânio Quadros adotou diversas medidas que visavam enfraquecer a ação do Parlamento, cercado-se de militares de orientação conservadora para realizar ações políticas.

Em agosto de 1961, as relações entre o Congresso e o governo estavam passando por um momento de extrema tensão. Tanto que, por iniciativa do deputado Raul Pilla (PL-RS), no dia 17 daquele mês, foram apresentadas várias propostas de reforma do legislativo. Um grupo criado pelos líderes de vários partidos, chamado Comissão de Política Parlamentar, lançava a culpa do perigo em que estavam as instituições sobre Jânio Quadros, mas também mostrava que o desprezo do executivo pelo legislativo resultava muitas vezes de sua própria ineficácia². Dentro deste contexto, a renúncia encontrou um Congresso acuado e desconfiado de que se lhe desejava retirar os poderes.

¹ Mário Victor. Op. cit., p. 218

² Mário Victor. Op. cit., p. 219.

Uma leitura atenta do manifesto de renúncia nos leva a identificar no Congresso as tais “forças terríveis” de que fala, o que não fora cogitado, como vimos no capítulo anterior, entre os próprios congressistas.

A incerteza acerca do futuro do regime e sobre quem governaria o país, devido à oposição dos ministros militares deixava ainda mais apreensivos os parlamentares. Não foram raros nos dias que se seguiram à renúncia falas em que se vaticinava o fechamento iminente do Congresso. Diversos discursos que tivemos a oportunidade de analisar trazem expressões como “que caíamos de pé”, ou “ainda que seja meu último discurso”³. Atitudes dos parlamentares, que apesar de sentirem-se pressionados pelos ministros militares, assumiam a postura de resistir com as forças que tinham. Pelo tom melancólico de alguns discursos, percebemos que os deputados de fato imaginavam que já se estava à beira de uma ditadura militar. Aliás o deputado Arthur Virgílio (PTB-AM) ao apartear o discurso de Silvío Braga (PSP-PA) afirmou categoricamente que já se estava vivendo uma ditadura militar sem que o povo conhecesse⁴. Ainda que insistisse em resistir à imposição, ainda velada, dos ministros militares para que votasse o *impeachment* de Goulart, havia no Congresso uma certeza de que o golpe aconteceria. Tinham a disposição, no entanto, de não serem eles a dar o golpe, mas a sofrer as consequências. Logicamente não era uma posição de todos os congressistas, mas acabou por ser majoritária.

O Congresso se sentiria enfraquecido, até mesmo inútil, se capitulasse sob as armas, como em 1955⁵, na visão de vários dos parlamentares. Ao afirmar que não tomaria nenhuma medida para impedir a posse de João Goulart, que não rasgaria a Constituição e que não seria o responsável pelo golpe, o Parlamento desejava então recuperar o protagonismo que deveria lhe pertencer em uma democracia liberal representativa. Falamos aqui de um único ente, o Parlamento, mas evidentemente as posições não eram monolíticas. Qualquer tomada de posição que se atribui ao Congresso como um todo reflete mais particularmente a de seus líderes, que, ainda que por omissão, acabou sendo aceita pelos demais.

³ Como exemplos podemos citar discursos de Aurélio Vianna (PSB-PE), Silvío Braga (PSP-PA), Padre Vidigal (PSD-MG), Unirio Machado (PTB-RS), Almino Afonso (PTB-AM), entre outros, analisados no capítulo 1 do presente trabalho. Todos estão nos Anais da Câmara dos Deputados, volumes XIX e XX, que compreendem o período estudado.

⁴ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XX, p. 20.

⁵ Com o Movimento de retorno aos quadros constitucionais vigentes, liderado pelo marechal Lott, em que o Congresso, em menos de 24 horas, aprovou o *impeachment* de Carlos Luz, presidente em exercício, e Café Filho, então presidente que havia se licenciado.

Esta era a situação quando, naquela sessão conjunta das duas casas do Congresso, na noite do dia 28 de agosto de 1961, segunda-feira, foi apresentada pelo seu presidente, senador Auro Moura Andrade, a mensagem presidencial já transcrita no capítulo anterior, em que o presidente da República em exercício, Ranieri Mazzilli, informava que os ministros militares lhe manifestaram a “inconveniência, por motivos de segurança nacional, do regresso do presidente da República, João Belchior Marques Goulart.”⁶ Ao contrário da sessão conjunta anterior, em que foi lido o comunicado de renúncia e nenhum dos parlamentares tomou a palavra, esta sessão foi bastante tumultuada, com diversos congressistas fazendo uso da tribuna e muitos apartando seus pares.

Antes mesmo que fosse feita a leitura da mensagem presidencial, o deputado Arnaldo Cerdeira (PSP-SP) informou que ele, em companhia de outros deputados, havia procurado os ministros militares para saber da real situação frente ao que fora discutido na sessão vespertina da Câmara. Relatou que o ministro da Guerra lhes disse que as Forças Armadas desempenhariam seu papel de garantir os poderes constitucionais, que o III Exército estava com a legalidade e que não havia nenhuma determinação em hostilizar qualquer governo⁷. A mensagem presidencial foi então lida, como descrita no capítulo anterior, quando de sua leitura na sessão da Câmara. Assim que findou a leitura, o deputado Último de Carvalho (PSD-MG) fez este aparte: “Cientes. Arquivem-se. O que a Mesa deve fazer é arquivá-la. Que temos com isso?”⁸. Juntamente com a mensagem presidencial ao Congresso foi lida também uma proclamação do presidente em exercício ao povo brasileiro que trazia o seguinte teor:

“Acabo de assinar Mensagem comunicando ao Congresso Nacional que, no exame da atual situação política criada pela renúncia do Presidente Jânio da Silva Quadros, os Ministros Militares, na qualidade de Chefes das Forças Armadas, responsáveis pela ordem interna, me manifestaram a absoluta inconveniência, por motivos de segurança nacional, do regresso ao País do Vice-Presidente João Belchior Marques Goulart.

Desejo informar à Nação que, se as duas Casas do Congresso houverem por bem reconhecer os motivos invocados na Mensagem, me considero incompatibilizado para candidatar-me em substituição do Senhor Jânio Quadros, ao exercício efetivo da Presidência da República.

Estou certo de que a Nação há de reconhecer que a atual conjuntura exigirá de mim o mais nobre e alto desinteresse pelas investidas pessoais, ao lado do sagrado dever de defender as instituições democráticas.

⁶ *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, 29/08/1961, p. 167.

⁷ *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, 29/08/1961, p. 167.

⁸ *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, 29/08/1961, p. 167.

Neste instante renovo a minha fé nas vigorosas virtudes cívicas do nosso povo, que, coerente com a sua gloriosa história, saberá mais uma vez, manter suas tradições de devotamento à ordem e ao regime.

Brasília, 28 de agosto de 1961

Ranieri Mazzilli.

Após a leitura deste manifesto, o senador Auro Moura Andrade propôs a criação de uma comissão mista, formada por seis deputados e seis senadores para analisar os dois documentos e solicitar ao presidente da República e aos ministros militares mais informações para chegar a uma proposição do Congresso sobre o assunto. O deputado Almino Afonso (PTB-AM) pediu então que a proposta fosse submetida à votação do plenário do Congresso, então reunido, o que foi aceito pelo presidente⁹. Em suas memórias, escritas, evidentemente, com conhecimentos dos fatos que se seguiriam, o senador Auro Moura Andrade afirmou que ficou perplexo com a decisão de banir o vice-presidente da República para que não assumisse a presidência¹⁰.

Prosseguindo a sessão, começaram os encaminhamentos de votação. O primeiro a se pronunciar foi o deputado Arruda Câmara (PDC-PE). O clérigo pernambucano iniciou seu discurso lembrando o histórico de governantes que renunciaram ou foram depostos do governo do Brasil, desde D. Pedro I, passando por D. Pedro II, Deodoro da Fonseca e, por fim, Getúlio Vargas. Percebendo a intenção de sugerir a renúncia de João Goulart, para resolver mais uma crise, o deputado Bocayuva Cunha (PTB-GB) apressou-se em dizer que aquele não renunciaria, honrando os votos que recebera. O parlamentar de Pernambuco recordou então o impedimento de Carlos Luz e de Café Filho, decretado pelo Exército e homologado pelo Parlamento, nas suas palavras. Chegou a dizer que “quando a sarna ou a pimenta dói na pele alheia é refresco, mas quando dói na própria pele, toda a gente se revolta”¹¹, asseverando que os que naquele momento se levantavam a favor da legalidade haviam contribuído para um golpe anos atrás. Neste ponto do discurso travou-se uma discussão entre o orador na tribuna e o deputado Último de Carvalho (PSD-MG), onde este afirmava que era necessário que os ministros militares apresentassem provas contra Goulart e aquele acusava-o de ter votado pelo *impeachment* de dois presidentes da República sem que nenhuma prova fosse apresentada. Arruda Câmara afirmava que se as provas contra Goulart fossem seus pronunciamentos a favor da China e da Rússia, obedecendo à política externa de Jânio

⁹ *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, 29/08/1961, p. 168.

¹⁰ Auro Moura Andrade. *Op. cit.*, p. 64

¹¹ *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, 29/08/1961, p. 169.

Quadros, votaria a favor do *impeachment*, pois nunca fora favorável a tal política externa que ele afirmava ser também a de João Goulart.

Algumas versões que afirmam que Jânio Quadros ao renunciar planejava um golpe, situam que a viagem de João Goulart à China como uma parte do plano. Em suas memórias, o deputado Almino Afonso especula que enviar Jango à China, passando pela URSS, mesmo em missão oficial poderia acirrar os opositores¹². Vemos pelo discurso descrito acima que esse raciocínio tem fundamento. A fala do deputado Arruda Câmara, de que usaria os pronunciamentos de Jango ao longo de sua viagem como prova de ligação com os comunistas deixa muito claro que um desdobramento de sua missão internacional era o aumento da oposição. Novamente estava em discussão a política externa independente, que o deputado reconhecia ser de Jânio Quadros, mas atribuía igualmente a Goulart.

Um momento interessante foi quando o deputado Milton Reis (PTB-MG) disse em aparte que devia ser pedida sanidade ao marechal Denys. Arruda Câmara exaltou-se a afirmar que o ministro não era criminoso, ressaltando que fora seu opositor, opondo-se inclusive à chamada Lei Denys¹³, enaltecia as qualidades do chefe militar. Realmente o ministro da Guerra tinha uma influência muito grande no Congresso. Encaminhando-se para o fim do discurso, Monsenhor Arruda Câmara pedia serenidade e calma contra os que queriam fechar o Parlamento, quando o deputado Clemens Sampaio (PTB-BA) disse que esta era a intenção do governo. Mais uma vez o deputado pernambucano se inflamou e disse que não sabia se esta era a intenção do governo ou da oposição que tinha apoio dos comunistas, assim como a política externa. Após novo debate, o presidente teve de intervir, pedindo que não ocorressem apartes nos encaminhamentos de votação. Advertência aliás inócua, pois os apartes continuaram a acontecer.

O deputado Adauto Cardoso (UDN-GB) ao fazer uso da palavra reforçou os termos da representação criminal apresentada à Câmara contra o presidente em exercício e contra os três ministros militares e afirmou que aquela mensagem era absolutamente inconstitucional. Indo além, considerou o documento como prova

¹² Almino Afonso. Op. cit., p. 24

¹³ Em 1955, no comando da Zona Militar Leste, o marechal Denys fora o principal auxiliar do marechal Lott no “Movimento de retorno aos quadros constitucionais vigentes”. Foi então mantido naquele comando quando a nomenclatura foi alterada para I Exército. Como teria de ser transferido para a reserva, seria necessário deixar este comando. Foi então aprovada a Lei 2.387 de 31/07/1956, que permitia que a transferência para a reserva fosse adiada por decreto do presidente da República. Esta lei ficou conhecida como Lei Denys, pois foi aplicada ao marechal, que ficou no comando do I Exército até ser nomeado ministro da Guerra, sucedendo o marechal Lott quando este candidatou-se à presidência. Retirado de http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/odilio_denis, visto em 03/06/2017.

inequívoca do crime que denunciara¹⁴. O presidente do Congresso, ao responder a esta colocação, afirmou que, caso optasse por responder apenas “ciente”, estaria apenas o Congresso ciente do banimento do vice-presidente, ou seja, aquiescendo a um fato consumado. Por esta razão desejava discutir os termos dos documentos em um a comissão¹⁵. Diante desta assertiva do presidente, o deputado Aurélio Vianna propôs que se retirasse da votação e que se voltasse à situação inicial em que o senador Moura Andrade simplesmente determinava a criação da comissão. Isto porque, na opinião do deputado, qualquer que fosse a posição do Plenário no caso, poderia haver a interpretação de rendição. Se o Congresso aprovasse a comissão, poderia ser considerado leniente com a atitude dos ministros militares, por lhe dar importância. Se rejeitasse, poderia ocorrer como o presidente achava, ou seja, apenas tomando ciência do fato consumado. Podemos perceber que os deputados viam-se em uma situação extremamente delicada. Com os debates acalorados e os nervos à flor da pele, tentavam cercar-se de cuidados para evitar consequências desastrosas.

Os congressistas sentiam-se em dificuldades para assumir uma posição equilibrada. Qualquer que fosse a solução encontrada, dificilmente escaparia da consideração de que não cumpriam seu papel. Os ecos do movimento de 1955, quando o Congresso apenas teria se curvado à força das armas, não deixavam que os parlamentares tivessem tranquilidade em suas ações. Os partidários do *impeachment* insistiam em afirmar a equivalência das situações, e ao mesmo tempo denunciar aqueles que nos anos passados concordaram com tal solução. Os defensores da posse de Goulart insistiam em acentuar a diferença entre as situações. Isto ficou muito evidente na fala do deputado Arthur Virgílio (PTB-AM) que, ao contraditar o discurso antecedente do Monsenhor Arruda Câmara, afirmou que a política externa independente, de Jânio Quadros, nada tinha de comunista. Usou como argumento para firmar tal ponto de vista que era conduzida pelo ministro das Relações Exteriores, senador Afonso Arinos de Melo Franco (UDN-MG), a quem ninguém poderia acusar de simpatia pelo comunismo. Também que o vice-presidente João Goulart nunca arrogara para si tal política, limitando-se a cumprir as diretrizes do governo que representava. Além disso, citou ainda nota que acabara de ser distribuída pelo Partido Democrata Cristão (PDC) ao qual pertencia o deputado pernambucano que citava três pontos: desejo da posse de João

¹⁴ *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, 29/08/1961, p. 170.

¹⁵ *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, 29/08/1961, p. 167. Também citado em Auro Moura Andrade. Op. cit., p. 65

Goulart; apoio à política externa de Jânio Quadros e votos para que o renunciante denunciasse as verdadeiras razões da renúncia¹⁶. Desqualificando assim o que o deputado de Pernambuco considerava como provas para incriminar o vice-presidente, o amazonense pedia que se defendesse a liberdade para o exercício da atividade parlamentar. Travou então debate com o deputado Fernando Ribeiro (UDN-MT) a quem acusou de defender a ditadura militar, ao que este respondeu que preferia o regime derrubado em 1955. Arthur Virgílio respondeu indignado que não podia aceitar a tutela militar, como alguns dos membros do Congresso desejavam aceitar. O deputado Almino Afonso, aceitando os argumentos expostos anteriormente pelo deputado Aurélio Viana, pediu a retirada de seu requerimento de votação pela criação da comissão mista. Assim o presidente encerrou a questão, determinando a criação da comissão e suspendeu a sessão para que os líderes dos partidos se reunissem para a indicação dos membros da mesma. Eram 22h30 do dia 28 de agosto.

Toda esta questão sobre a implantação ou não de uma comissão mostra como não poderiam ser simples as decisões. Os parlamentares estavam realmente em tenso equilíbrio, como em uma corda bamba. Qualquer que fosse sua decisão ficavam sob ameaça, ou de passarem para a opinião pública como omissos e complacentes, ou de serem de fato esmagados pelas forças militares que os ameaçavam. Além disso, como podemos verificar nas falas, sentiam o peso da decisão naquele momento, uma vez que os chefes militares embora pressionassem, passavam a decisão às suas mãos. Mesmo os que eram contrários a Goulart, concordavam que o Congresso não devia simplesmente se curvar à pressão, mas tomar as iniciativas de decidir. Não bastasse a gravidade do momento, pelas importantes decisões a serem tomadas, não podemos esquecer que o Congresso praticamente estava em reunião permanente desde a madrugada do dia 25, ou seja, até aquele momento quatro dias inteiros de reuniões que se iniciavam às vezes antes do amanhecer, e seguiam noite adentro.

Quando a sessão foi retomada, o deputado Neiva Moreira (PSP-MA) logo denunciou que o programa de rádio do Congresso Nacional não fora transmitido pela Rádio Nacional, no Rio de Janeiro, por impedimento de um censor militar naquela emissora, ao que o presidente do Congresso prometeu tomar medidas contra a censura. Logo depois, o senador Auro Moura Andrade anunciou a composição da comissão mista, com os deputados Ulisses Guimarães (PSD-SP), Oliveira Brito (PSD-BA), Eloy

¹⁶ *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, 29/08/1961, p. 171.

Dutra (PTB-GB), Geraldo Freire (UDN-MG), Paulo Lauro (PSD-SP), Manoel Novais (PR-BA), Plínio Salgado (PRP-PR) e Barbosa Lima Sobrinho (PSB-PE), e os senadores Jefferson de Aguiar (PSD-ES), Alô Guimarães (PSD-PR), Paulo Fernandes (PSD-RJ), Heribaldo Vieira (PST-SE), Padre Calazans (UDN-SP), Argemiro de Figueiredo (PTB-PB), Nogueira da Gama (PTB-MG) e Novais Filho (PL-PE)¹⁷. Como se pode verificar, a composição da comissão buscava o equilíbrio entre os partidos, pois contava com representantes de oito deles, variando também por estado do país. O equilíbrio na composição, no entanto, é comprometido pela maior representação de parlamentares do PSD, seis representantes, enquanto o PTB tinha três, a UDN dois e os demais partidos apenas um. Assim a tendência de prevalência da posição dos pessedistas era clara. Logo após o anúncio da composição da comissão mista, o presidente determinou que esta se reunisse para eleger o presidente e o relator. Estes cargos couberam ao senador Jefferson de Aguiar e ao deputado Oliveira Brito, respectivamente. Assim fica clara a hegemonia do PSD na comissão.

Enquanto a comissão estava reunida, a sessão plenária continuava com intensos debates. O deputado Pereira da Silva (PSD-AM) pediu que o presidente do Congresso solicitasse ao presidente da República que tornasse sem efeito a prisão do marechal Lott e teve como resposta que ao Legislativo não cabia interferir em outro poder. O deputado Floriceno Paixão (PTB-RS) apresentou diversas manifestações de apoio à causa da legalidade, reforçando os relatos sobre a situação no Rio Grande do Sul. Trouxe também uma informação, não confirmada, de que o II Exército, sediado em São Paulo, estava se sintonizando com o III Exército. Verificamos aqui mais uma vez a importância da questão militar dentro do Congresso. A prisão do marechal Lott incomodava muito os que o tinham lançado candidato à presidência. O entendimento é de que qualquer entendimento para a solução da crise, para alguns deputados, tinha que passar necessariamente pela soltura do marechal.

Um dos momentos interessantes daquele trecho da sessão, após a decisão sobre a comissão mista, foi quando o deputado Plínio Salgado (PRP-PR) subiu à tribuna para ler uma carta que enviara ao marechal Odílio Denys a respeito da situação de então. Com uma retórica bastante rebuscada, o antigo líder integralista iniciou ressaltando sua histórica luta contra o comunismo e denunciando as práticas de seus adeptos para desestabilizar o país. Depois advertiu que os ministros militares estavam entrando no

¹⁷ *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, 29/08/1961, p. 171.

jogo dos comunistas, admitindo que tais elementos empunhassem a bandeira da legalidade. Em seguida, pediu que o ministro permitisse a posse de João Goulart, de cuja conduta ele nunca notara qualquer sinal de comunismo, colocando-se como fiador desta conduta, mas aconselhando as Forças Armadas se colocassem como “garantia” de alguns preceitos a serem seguidos pelo presidente, como a adoção de uma política externa mais de acordo com a nossa “tradicionalidade histórica” e a nomeação de um ministério de “concentração nacional”. Plínio Salgado relatou ainda que já havia exercido este papel de fiador em 1955, quando interveio junto à Marinha, para que aceitasse a posse dos eleitos¹⁸.

Voltaremos tratar daquela sessão conjunta do Congresso Nacional na noite de 28 de agosto de 1961 adiante, pois ainda durante a sessão ocorreram importantes fatos capazes de modificar a disposição e o ânimo dos parlamentares. Nos dias que se seguiram, houve ainda outros sinais de desencantamento e enfraquecimento diante da situação, mas a partir dos acontecimentos daquela data, podemos notar alterações fundamentais. Se havia no Congresso uma disposição de resistir até quando fosse possível, já se vislumbrava soluções de continuidade ao se observar quebra de unidade nas Forças Armadas e também importantes manifestações populares. A bandeira da legalidade estava desfraldada.

A sociedade se levanta – a Campanha da Legalidade

Um componente da crise de 1961 era o relativo isolamento de Brasília das demais regiões do Brasil naquele momento. Reunidos em sessão permanente desde a renúncia, na sexta-feira anterior, os congressistas passaram a receber naquela segunda-feira, dia 28 de agosto de 1961, notícias de manifestações em diversos lugares do Brasil, desde declarações de líderes da sociedade civil até grandes protestos populares.

Entre as grandes manifestações de resistência à tentativa de golpe, destacam-se a que ocorreu no Rio Grande do Sul, sob a liderança do governador Leonel Brizola (PTB), e a que ocorreu em Goiás, liderada pelo governador Mauro Borges (PSD). No caso goiano, o governador declarou-se a favor da posse de João Goulart na presidência, partidário da legalidade e contrário à atitude dos ministros militares. O que tornava a manifestação do governador goiano muito importante era sua posição no espectro

¹⁸ *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, 29/08/1961, p. 172-173.

político, bem como sua própria figura. Enquanto se podia dizer de Brizola que angariava simpatia de comunistas, por suas posições à esquerda; que lutava por interesses familiares, pois era cunhado de Goulart; que tinha interesses partidários, pois ambos militavam no mesmo partido ou que tratava-se de regionalismo, pois o vice-presidente era natural do Rio Grande do Sul, nada disso se podia dizer do governador Mauro Borges. Herdeiro de uma importante oligarquia do Brasil Central, filho do senador Pedro Ludovico e militante do PSD goiano desde sua fundação, com experiência política e parlamentar, tendo feito parte da Frente Parlamentar Nacionalista e ainda exercido cargos no executivo e em órgãos que cuidaram da transferência da capital para o Planalto Central. Era ainda militar de carreira, tenente-coronel reformado tido como nacionalista¹⁹.

O governador fez do estado de Goiás um dos principais centros de mobilização pela Legalidade. Com seus conhecimentos militares, preparou pessoalmente tropas para defender o Palácio das Esmeraldas, sede do governo, ofereceu segurança para que o Congresso funcionasse em Goiás e convidou João Goulart para que, a partir de Goiânia, fosse até Brasília para tomar posse.

Ainda na sessão do Congresso do dia 28 de agosto, o deputado Castro Costa (PSD-GO) leu manifesto do governador em que fazia uma análise detalhada da situação. Neste manifesto, Mauro Borges afirmava que estava nos planos dos militares forçar o Congresso a impedir João Goulart e implantar um governo “fantoche”. Caso o Parlamento não aceitasse a imposição seria dissolvido e seria implantada uma ditadura militar, com ou sem a presença de um elemento civil. Afirmava ainda ser um erro considerar comunista a política externa até então adotada, já que os Estados Unidos mantinham relações com países socialistas e a Inglaterra só reconhecia a China Popular (socialista) e não a China Nacionalista (Taiwan). Por fim chamava os militares, seus irmãos de farda, a não permitirem solução inconstitucional e afirmava que lutaria com todas as suas forças²⁰. Embora não contasse com um contingente militar como o III Exército, no Rio Grande do Sul, a posição do governador Mauro Borges mostrava que de fato não havia unidade das Forças Armadas em torno do golpe. Era também significativo pela localização da nova capital, incrustada em território goiano.

Sem dúvida, entre as manifestações de defesa da posse de João Goulart, a que teve maior importância foi aquela ocorrida no Rio Grande do Sul, e que ficou conhecida

¹⁹ Paulo Markun e Duda Hamilton. Op. cit., p. 212.

²⁰ *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, 29/08/1961, p. 174.

como a Campanha da Legalidade. Liderada pelo governador Leonel Brizola teve a importância de fazer pender a balança para a solução constitucional²¹, malogrando os planos golpistas. O governador estava decidido a resistir a qualquer golpe, antes mesmo de saber ao certo a respeito da renúncia de Jânio Quadros. Imaginando que pudesse ter sido deposto por um golpe militar, Brizola desejava convidar Jânio para resistir com ele no Rio Grande do Sul²². Ao certificar-se de que de fato renunciara, e sabendo, pelo deputado Rui Ramos como já relatado, do veto dos militares à posse de Goulart, resolveu mobilizar todas as forças de que dispunha.

Mesmo contando com a sua brigada militar, com o apoio da Assembleia Legislativa e da sociedade gaúcha em geral, duas importantes forças ainda faltavam ao movimento: apoio militar e mobilização da opinião pública nacional. A primeira barreira o governador tentou romper desde o início, quando, sabendo do golpe em curso, telefonou para importantes líderes militares de várias partes do Brasil. Do merechal Lott recebeu a orientação para entrar em contato com alguns dos generais comandantes de tropas do III Exército, como Peri Constant Bevilacqua e Oromar Osório²³. Além disso recebeu o apoio clandestino do general Amaury Kruehl²⁴. Ainda não era o suficiente, mas já demonstrava alguma divisão nas Forças Armadas. Quanto à segunda questão, não era fácil uma mobilização nacional da opinião pública à partir de Porto Alegre. Ainda mais porque os meios de comunicação dos principais centros estavam sob forte censura. Para isto o governador contou com um expediente até então inédito nas crises brasileiras, e que aliás não voltaria a ser usado. A partir da Rádio Guaíba, que fora confiscada e passara a transmitir de um estúdio montado no Palácio Piratini, Leonel Brizola passou a transmitir seus comunicados furando o cerco da censura. A esta rádio se uniram outras e as transmissões alcançaram todo o Brasil e até o exterior fazendo com que muitas outras manifestações pela legalidade ocorressem por toda parte. Além disso formou-se em Porto Alegre o Comitê de Resistência Democrática, que se concentrou no edifício conhecido como Mata-Borrão e alistava voluntários para a luta pela legalidade. Logo a iniciativa se espalhou e, nos 12 dias da crise surgiram mais de 400 comitês totalizando mais de 100 mil voluntários inscritos²⁵. Houve ainda manifestações de diversos segmentos da sociedade, que formavam

²¹ Joaquim Felizardo. *A Legalidade: último levante gaúcho*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 1988, p. 60.

²² Jorge Ferreira. *João Goulart. Uma biografia*. Op. cit. p. 234

²³ Norberto da Silveira. *Reportagem da Legalidade – 1961-1991*. Porto Alegre: NS, 1991, p. 17

²⁴ Jorge Ferreira. Op. cit., p. 235.

²⁵ Amir Labaki. Op. cit., p. 71

batalhões, muitos armados, que desfilavam pela avenida Borges de Medeiros. Surgiram batalhões de universitários, ferroviários, marítimos e outras diversas categorias profissionais, de mulheres, dos Centros de Tradições Gaúchas, e vários outros. Surgiu também o Comando Sindical Gaúcho Unificado, que recrutava e armava sindicalistas e trabalhadores²⁶.

Apesar de toda a Porto Alegre estar tomada pela euforia e pela marcha dos batalhões populares, o centro de toda a resistência foi o Palácio Piratini, transformado por Leonel Brizola no quartel-general das Legalidade²⁷. As movimentações do governador gaúcho, evidentemente, causaram fortes reações dos ministros militares. A princípio o III Exército fazia um monitoramento das atividades do governador. Como a situação se agravasse rapidamente e com a recusa do Congresso em votar o *impeachment* de Goulart, os líderes da conspiração golpista passaram a determinar medidas mais enérgicas para silenciar o líder gaúcho. Na noite do dia 27 de agosto, Brizola transmitiu pelos microfones da Cadeia da Legalidade este manifesto:

“Ao Rio Grande e ao Brasil.

O governo do estado do Rio Grande cumpre o dever que lhe cabe nesta hora grave da vida do país.

Cumpre-nos reafirmar nossa inalterável posição ao lado da legalidade constitucional. Não pactuamos com golpes ou violências contra a ordem constitucional e contra a liberdade pública. Se a atual Constituição não satisfaz, em muitos de seus aspectos, desejamos o seu aprimoramento e não sua suspensão, o que representaria uma regressão ao obscurantismo.

A renúncia de Sua Excelência, o presidente Jânio Quadros, veio surpreender a todos nós. A mensagem que Sua Excelência dirigiu ao povo brasileiro contém graves denúncias sobre pressões de grupos, inclusive do exterior, que indispensavelmente precisam ser esclarecidas. Uma nação que preza a sua soberania não pode se conformar pacificamente com a renúncia do seu mais alto magistrado sem uma completa elucidação desses fatos. A comunicação do senhor ministro apenas notifica o governo do estado da renúncia do senhor presidente da República. Por motivo dos acontecimentos, como se impunha, o governo deste estado dirigiu-se a Sua Excelência, o senhor vice-presidente da República, dr. João Goulart, pedindo o regresso urgente ao país, o que deverá ocorrer nas próximas horas.

O ambiente no estado é de ordem. O governo do estado, atento a essa grave urgência, vem tomando todas as medidas de sua responsabilidade, mantendo-se inclusive em contato e entendimento com as autoridades militares e federais.

O povo gaúcho tem imorredouras tradições de amor à pátria comum e de defesa dos direitos humanos. E seu governo, instituído pelo voto popular – confiem os rio-grandenses e os nossos irmãos de todo o Brasil –, não desmentirá essas tradições e saberá cumprir o seu dever.

Leonel Brizola, governador do Estado.²⁸”

²⁶ Jorge Ferreira. *O imaginário trabalhista*: Op. cit. p. 288

²⁷ Amir Labaki. Op.cit., p 75.

²⁸ Citado em Vivaldo Barbosa. *A rebelião da legalidade: documentos, pronunciamentos, noticiário, comentários*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002, p. 34

Como resposta quase imediata, o ministro da Guerra enviou, via rádio ao general Machado Lopes uma mensagem que poderia resumir as estratégias dos militares frente à situação:

“Elementos comunistas Congresso estão perturbando encontro solução legal crise decorrente renúncia Presidente (pt) Marechal Lott envolvido por tais agitadores lançou manifesto subversivo forçando o Ministro da Guerra determinar sua prisão pt Ministro pretende defender instituições e manter a Lei e a Ordem em todo País vg mesmo que para isso tenha que impedir posse Jango pt”²⁹

O próprio general narrou, em suas memórias, que estava na “doce ilusão” de que o ministro da Guerra queria solucionar legalmente a crise. No entanto, com a troca de mensagens e impressões, o general, segundo narra, foi mudando de opinião, até que, ao receber na manhã do dia 28, uma mensagem determinando ataque ao Palácio Piratini, já transcrita resolveu a posição definitiva a tomar. Segundo sua publicação, o general reunido com seus oficiais comandantes e seu estado maior, tomou a decisão de não mais acatar as ordens do marechal Denys, afirmando que só agiria dentro da Constituição, desejando garantir a posse de Goulart.³⁰ Esta troca de mensagens foi depois negada tanto pelo ministro da Guerra quanto pelo general Orlando Geisel, seu chefe de gabinete, que foi o remetente da mensagem³¹. Tanto a negativa de envio das mensagens, como sua ausência nos arquivos do Exército explicam-se pelo fato de terem sido transmitidas por rádio, não tendo permanecido registros escritos, mas apenas os relatos das testemunhas. Com esta decisão, solicitou uma audiência ao governador, que, obviamente ainda não sabia dela.

Imaginado que fosse receber um ultimato, Brizola se preparou. Fez um emocionado pronunciamento através da Rede da Legalidade afirmando que resistiria até a morte se fosse necessário³². Ao final do discurso, Brizola foi avisado por dois jornalistas que estavam acompanhando as movimentações do quartel-general do III Exército que Machado Lopes vinha aderir ao movimento. Ainda assim, aguardou com uma submetralhadora a tiracolo e com homens posicionados ao redor³³. Ao final do encontro, fez questão de ir até a sacada do Palácio acompanhado do general para

²⁹ José Machado Lopes. Op. cit., p. 42.

³⁰ Idem, p. 46.

³¹ Amir Labaki. Op. cit., p. 90

³² O pronunciamento do governador está reproduzido na íntegra em diversas das publicações citadas neste trabalho. Não o transcreveremos por ser demasiado extenso. Para uma leitura mais detalhada recomendamos Joaquim Felizardo. Op. cit., p. 38-46

³³ Paulo Markun e Duda Hamilton. Op. cit., p. 180

informar à multidão ao redor da adesão do III Exército. Machado Lopes fez questão de reafirmar, várias vezes inclusive, que não aderiu ao governador Brizola, nem partilhava de seus ideais, mas que houve entre eles uma “convergência de objetivos”. Chegou a afirmar que além de não ter aderido ao governador, ainda impediu que sua influência sobre Goulart perturbasse a solução pacífica³⁴. Naquele momento, pouco importava que houvesse divergência entre o governador e o general. O poderoso III Exército, mais bem armado e com maior número de homens, estava ao lado da causa da Legalidade. Ficava evidente que as Forças Armadas estavam rachadas.

O golpe militar estava mais distante. A guerra civil, no entanto, nunca esteve tão próxima. A partir daí, formou-se o Comando Unificado das Forças Armadas do Sul, que compreendia o III Exército, a V Zona Aérea, a Brigada Militar e as Forças Públicas, sob o comando de Machado Lopes³⁵, que começou a movimentar suas forças para operações de defesa e também ofensivas que fossem necessárias. Os ministros militares evidentemente não ficaram parados com a situação. O ministro da Guerra nomeou o general Cordeiro de Farias, chefe do Estado Maior das Forças Armadas, como comandante do III Exército. Diante da resistência dos comandantes das unidades daquele exército em reconhecê-lo como comandante, o ministro pôs à disposição de Cordeiro de Farias as tropas do I e II Exércitos³⁶. Assim estavam definidos os comandos militares em caso de enfrentamento. Os dois experientes comandantes de fato prepararam-se para tal conflito. Embora as tropas tenham se movimentado e os planos de ataque e defesa de ambos os lados tivessem sido traçados. A busca por uma solução pacífica tornou-se ainda mais desejável.

A partir das transmissões da Cadeia da Legalidade, o país inteiro tomou conhecimento da situação. Diversas greves começaram a ser deflagradas em diversos lugares do Brasil em apoio à posse de Goulart³⁷. Várias organizações da sociedade civil se manifestaram, como já foi dito. Os diretores da União Nacional dos Estudantes (UNE) foram para Porto Alegre para participarem do movimento pela legalidade³⁸. Assembleias legislativas e câmaras de vereadores se posicionaram por todo o país pela posse de Goulart como única solução possível. Uma manifestação particularmente interessante dos municípios do interior do país foi lida na Câmara pelo deputado

³⁴ José Machado Lopes. Op. cit., p. 52

³⁵ Jorge Ferreira. *O imaginário trabalhista*. Op. cit., p. 295.

³⁶ Amir Labaki. Op. cit., p. 96.

³⁷ Jorge Ferreira. *O imaginário trabalhista*. Op. cit., p. 304

³⁸ Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes. Op. cit., p. 42

Bocayuva Cunha (PTB-GB). Trata-se do manifesto publicado pela Comissão Executiva do PTB do município de Santo Antônio de Pádua, no interior fluminense. O deputado chamou a atenção de que quem assinou o manifesto pedindo a posse de Goulart e o respeito à Constituição foi o capitão Otávio Denys, irmão do ministro da Guerra³⁹.

O movimento liderado pelo governador Leonel Brizola no Rio Grande do Sul e a adesão a este pelo general Machado Lopes, comandante do III Exército, sediado em Porto Alegre, bem como as manifestações populares em todo o país, tiveram grande repercussão nas discussões das sessões parlamentares do dia 29 de agosto de 1961. Até aquele momento, a posição do III Exército ainda não era plenamente conhecida em Brasília e era alvo de informações desencontradas. Enquanto deputados do PTB gaúcho, como Rui Ramos, afirmavam que o Exército do Sul estava ao lado do governador, o ministro da Guerra negava a informação, afirmando não ter recebido qualquer telegrama a respeito. Na sessão noturna daquela data, o deputado Doutel de Andrade (PTB-SC), em aparte ao discurso de José Joffily (PSD-PB), trouxe a informação de que o auditor de guerra do III Exército, Lauro Schultz, havia se reunido com o marechal Denys e entregue pessoalmente a informação de que aquele exército estava com a legalidade. Naquele momento, o deputado paraibano afirmava, na tribuna, que o presidente em exercício, Ranieri Mazzilli estava sob coação dos ministros militares. A partir da intervenção de Doutel de Andrade, vários outros deputados passaram a se manifestar pedindo a renúncia do ministro da Guerra ou sua demissão pelo presidente⁴⁰. José Joffily chegou a afirmar que esta era a única forma de evitar a guerra civil. Ao lado destas manifestações, os deputados aparteantes foram contundentes em afirmar que nesta grave hora a sociedade reclamava um posicionamento firme do Congresso. O deputado Paulo Mincarone (PTB-RS) disse que aquela casa precisava “se redimir de todos os seus pecados”⁴¹, para depois denunciar a falácia a respeito da unidade das forças militares. Já que a V Zona Aérea, além de diversos oficiais das três Forças estavam também ao lado da posse de João Goulart. Afirmou ainda o deputado que a quase totalidade das Forças Armadas respeitava a constituição e que o Congresso não poderia ter outra atitude.

³⁹ *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, 29/08/1961, p. 174.

⁴⁰ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XX, p. 176.

⁴¹ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XX, p. 177.

A mobilização popular em várias partes do Brasil, mas sobretudo em Porto Alegre, teve grande importância na disposição do Congresso em recusar o golpe e o *impeachment* de Goulart, como desejavam os ministros militares. A solução política tomada, no entanto, não foi a que se pretendia. Os partidários do movimento pela legalidade sentiram-se traídos pela aceitação do parlamentarismo⁴².

A solução encontrada: a emenda parlamentarista entra em discussão

Com a criação de uma comissão mista para analisar a mensagem presidencial que expunha o veto dos ministros militares a João Goulart, o Congresso sinalizou que, embora não quisesse aprovar o *impeachment*, estava disposto a negociar uma solução política. Encontrando apoio na sociedade para negar a simples imposição de impedir a posse de Goulart, a maioria dos parlamentares não desejava enfrentar frontalmente os líderes das Forças Armadas. A sessão conjunta do Congresso do dia 28 de agosto de 1961, quando foi implantada a comissão mista, terminou já nas primeiras horas da madrugada do dia seguinte. Com o prazo que foi concedido à comissão, as articulações passaram a se concentrar nas soluções possíveis. Certamente não estava entre as soluções seriamente consideráveis a votação a toque de caixa do *impeachment*, em moldes semelhantes aos acontecimentos de 1955. O clima político ficara amplamente desfavorável a semelhante solução

Antes mesmo que a comissão mista apresentasse seu parecer, as medidas para acelerar a aprovação da emenda parlamentarista já vinham sendo discutidas. A sessão vespertina do dia 29, trazia à pauta a emenda constitucional número 16, que fora apresentada pelo deputado Raul Pilla (PL-RS) em 6 de julho de 1961, com a assinatura de mais 255 deputados. Esta emenda tramitava sem muito entusiasmo na Câmara. A comissão especial para sua análise havia sido nomeada, com a indicação de Chagas Freitas (PSP-GB) como presidente e Martins Rodrigues (PSD-CE) como relator. Este foi nomeado para o Ministério da Justiça logo após a renúncia, com a demissão de Oscar Pedroso Horta. Assim a comissão especial fez a primeira reunião de discussão da emenda no dia 29 de agosto de 1961, escolheu como novo relator o deputado Nelson Carneiro (PSD-GB) e, na sessão vespertina da Câmara já apresentou seu parecer.

⁴² Jorge Ferreira. *O imaginário trabalhista*. Op. cit., p 314.

Alterar a Constituição de forma rápida, no entanto não era nada simples. Por ser a Constituição a base do ordenamento jurídico em um regime constitucional, naturalmente há uma proteção legal para que possam ocorrer alterações em seu texto, visando manter sua integridade. Assim, as emendas à Constituição de 1946 deveriam ser aprovadas por ambas as casas do Congresso em duas discussões, por pelo menos dois terços de seus membros⁴³. Além disso, o Regimento do Congresso estabelecia que deveria ser criada em cada uma das casas uma comissão especial para elaborar o parecer e que não poderiam haver subemendas, ou seja, a proposta apresentada não poderia ser alterada. Precisamente este dispositivo era um entrave à solução que se pretendia.

Dentro deste contexto, antes que o parecer da comissão especial da emenda fosse apresentado, entrou em discussão um projeto de resolução também antigo, que tramitava desde 1959, e que permitia que se apresentasse subemendas, ou seja, que o texto das propostas de emenda constitucional pudesse ser alterado em relação à proposição original. Embora naquele momento ainda não se vinculasse claramente nos discursos a aprovação deste projeto com a adoção do parlamentarismo, os congressistas sabiam muito bem onde se queria chegar. A emenda de Raul Pilla não se adequava exatamente à situação de então. Enquanto os que eram favoráveis à solução parlamentarista tentavam de toda forma acelerar a discussão, os contrários utilizavam-se de todos os instrumentos para obstruir esta solução. O deputado Aurélio Vianna (PSB-AL) apresentou um pedido para que se adiasse a discussão deste projeto por cinco sessões e, ao encaminhar a votação a este requerimento, fez duras críticas aos ministros militares e aos próprios parlamentares por aceitar discutir o veto militar a Goulart. Posto em votação o pedido de adiamento foi rejeitado. O deputado alagoano pediu então a verificação nominal da votação, esgotando o tempo da sessão. Pedido de prorrogação foi então proposto e aprovado e a discussão prosseguiu, no entanto não houve tempo para que o projeto de resolução fosse votado ainda nesta sessão⁴⁴. Vemos aqui que os que eram contrários às alterações constitucionais utilizavam a seu favor os dispositivos do regimento e que, percebendo que a maioria dos parlamentares estaria a favor, faziam obstruções e jogavam com o tempo, que naquele momento os favorecia.

Tanto o projeto de resolução como a emenda, com subemenda, foram levados à discussão na sessão noturna, mas não foram votados. Nesta sessão os discursos de

⁴³ Brasil. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Artigo 217. 1946

⁴⁴ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XX, p. 141-142

ataque especialmente ao marechal Denys se multiplicavam. O deputado José Joffily (PSD-PB) afirmou que a renúncia do ministro da Guerra era um imperativo de paz ao que Souza Leão (PSP-AL) respondeu que a demissão do marechal deveria partir do presidente Mazzilli. Defendendo seu correligionário, Joffily disse crer que o presidente em exercício estava sob coação o que também deveria ser denunciado pelos congressistas⁴⁵. O deputado Raymundo Chaves (PSD-RS), também general do Exército, ao descrever a situação no Rio Grande do Sul afirmou categoricamente que não havia em Porto Alegre um exército revolucionário, mas simplesmente um comando que, verificando ter recebido ordens de seus superiores que não deveria cumprir, resolveu seguir somente ordens constitucionais⁴⁶. O discurso expõe uma posição de que o general Machado Lopes não desejava lutar contra forças leais ao marechal Denys, mas apenas impedir que se cometesse um atentado à constituição. Precisamente esta posição fortalecia os deputados na busca de uma situação política, pois havia a opinião de que uma guerra civil não estava nos planos de nenhuma corrente. A sessão terminou sem que os projetos prioritários fossem votados.

Na manhã do dia 30, findo o prazo dado à comissão mista, o Congresso se reuniu novamente em sessão conjunta para conhecer e discutir suas conclusões. O parecer elaborado pelo relator, deputado Oliveira Brito (PSD-BA) iniciava declarando que não se estava vivendo um “período de normalidade constitucional” e ressaltava que a mensagem presidencial que comunicava a posição dos ministros militares sobre a “inconveniência” do regresso de João Goulart ao país não fornecia muitas informações sobre os fatos, mas que estes eram do conhecimento dos parlamentares e que eles não deviam se ater apenas ao conteúdo da mesma, mas à realidade que trazia. Depois de afirmar que as sucessões presidenciais foram todas carregadas de incertezas e disputas, sugeria a adoção do parlamentarismo como forma de solucionar e evitar tais crises. Partindo para o campo das propostas, a comissão mista recomendou a imediata apresentação de parecer pela comissão especial da emenda constitucional, além de alterações no regimento para que a esta pudesse ser votada de forma muito mais célere nas casas parlamentares. Também se propunha que o regimento permitisse a apresentação de subemenda, visando adequar a proposta já em tramitação às

⁴⁵ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XX, p. 176

⁴⁶ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XX, p. 182

necessidades de então⁴⁷. A discussão do parecer foi bastante acalorada entre os congressistas e o tempo regimental da sessão terminou sem que sequer fosse discutido o voto em separado do deputado Eloy Dutra (PTB-GB). O último a falar foi o senador Juscelino Kubitschek (PSD-GO), que fez um apelo ao marechal Denys de que parasse de constranger o Congresso e não adotasse medidas de força, enquanto defendia os propósitos de João Goulart na presidência⁴⁸.

A sessão vespertina do Congresso transcorreu no mesmo clima, com os congressistas declarando em seus discursos que não desejavam votar as medidas que a comissão mista propunha. Destaque neste ponto para o deputado Eloy Dutra (PTB-GB), membro da comissão, que apresentou um voto em separado, divergindo do relator. Ao defender em discurso sua posição, afirmou que a mensagem presidencial não tinha fundamento jurídico⁴⁹. Os congressistas também prosseguiram apresentando as posições dos governadores. Neste aspecto, chegaram mensagens do governador do Paraná, Ney Braga, da Bahia, Juracy Magalhães e de São Paulo, Carvalho Pinto. A discussão se prolongou e ainda uma outra sessão, noturna, foi necessária para que chegasse ao termo. Nesta vemos com destaque a fala do deputado João Mendes (UDN-BA), por destoar completamente das demais. Em seu discurso, o deputado baiano defendeu que o presidente fosse eleito pelo Congresso e que a decisão “ficasse acima do fetiche por qualquer dispositivo constitucional” defendeu ainda que se reformasse ou até substituísse a Constituição caso esta não atendesse os anseios da nação⁵⁰. A opinião deste deputado, embora fosse contrária à maioria dos discursos, acabou por retratar o que estava de fato ocorrendo. Não era a Constituição que se defendia, mas o sistema liberal-democrático e representativo.

Na sequência da sessão, o deputado Neiva Moreira (PSP-MA) leu um manifesto à nação que acabara de ser divulgado pelos ministros militares, que transcrevemos a seguir:

No cumprimento de seu dever constitucional de responsáveis pela manutenção da ordem, da lei e das próprias instituições democráticas, as Forças Armadas do Brasil, através da palavra autorizada dos seus ministros, manifestam a Sua Excelência, o Sr. Presidente da República, como já foi amplamente divulgado, a absoluta inconveniência, na atual situação, do regresso ao País do Vice-Presidente, Sr. João Goulart.

Numa inequívoca demonstração de pleno acatamento dos poderes constitucionais, aguardaram elas, ante toda uma trama de acusações falsas e distorções propositadas, sempre em silêncio, o pronunciamento solicitado ao Congresso Nacional.

⁴⁷ *Diário do Congresso Nacional*, 31/08/1961. p. 2

⁴⁸ *Diário do Congresso Nacional*, 31/08/1961. p. 6

⁴⁹ *Diário do Congresso Nacional*, 31/08/1961 - Suplemento. p. 4

⁵⁰ *Diário do Congresso Nacional*, 31/08/1961 – Suplemento A. p. 9

Decorridos vários dias, e como sintam o desejo de maiores esclarecimentos por parte da opinião pública, a que inimigos do regime e da ordem buscam desorientar, vêem-se constrangidas agora, com a aquiescência do Sr. Presidente da República, a vir ressaltar, de público, algumas das muitas razões em que fundamentaram aquele juízo.

Já ao tempo em que exercera o cargo de Ministro do Trabalho, o Sr. João Goulart demonstrara, bem às claras, suas tendências ideológicas incentivando e mesmo promovendo agitações sucessivas e freqüentes nos meios sindicais, com objetivos evidentemente políticos e em prejuízo mesmo dos reais interesses de nossas classes trabalhadoras. E não menos verdadeira foi a ampla infiltração que, por essa época, se processou no organismo daquele Ministério, até em pontos-chave de sua administração, bem como nas organizações sindicais, de ativos e conhecidos agentes do comunismo internacional, além de incontáveis elementos esquerdistas.

No cargo de Vice-Presidente, sabido é que usou sempre de sua influência em animar e apoiar, mesmo ostensivamente, movimentações grevistas promovidas por conhecidos agitadores. E ainda há pouco, como representante oficial, em viagem à URSS e à China comunista, tornou clara e patente sua incontida admiração ao regime desses países, exaltando o êxito das comunas populares.

Ora, no quadro de grave tensão internacional, em que vive dramaticamente o mundo dos nossos dias, com a comprovada intervenção do comunismo internacional na vida das nações democráticas e, sobretudo, nas mais fracas, avultam, à luz meridiana, os tremendos perigos a que se acha exposto o Brasil. País em busca de uma rápida recuperação econômica, que está exigindo enormes sacrifícios, principalmente das classes mais pobres e humildes, em marcha penosa e árdua para estágio superior de desenvolvimento econômico-social, com tantos e tão urgentes problemas para recuperação, até, de seculares e crescentes injustiças sociais nas cidades e nos campos, não pode nunca o Brasil enfrentar a dura quadra que estamos atravessando, se apoio, proteção e estímulo estiverem a ser dados aos agentes da desordem, da desunião e da anarquia.

Estão as Forças Armadas profundamente convictas de que, a ser assim, teremos desencadeado no País um período inquietador de agitações sobre agitações, de tumultos e mesmo choques sangrentos nas cidades e nos campos, de subversão armada, enfim, através da qual acabarão ruindo as próprias instituições democráticas e, com elas, a justiça, a liberdade, a paz social, todos os mais altos padrões de nossa cultura cristã.

Na presidência da República, *em regime que atribui ampla autoridade de poder pessoal ao Chefe da Nação*, o Sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o País mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil. As próprias Forças Armadas, infiltradas e domesticadas, transformar-se-iam, como tem acontecido noutros países, em simples milícias comunistas.

Arrostamos, pois, o vendaval, já esperado, das intrigas e das acusações mais despidoradas, para dizer a verdade tal como é, ao Congresso dos representantes do povo e, agora, ao próprio povo brasileiro.

As Forças Armadas estão certas da compreensão do povo cristão, ordeiro e patriota do Brasil. E permanecem, serenas e decididas, na manutenção da ordem pública.

Rio de Janeiro, GB, 30 de agosto de 1961.

Vice-Almirante Sílvio Heck, Ministro da Marinha - Marechal Odílio Denys, Ministro da Guerra - Brigadeiro-do-Ar Gabriel Grum Moss, Ministro da Aeronáutica.⁵¹

Segundo Paulo Markun e Duda Hamilton, o autor deste documento fora o então coronel Golbery do Couto e Silva, que teria importante papel no regime militar

⁵¹ *Diário do Congresso Nacional*, 31/08/1961 – Suplemento A. p. 9, grifo meu

implantado em 1964⁵². Recusado inicialmente pelos ministros militares, o documento acabou por ser divulgado para satisfazer a cobrança por razões para o veto ao vice-presidente. Embora tivesse diversas acusações, o documento deixava implícito que os ministros poderiam aceitar a posse de Goulart caso o parlamentarismo fosse aprovado. No prosseguimento da sessão, os deputados continuaram a criticar os ministros militares e a negar o *impeachment*. Sobre a posição a respeito do parlamentarismo, no entanto, os deputados divergiam. O deputado Munhoz da Rocha (PR-RS) afirmava que não se estaria a discutir o impedimento do presidente se a jurisprudência não tivesse sido dada em 1955. Afirmava que o precedente criado, que quebrou a legalidade, abriu a possibilidade que sempre se buscasse intervenções. O deputado Waldyr Simões (PTB-GB) definiu-se como parlamentarista, mas que votaria contra o sistema por entender que sua implantação nestas condições causaria a desmoralização de sua causa. Afirmou ser este o pensamento de outros deputados. Com o adiantado da hora, o presidente do Congresso pediu que os deputados retirassem sua inscrição para a fala para que se pudesse votar o parecer da comissão mista. A votação ocorreu e o parecer terminou aprovado por 233 votos a 9.

Com a concordância dos parlamentares em analisar a emenda em um rito muito acelerado, que contaria com todas as facilidades para que fosse aprovado, tornava-se necessário obter a concordância dos ministros militares e de João Goulart. Os primeiros não queriam ceder em relação ao veto, mas percebiam que estavam ficando sem opções. O Congresso resistia em aceitar o *impeachment* e a opinião pública continuava a se manifestar pela posse de Goulart. Além disso o III Exército, que contava com mais homens, armamentos e recursos que os demais juntos, já estava fora de seu controle. Se de fato Jango e seus aliados tinham que ser combatidos, eles contavam então com tropas para poder travar um embate. Além disso empunhavam a bandeira da legalidade, o que atraía simpatia de muitos oficiais militares de outras regiões do Brasil. Isto poderia inclusive quebrar a unidade das tropas que se mantinham leais aos ministros. Diante de tudo isso, aprovar o parlamentarismo seria para os ministros uma saída honrosa. Não teriam conseguido persuadir o Congresso a impedir o vice-presidente, mas teriam conseguido que lhe tirasse os poderes. Neste clima foi divulgado o manifesto transcrito anteriormente, que deixava a porta aberta para a solução em tramitação no Congresso. Ocorre que os ministros militares não deixavam de ter desconfianças em relação a

⁵² Paulo Markun e Duda Hamilton. p. 239

Goulart e seus aliados. Hélio Silva narra uma reunião, sem precisar a data, em que os ministros militares procuraram o presidente em exercício, Ranieri Mazzilli para manifestar sua apreensão quanto ao texto da emenda parlamentarista, especialmente quanto ao dispositivo que concedia ao presidente da República o poder de dissolver o Congresso e convocar novas eleições. Ranieri Mazzilli em resposta mostrou o dispositivo que assegurava que os mandatos vigentes ficariam preservados, o que impossibilitava que Goulart dissolvesse o parlamento. Diante das afirmações de desconfiança dos líderes militares, o presidente da Câmara afirmou que renunciaria à presidência. Com disso, o marechal Denys recuou e reiterou seu apoio a Mazzilli e à emenda⁵³.

Além disso, o deputado Ruy Ramos (PTB-RS) em seu pronunciamento na sessão da Câmara do dia 31 de agosto, informou que o marechal Denys se reunira com o general Segadas Viana e que este comunicou ao ministro decisão tomada pelos generais em serviço no Rio de Janeiro de acatarem a decisão que fosse tomada pelo Congresso, com relação à posse de João Goulart. Segundo a narrativa do deputado gaúcho, enquanto o Congresso estava reunido na apreciação do parecer da comissão mista, os generais da antiga capital estavam em reunião na qual decidiram não permanecer solidários ao pronunciamento dos ministros militares e acatar e apoiar o que fosse decidido no Parlamento. Esta proclamação é de grande importância, pois, segundo o deputado, os generais não condicionavam seu apoio à adoção do parlamentarismo. Conforme a informação, o ministro Denys pediu ao general um tempo para se reunir com os demais ministros militares. Durante a madrugada, certamente já sabendo que o Congresso decidira analisar a emenda parlamentarista em condições diferenciadas, o marechal informou ao general Segadas Viana que os três ministros concordavam com o parlamentarismo em análise no Parlamento⁵⁴.

Quanto a Goulart, durante toda a sua viagem de volta, foi buscando manter-se informado dos acontecimentos e articulações. Manteve contato frequente com políticos do PTB, do PSD e até mesmo da UDN e ficou sabendo do veto militar e da proposta de parlamentarismo. Seus interlocutores mais frequentes eram o presidente do PSD, Amaral Peixoto e também o líder da bancada do PTB, deputado Almino Afonso (AM), embora tenha falado também com Santiago Dantas e com o senador Afonso Arinos de

⁵³ Hélio Silva. Op. cit., p. 87-88

⁵⁴ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XX, p. 298

Melo Franco (UDN-MG) que acabara de deixar o ministério das Relações Exteriores. Almino Afonso narra que ao conversar com Goulart este pediu sua opinião sobre a mudança de sistema de governo. Como resposta o deputado disse que, embora fosse partidário do parlamentarismo, não concordava com sua adoção naquele momento, por entender que era na prática um veto a sua posse na presidência. Ouviu de Goulart que ele não recusaria o entendimento, mas que a bancada do PTB poderia avaliar melhor a situação⁵⁵.

Quando Goulart já estava em Montevidéu, Ranieri Mazzilli enviou-lhe como emissário o ex-governador de Minas Gerais, Tancredo Neves. Almino Afonso pediu que também um representante do PTB fosse na viagem e indicou o deputado Wilson Fadul (MT), por quem o líder da bancada enviou uma carta incitando o presidente a recusar o parlamentarismo. Houve então uma manobra do experiente político mineiro. Quando o deputado trabalhista chegou ao aeroporto, o avião com Tancredo Neves já havia partido⁵⁶. Coube então ao pessedista mineiro pôr Jango a par dos detalhes da proposta de parlamentarismo e obter o seu consentimento. A conversa foi muito dura. Jango não queria aceitar o parlamentarismo. Como argumento para convencê-lo, Tancredo afirmou que ele poderia chegar a Brasília com todos os poderes, mas “com as botas sujas de sangue”⁵⁷. Tendo Goulart aceitado, Tancredo apresentou as outras condições que o general Geisel, chefe do gabinete militar, colocara: ir direto a Brasília sem passar por Porto Alegre e não levar Brizola a sua posse. Diante da negativa sobre ir a Porto Alegre, foi recomendado ao presidente que na capital Gaúcha não fizesse discurso. Extremamente contrariado, Jango resolveu aceitar para evitar derramamento de sangue.

A votação da emenda parlamentarista

Tendo a concordância dos principais interessados, era necessário agora travar a última batalha para pôr fim à crise da renúncia. Para garantir que se pudesse falar em legalidade, a emenda instituindo o parlamentarismo deveria ser aprovada por uma margem considerável de votos, respeitando o rito estabelecido pela Constituição. Seria necessário mudar a forma de tramitação e análise, que constavam no regimento, mas o que a Carta Magna estabelecia como necessário às emendas tinha que ser cumprido. O

⁵⁵ Almino Afonso. Op. cit., p. 27-28

⁵⁶ Idem. p. 33

⁵⁷ Jorge Ferreira. *João Goulart: Uma Biografia*. Op. cit., p 256

artigo 217, que tratava das emendas, não punha muitas restrições à aprovação. Em resumo dizia apenas que a proposta tinha que ser apresentada por pelo menos a quarta parte dos membros de uma das casas, tinha que ser aprovada em duas discussões, considerando a maioria de dois terços, que não se reformava a Constituição na vigência de estado de sítio e impunha como cláusula pétrea a manutenção do regime republicano e do sistema federativo. Portanto não seria tão difícil aprovar uma emenda à Constituição sem deixar de cumpri-la. As maiores dificuldades eram postas pelo regimento interno.

A comissão mista, encarregada de analisar a mensagem presidencial que informou do veto militar, em seu parecer aprovado na sessão conjunta do Congresso da noite de 30 de agosto de 1961, propôs uma série de medidas emergenciais que contrastavam com o regimento interno das duas casas, tais como reduzir os prazos de discussão, o intervalo entre as sessões e o número de parlamentares a falar. Os opositores à emenda puseram-se a defender que o regimento fosse igualmente respeitado. Já na sessão do Congresso em que foi votado o parecer da comissão mista, o deputado Aurélio Vianna (PSB-AL) levantou uma série de questões regimentais. Nas sessões em que se discutia a emenda e também as tais normas emergenciais, a partir do dia 31 de agosto, muitos parlamentares levantaram o mesmo tipo de questionamento. Logo no início da primeira sessão daquele dia, pela manhã, o deputado Último de Carvalho (PSD-MG) fez um forte pronunciamento afirmando que a Câmara já estava fechada e que eles estavam lá fazendo discussões inúteis, pois tinham sucumbido à pressão militar para discutir o parlamentarismo, um golpe a seu ver. Na resposta o deputado Miguel Bahury (UDN-MA)⁵⁸, igualmente contundente, convidava o colega a renunciar a seu mandato. Essa discussão logo no início traduz bem o clima da sessão, com troca de acusações e denúncias de ilegalidade nas discussões.

Acompanhando as falas destas sessões, vemos que, embora houvesse um acordo para a adoção do parlamentarismo, estava muito longe de haver unanimidade entre os congressistas. Pelo contrário, muitos eram os que se lançavam em oposição à adoção de medidas que consideravam apressadas e inoportunas. Quando o deputado Ruy Ramos (PTB-RS) trouxe a notícia de que os ministros militares tinham aceitado o

⁵⁸ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XX, p. 243-247

parlamentarismo, conforme o relato do general Segadas Viana⁵⁹, as vozes se levantaram em oposição. Quando o deputado Gabriel Hermes (UDN-PA), já em sessão do dia 1 de setembro, trouxe o relato da opinião de João Goulart⁶⁰, a quem tinha acompanhado na viagem à China, sobre o parlamentarismo, igualmente foi contraditado. Ao se opor à fala do udenista paraense, aliás, o deputado Almino Afonso (PTB-AM) afirmou que o artigo que proibia de se reformar a Constituição em estado de sítio se aplicava a este caso, pois o próprio parecer da comissão mista afirmava que não se estava vivendo um período de normalidade e, em uma longa fala, citou diversos dispositivos legais que amparavam sua opinião. O deputado Aduino Cardoso (UDN-GB) levantou-se para dizer que os que afirmavam que não havia liberdade entre eles não estavam sendo coerentes, já que falavam isso com total liberdade.⁶¹

O dia 1 de setembro foi o dia decisivo da votação. Neste dia ocorreram cinco sessões consecutivas na Câmara para fazer toda a discussão da emenda parlamentarista, conforme estabelecido pelo rito das normas emergenciais. No total destas sessões, 70 deputados se pronunciaram na tribuna. Acrescentando-se os apartes, mais de cem parlamentares manifestaram suas opiniões, registradas nos anais da Câmara. Como o número total era de 326 deputados, não é absurdo falar que aproximadamente um terço destes se manifestou em um único dia. Muitos discursos, apartes, questões de ordem, encaminhamentos e declarações de voto. Apesar de todas as manifestações em contrário, das obstruções e das denúncias, a decisão de implantar o parlamentarismo era sinalizada como fruto de acordo entre os parlamentares, fora do plenário. Isso nos leva a acreditar que os congressistas de fato desejaram a mudança de regime e, embora se sentissem pressionados, não foram coagidos. Consideramos como coação a imposição aberta pelas Forças Armadas, como ocorreu em 1955 quando da votação do *impeachment* de Carlos Luz e Café Filho. Fosse dessa forma, os parlamentares teriam aceito o impedimento de Goulart. A pressão dos ministros militares e de grupos contrários a Jango não logrou êxito porque os congressistas desejaram seguir por outro caminho. No entanto a pressão contra Goulart encontrou eco no Congresso. Não eram poucos os parlamentares que também não o desejavam no governo. Desta forma, os membros do Congresso desejaram, a seu modo, por limites ao governante e serem eles

⁵⁹ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XX, p. 298

⁶⁰ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XX, p. 362

⁶¹ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XX, p. 363-368

mesmos, não os militares, a tutelarem o presidente. Desta forma consideramos que uma maioria de parlamentares, mais do que aceitar uma imposição, desejou a mudança de regime e a limitação dos poderes de Goulart na presidência.

Uma manifestação daquele dia 1 de setembro que merece ser notada é o diálogo, através de ofício, entre o presidente em exercício da Câmara, Sérgio Magalhães (PTB-GB) e do Senado, Auro Moura Andrade (PSD-SP). Após ser consultado por emissários de João Goulart sobre a oportunidade de marcar sua posse para o dia 4 de setembro, ou seja, na segunda-feira seguinte, o presidente do Senado encaminhou um ofício ao deputado Sérgio Magalhães. Este respondeu questionando se seria prudente marcar a data da posse, já que a Câmara estava empenhada em votar a emenda parlamentarista, mas ainda não a tinha aprovado. Auro Moura Andrade respondeu que o Congresso já havia deliberado pela posse de Goulart e que a medida aprovada não condicionava uma coisa a outra. Portanto que poderia tranquilamente marcar a posse mesmo que o parlamentarismo não fosse aprovado⁶². Este relato se reveste de importância, já que o presidente do Congresso Nacional estava realmente disposto a dar posse a Goulart, mesmo que não houvesse a aprovação. Embora àquela altura certamente houvesse um acordo entre os principais líderes políticos para que a emenda fosse aprovada, vemos pelas manifestações nas sessões da Câmara que havia também uma cerrada oposição, que mesmo que fosse insuficientemente numerosa, era capaz de mobilizar grandes esforços.

As sessões prosseguiram de forma bastante acalorada. Um exemplo disso pode ser encontrado no pronunciamento do deputado Paulo Freire (PTB-MG) que comunicou seu afastamento da Ação Democrática Parlamentar em razão da posição de seu presidente, deputado João Mendes (UDN-BA) a favor do *impeachment* de João Goulart⁶³. Outro ponto de bastante controverso foi o caso da denúncia de violência policial no estado da Guanabara, onde, segundo a denúncia de vários parlamentares, o suplente de deputado José Talarico (PTB-GB) teria sido espancado. O deputado Lycio Hauer (PTB-GB) chegou a cogitar licenciar-se do mandato para que o suplente pudesse assumir e denunciar naquela casa a violência de que foi vítima⁶⁴. As discussões intensas, mesmo entre correligionários e membros da mesma frente parlamentar

⁶² Auro Moura Andrade. Op. cit., p. 77-78

⁶³ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XX, p. 332-333

⁶⁴ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XX, p. 407

continuavam a dar o tom das sessões. Por exemplo o deputado Osvaldo Lima Filho (PTB-PE) afirmou que ele e mais 20 deputados do partido, votariam a favor da emenda, apesar da posição da maioria da bancada, expressa pelo líder Almino Afonso (AM) ser pela rejeição da proposta. Com os debates em torno da proposta de emenda tendo ocorrido durante todo o dia, só foi possível iniciar a votação da matéria na sessão extraordinária que começou à 1h10min, ou seja, já no dia 2 de setembro. Neste ponto quando o deputado Clélio Lemos (PSD-PE), na presidência da sessão, anunciou que a emenda entraria em votação, o deputado Clemens Sampaio (PTB-BA) levantou uma questão de ordem afirmando que, como aquela era a primeira sessão do dia, dever-se-ia iniciar novamente toda a discussão, de acordo com o regimento, com a fala de cada um dos deputados inscritos, a começar por ele mesmo⁶⁵. Depois da negativa do presidente a este entendimento, outros deputados levantaram questões de ordem regimental.

Quando a proposta foi colocada em votação, por chamada nominal, foi aprovada em primeira discussão por 234 a 59. Neste particular cabe-nos uma ressalva com relação ao documentário de Silvio Tendler⁶⁶ que mostra e narra os deputados confusos em votação simbólica. Na verdade a votação foi pessoal e cada deputado então respondeu sim ou não à chamada. Dos 59 votos contrários, 35 eram do PTB. Somente do PTB gaúcho foram 10 votos contrários à emenda e apenas um favorável, do deputado Daniel Dipp⁶⁷ e três estiveram ausentes.

Logo que a sessão terminou, teve início uma nova sessão extraordinária às 3h25min para a segunda discussão da emenda. Logo no início da sessão, antes portanto da votação, o presidente em exercício da Câmara comunicou a convocação de sessão solene do Congresso para a segunda-feira seguinte para a posse do presidente João Goulart. Continuando a discussão, os opositores da medida continuavam a levantar falhas com relação ao cumprimento do regimento para obstruir a votação, no entanto o presidente Sérgio Magalhães (PTB-GB) não tomava conhecimento de tais interrupções. Àquela altura, durante a madrugada, depois de um dia inteiro de trabalhos parlamentares e com um resultado bastante previsível, poucas discussões acrescentavam algo novo. No entanto encontramos destaque no debate entre os deputados Barbosa Lima Sobrinho (PSB-PE) e Adauto Cardoso (UDN-GB). O primeiro ponderava que embora fosse um

⁶⁵ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XX, p. 503

⁶⁶ JANGO. Direção: Silvio Tendler. Brasil: 1984. 1h57min. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=SaU6pIBv9f4> acessado em 06/02/2018.

⁶⁷ A Câmara ainda considerava Fernando Ferrari deputado do PTB, embora este tenha dito diversas vezes entre o debate que fora expulso do partido.

dos signatários da emenda constitucional número 16, votara contra, assim como o faria novamente, pois considerava a emenda mutilada em sua essência e um golpe branco contra o presidente João Goulart. O udenista carioca se opunha dizendo que, de início pensava da mesma forma, mas a partir do momento que o próprio Goulart aceitara a mudança de sistema, ele não se via moralmente autorizado a recusar⁶⁸. Feita a votação nominal, o resultado foi semelhante à primeira discussão. 233 votos a favor e 55 contrários. Novamente 35 votos da bancada do PTB foram contrários. Aprovada a emenda na Câmara, conforme determinava a Constituição, foi encaminhada para o Senado. Ao encerrar a sessão, o deputado Sérgio Magalhães pediu que os deputados permanecessem atentos, pois a qualquer momento o presidente do Congresso poderia convocar uma sessão conjunta para promulgar a emenda.

No Senado o trâmite da emenda começou já na manhã do dia 2 de setembro. Logo após a leitura da matéria, o senador Moura Andrade informou que encaminharia para a comissão especial, que tinha como presidente o senador Aluísio de Carvalho (PL-BA). Este pediu prazo até as 14h para entregar o parecer. Logo depois o presidente informou ao plenário que havia marcado a posse de João Goulart para o dia 4. Comentando isto, o senador Lino de Matos (PSP-SP) exaltava a atitude do senador Moura Andrade, afirmando que, ao marcar a posse antes que a emenda fosse votada, mostrava a todo o país que eles não estavam votando o parlamentarismo por pressão militar, pois uma coisa não estava condicionada à outra⁶⁹.

Como estava marcado, nova sessão iniciou-se às 14h para apreciar o parecer da comissão especial. Como esta atrasasse a apresentá-lo, muitos questionamentos foram levantados, pois o acordo era de que não houvesse alterações na proposta enviada pela Câmara. O senador Aluísio de Carvalho, presidente do colegiado, afirmou não haver alterações, mas que a discussão na comissão especial era parte da tramitação de emendas. Apresentado o parecer às 17 horas, passaram-se às votações. Duas sessões ocorreram em sequência para as duas discussões da emenda, conforme determinava a Constituição. Na primeira, a emenda foi aprovada por 47 votos a 5. Na sessão para a segunda discussão, foi apresentado um projeto de lei para anistia de militares e civis que tivessem participado de movimentos políticos naquele período. Logo em seguida

⁶⁸ Anais da Câmara dos Deputados, 1961 (3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura) Volume XX, p. 541-543

⁶⁹ Hélio Silva. Op. cit., p. 104

ocorreu a votação com nova aprovação por 48 a 6, às 20h do dia 2 de setembro⁷⁰. Foi convocada então uma sessão conjunta do Congresso para aquela mesma data às 22h.

Na emenda aprovada, e que se tornou o Ato Adicional à Constituição, algumas questões importantes podem ser observadas. O capítulo II e o capítulo III do Ato, em que estão descritas as atribuições do presidente da República e do Conselho de Ministros, traziam algumas imprecisões quanto ao limite de ação de cada um. Ao mesmo tempo em que descrevia vários atos a serem praticados pelo presidente, estabelecia no artigo 7º que “Todos os atos do Presidente da República devem (*sic*) ser referendados pelo Presidente do Conselho e pelo Ministro competente como condição de sua validade.”⁷¹ Destaques importantes podem ser observados no capítulo IV, das Disposições Transitórias, onde fica muito claro que o parlamentarismo foi desenhado somente para esta situação. Enquanto o artigo 2º estabelecia que o presidente da República passaria a ser eleito de forma indireta pelo Congresso, o artigo 21 assegurara que na promulgação da emenda assumiria a presidência o vice-presidente eleito em 03 de outubro de 1960, ou seja, João Goulart. O artigo 22 estabelecia que o sistema ora implantado poderia ser alvo de regulamentação por legislação complementar, o que causaria enorme discussão no Congresso posteriormente, já com o parlamentarismo em vigor. Os grandes trunfos no entanto estavam nos dois últimos artigos da emenda, o 24 determinava que as constituições dos estados deveriam adaptar-se ao sistema parlamentarista, apenas após o término do mandato dos atuais governadores e ainda garantia que “ficavam respeitados, até o seu término, os demais mandatos federais, estaduais e municipais”. Este dispositivo impedia que Goulart exercesse a prerrogativa de dissolver o Congresso e convocar novas eleições. O artigo 25 estabelecia que a legislação complementar a ser votada poderia estabelecer um plebiscito sobre a manutenção do parlamentarismo, que deveria ocorrer nove meses antes do término do mandato presidencial. A disputa a partir de então, passaria a ocorrer a respeito desta consulta.

A sessão solene do Congresso Nacional em que foi promulgada a emenda que estabelecia do sistema parlamentarista no Brasil foi bastante diferente daquelas que analisamos ao longo do período. A começar pela composição da mesa do Plenário. Ao lado dos presidentes em exercício da Câmara, Sérgio Magalhães, e do Senado, Auro Moura Andrade, estavam o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Barros

⁷⁰ Idem. p. 105

⁷¹ Diário do Congresso Nacional, 03/09/1961. p. 189

Barreto e o arcebispo de Brasília, Dom José Newton de Almeida. Diferente das longas sessões ocorridas naqueles dias, em que elevado número de congressistas discursava, apenas o deputado Raul Pilla (PL-RS), como principal propugnador do parlamentarismo, fez uso da palavra. Em seu discurso, enalteceu o sistema aprovado e ressaltou que o fato de ter sido aprovado para solucionar uma crise já sinalizava o que ele via como a principal vantagem do novo sistema: evitar e solucionar de forma rápida as recorrentes crises políticas de então. Além disso, o deputado acentuava que o Parlamento a partir de então deveria ter ainda mais responsabilidade perante a sociedade, passando a ser o centro das decisões⁷². Terminado o discurso de Raul Pilla, o senador Auro Moura Andrade assinou a promulgação da emenda e encerrou a sessão com o desejo de que a crise estivesse de fato resolvida:

“Srs. Congressistas, no instante em que vou declarar encerrada a presente sessão, sei que está na consciência de todos, neste instante, a preocupação a respeito dos dias de amanhã. Encerramo-la com o pensamento na Pátria, com a certeza de que da nossa determinação, da nossa firmeza, da nossa sinceridade e do nosso patriotismo há de nascer a paz entre as famílias brasileiras.”⁷³

A posse de João Goulart

Na noite de 1 de setembro de 1961, precisamente às 21h40, no mesmo momento em que, na Câmara, o deputado Arruda Câmara (PDC-CE) encaminhava seu voto a favor da emenda parlamentarista, João Goulart chegava a Porto Alegre, se dirigindo diretamente ao Palácio Piratini. A multidão que se tinha aglomerado ali o aguardava ansiosa. Jango chegou, em companhia do governador Leonel Brizola e do general Machado Lopes, apareceu na sacada do Palácio, acenou para a multidão, mas não disse uma palavra, cumprindo o que tinha acordado com os ministros militares através de Tancredo Neves. Diante do silêncio de Jango, a multidão começou a enfurecer-se. Também dentro do palácio, muitos jornalistas aguardavam uma entrevista, mas recusando-se a falar novamente, o presidente limitou-se a divulgar a seguinte nota:

“Chego à minha pátria para cumprir os deveres que me são impostos pela nossa Constituição. Não alimento ódios nem ressentimentos de qualquer espécie. O meu desejo identifica-se com os anseios do povo brasileiro, a preservação da ordem legal, o respeito à Constituição e às leis. Confio no patriotismo de todos os homens e de todas as forças que respondem pelos destinos do Brasil. Entendo que, depois do impacto decorrente da renúncia do presidente Jânio Quadros, nenhum governo poderá ser

⁷² *Diário do Congresso Nacional*, 03/09/1961. p. 186.

⁷³ *Diário do Congresso Nacional*, 03/09/1961. p. 188.

instalado no país senão com base no conagraçamento de todas as forças responsáveis do Brasil.

A mensagem que trago é de paz e esperança. Permaneço como em toda a minha vida pública, inteiramente devotado aos princípios democráticos, à manutenção da ordem, pronto a servir à República no interesse do progresso e do bem-estar político, econômico, social e espiritual da Nação.

Que Deus me ilumine. Que o povo me ajude, e que as armas não falem.”⁷⁴

Embora na nota ficasse claro que Goulart não desejava o enfrentamento, os jornalistas a consideraram vazia, pois nem sequer citava as discussões sobre seus poderes. Exigiam uma palavra do presidente sobre os fatos e, como ele se recusasse, houve revolta. O mesmo acontecia com o povo do lado de fora do Palácio. Como Jango não vinha dar sua palavra, limitando-se a acenar, a multidão enfurecida começou a vaiá-lo e a queimar os cartazes e faixas e cartazes que empunhava. Só foi dispersada pela forte chuva que caiu naquele dia⁷⁵. Brizola não se conformava com o que ele considerava uma capitulação.

Analisando os acontecimentos em Porto Alegre em 1961, o historiador Jorge Ferreira pondera que a falta de uma manifestação de Jango que desse a resposta esperada à população que tinha se levantado, tomado armas e se arriscado para garantir sua posse pode ter influenciado na falta de manifestações populares de resistência em 1964. O título do capítulo em que fala disso, “A Legalidade traída” retrata como o povo de Porto Alegre, e provavelmente das outras partes do país onde houve grandes manifestações pela investidura de Goulart na presidência, se sentiu frente a aceitação do parlamentarismo⁷⁶. A ideia de que não haveria razão para resistir, pois depois as coisas se acertariam no interior dos gabinetes.

Faltava então a ida até Brasília para tomar posse perante o Congresso. Houve ainda um outro problema a ser enfrentado: o que ficou conhecido como Operação Mosquito. Tratava-se de uma conspiração montada por oficiais da Aeronáutica que tinham a intenção de utilizar caças para abater o avião que transportaria o presidente de Porto Alegre para Brasília. Ranieri Mazzilli foi informado desta operação em uma reunião com os três ministros militares e o chefe do gabinete militar, general Ernesto Geisel⁷⁷. Ficou realmente muito irritado e exigiu providências. O general Geisel assumiu o comando das ações que visavam garantir a segurança de Goulart e o presidente em exercício enviou um ofício ao presidente do Senado informando que

⁷⁴ Paulo Markun e Duda Hamilton. Op. cit., p. 287-288

⁷⁵ Idem. p. 291

⁷⁶ Jorge Ferreira. *O imaginário trabalhista*. Op. cit., p 312

⁷⁷ Paulo Markun e Duda Hamilton. p. 303

todas as garantias haviam sido providenciadas. Quando, na noite do dia 4 de setembro, um grupo de deputados tentou embarcar para Porto Alegre na intenção de acompanhar Goulart até Brasília, não foi concedida a autorização. O presidente do senado ficou muito irritado e exigiu providências. Durante todo o dia seguinte sobram incertezas sobre a viagem até que o senador Moura Andrade falou em uma entrevista à Rádio Tupi que estavam todos aguardando o vice-presidente no aeroporto de Brasília, inclusive os ministros militares. A partir desta mensagem, o avião levando Goulart partiu de Porto Alegre rumo à capital do país onde uma multidão, sem os ministros militares, o aguardava⁷⁸. Assim chegava, no dia 5 de setembro, à nova capital o presidente constitucional, 12 dias após seu antecessor abandoná-la.

Durante o dia 6, as conversas giravam em torno do nome a ser indicado como primeiro-ministro. Muitos nomes eram cogitados. O preferido de Jango, entre os políticos do PSD era Tancredo Neves, enquanto Auro Moura Andrade tentava se articular. Chamada a escolher, a bancada do PSD preferiu Tancredo por 49 votos, contra 39 para o deputado Gustavo Capanema e 20 para Moura Andrade. Também se falava nos nomes de Juraci Magalhães, da UDN e San Tiago Dantas, do PTB⁷⁹. Após muitas incertezas, o nome escolhido acabou mesmo sendo o de Tancredo Neves do PSD mineiro.

No dia 7 de setembro, precisamente às 15 horas, teve início a sessão solene do Congresso para formalizar a posse de João Goulart. O clima era de grande festa. Após praticamente 10 dias de sessões ininterruptas no Congresso; após uma profunda mudança constitucional; após a ameaça de que coisas terríveis pudessem acontecer, no mesmo plenário do Congresso Nacional, Goulart pronunciou seu discurso de posse.

Logo no início da sessão, o deputado Raul Pilla (PL-RS) levantou uma questão de ordem perguntando como se faria para dar posse a Goulart e analisar a composição do Conselho de Ministros, como determinava o Ato Adicional, se os nomes sequer tinham sido apresentados. O senador Moura Andrade esclareceu que primeiro haveria a sessão solene de posse. Em seguida a sessão prosseguiria para cumprir os demais atos determinados pela emenda.

O discurso de posse de Goulart exaltava a luta do povo e do Congresso em favor da legalidade, clamava a todos para que se esforçassem em manter a paz e a democracia e ressaltava a importância das instituições para a superação da crise político-militar. O

⁷⁸ Idem. p. 304

⁷⁹ Idem. p. 309

presidente colocava-se como uma pessoa disposta a unir o país e a promover a justiça. Comprometia-se como guardião da Constituição e da democracia e ressaltava que não guardava quaisquer ressentimentos pela crise que agora finalizava. Finalizava falando sobre a data, da independência do Brasil, da qual ele também se colocava como defensor a partir daquele momento⁸⁰.

Terminado o ato de posse, o Congresso permaneceu reunido para a votação do nome do primeiro-ministro e do Conselho de Ministros. Como os nomes não haviam sido apresentados, os congressistas ficaram a discutir como se faria a votação, já que não havia previsão regimental para este tipo de consulta. Após um intervalo, a sessão foi retomada às 17 horas para a leitura da mensagem presidencial que apresentava o nome de Tancredo Neves como postulante ao cargo de primeiro-ministro, assim como os demais membros do gabinete. Submetido a votação nominal, Tancredo teve seu nome aprovado por 259 votos contra 22 e o restante do gabinete por 240 a 10⁸¹.

Dava-se assim por encerrada a grave crise político-militar deflagrada pela inesperada renúncia do presidente Jânio Quadros. Tinha início então a experiência com o sistema parlamentarista durante a vigência da república no Brasil. Logo teria início uma nova batalha, pela fixação da data do plebiscito e pela volta do presidencialismo. O Congresso Nacional tinha conseguido resolver esta questão, evitar o derramamento de sangue e conciliar o cumprimento da Constituição com o atendimento, ao menos em parte dos setores que desconfiavam das inclinações de João Goulart à esquerda. Sabemos, pelo conhecimento dos fatos posteriores, que a crise de 1961 foi um início de um período muito conturbado da política brasileira, mas não podemos deixar de reconhecer que havia, entre os congressistas de então, o desejo e a certeza, ou ao menos a intenção, de estar buscando o melhor para o sistema democrático, dentro do seu entendimento.

⁸⁰ *Diário do Congresso Nacional*, 09/09/1961. p. 6

⁸¹ *Diário do Congresso Nacional*, 09/09/1961. p. 16

Conclusão

A proposta desta dissertação de mestrado foi de discutir a crise causada pela renúncia do presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, a Crise da Legalidade, a partir de um olhar diferente do que costuma tratar a bibliografia: um olhar a partir de dentro do Congresso Nacional, já que, a nosso juízo, esta atuação tem sido subestimada pela historiografia. Sustentamos aqui que mesmo com todas as importantíssimas manifestações, com todos os movimentos populares e com toda a campanha levantada em favor da posse de João Goulart, a solução adotada, a mudança de sistema de governo, foi definida no Congresso Nacional. Ao mesmo tempo em que no Legislativo recusou a pressão militar pelo *impeachment*, lá também nasceu e prosperou a iniciativa de implantar o parlamentarismo. No entanto, ao longo deste trabalho, analisando os Anais da Câmara dos Deputados e outros documentos do Senado e do Congresso Nacional em conjunto, confrontando-os com a bibliografia existente e com a imprensa da época, encontramos muito além do que procurávamos. Encontramos um Congresso Nacional atuante, atento às movimentações políticas do Executivo, dos militares e de outros atores políticos, como governadores de estado. Este parlamento era composto por homens cientes da importância de suas decisões para o futuro do regime liberal-democrático, cada um mantendo, evidentemente sua visão política. Diferente daquela visão comum de que o Congresso foi pressionado a tomar uma decisão a reboque dos acontecimentos.

Dentro do Parlamento, o apoio a uma ruptura institucional era pequeno e pouco representativo em meio aos debates e mesmo a tese do *impeachment* encontrava poucos dispostos a defendê-la abertamente, mesmo quando se invocava o que se considerava o precedente para aquela situação, o Movimento de Retorno aos Quadros Constitucionais Vigentes, liderado pelo marechal Lott em 1955. A insistência em comparar o duplo *impeachment* de Carlos Luz e Café Filho para evitar um golpe contra o presidente e vice eleitos com a situação causada pela renúncia de Jânio fazia despertar paixões nos congressistas. Era um assunto ainda não completamente superado no Parlamento, também porque vários dos parlamentares de 1955 ainda lá estavam em 1961, o que não deixou de ser lembrado em vários momentos.

A ideia de adotar o parlamentarismo como solução para a crise foi autenticamente gerada dentro do Congresso. Não fazia parte da agenda dos ministros militares e seus apoiadores nem dos defensores da posse de Goulart, nem mesmo como

segunda ou terceira opção. Apesar disso, o parlamentarismo como foi adotado não agradou a vários parlamentares que se declaravam favoráveis a este sistema. Alguns dos que mais desejavam a implantação do sistema de gabinete não concordaram com sua adoção para a solução da crise da renúncia, pois perceberam logo que esta medida circunstancial poderia descaracterizar o sistema que defendiam¹. O resultado que se percebeu já naquela época é que muitos votaram pelo parlamentarismo, mas não o desejavam de fato. E isto também fica claro quando observamos os discursos no Parlamento.

A posição das lideranças políticas nesta crise também nos pôs a pensar bastante, sobretudo, com relação aos grandes partidos, a posição dos líderes do PSD. Já era de se esperar que o PTB fosse contrário ao sistema que visava tirar poderes de seu líder que assumia a presidência. Também já era bastante esperada a posição da UDN de, mesmo agindo com cautela, desejar ver afastado das decisões seu adversário, herdeiro político de Getúlio Vargas. Poder-se-ia imaginar que o PSD, maior partido de então, desejasse e se esforçasse para recuperar o poder perdido com a eleição de Jânio Quadros, o que de fato fez. Mas o caminho tomado poderia ser mais simples. Um *impeachment* de Goulart àquela altura causaria a convocação de novas eleições e era muito possível ao PSD, com seus quadros experientes na política, vencê-la. Ao desejar a solução parlamentarista, as lideranças do partido pretendiam afirmar-se como o partido do equilíbrio, do centro político². Vimos que isto foi fundamental para a solução.

O último aspecto, não menos importante é claro, diz respeito à participação popular. As manifestações em várias partes do Brasil defendiam a legalidade e a posse de Goulart e havia uma disposição em acirrar a luta por isso. Não havia, no entanto, na sociedade da época um clamor pela implantação do parlamentarismo. Pelo contrário, o regime não tinha apoio popular. A maioria da população desconhecia esta possibilidade, que foi levantada dentro dos gabinetes da quase deserta Brasília. Dada a urgência com que foi adotado, tampouco houve espaço para debates e esclarecimentos. Para os que se manifestaram pela posse de Goulart, a adoção do parlamentarismo passou como uma traição³, uma prova de que a opinião pública era ignorada nos momentos de decisão.

¹ Diversos deputados manifestaram esta posição em discurso. Destacamos Almino Afonso (PTB-AM), Waldyr Simões (PTB-GB), Barbosa Lima Sobrinho (PSB-PE), entre outros. Estes discursos foram citados no capítulo III deste trabalho.

² Lucia Hippólito. Op. cit.

³ Jorge Ferreira. *O imaginário trabalhista*. Op. cit.

Esta visão foi importante em 1964, quando não houve protestos em defesa da legalidade.

Por tudo isso, este trabalho se reveste, para nós, de grande importância. Pretendemos trazer ao centro das decisões alguns dos personagens que de fato decidiram este episódio: os membros do Congresso Nacional. Esperamos lhes seja dada a dimensão que tiveram ao tomarem posição na crise.

Bibliografia

- ABREU, Marcelo Paiva (org.). *A ordem do progresso: Cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Ed Campus. 1990.
- AFFONSO, Almino. *Raízes do Golpe: 1961-1963*. São Paulo: Marco Zero. 1988.
- BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil. 1961-1964*. 7ª ed. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan, Brasília: EdUnB. 2001.
- _____. *O 24 de agosto de Jânio Quadros*. Rio de Janeiro: Ed. Melso.
- BARBOSA, Vivaldo. *A rebelião da legalidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- BENEVIDES, Maria Victória M. *A UDN e o udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. São Paulo: Paz e Terra. 1981.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. 3 ed. São Paulo: UNESP, 2011.
- BORGES, Vavy Pacheco. “História e política: laços permanentes” in *Revista Brasileira de História*, n. 23/24. São Paulo: Marco Zero/ANPUH. 1991.
- CARLONI, Karla. *Forças Armadas e democracia no Brasil: o 11 de Novembro de 1955*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a república que não foi*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. *Cidadania no Brasil: O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2004.
- CASTELLO BRANCO, Carlos. *A renúncia de Jânio Quadros*. Rio de Janeiro: Revan. 1996.
- D’ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: O PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1996.

- DANTAS, San Tiago. *Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1962.
- DELGADO, Lucila de Almeida Neves. *PTB. Do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero. 1989.
- _____. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil. 1961-1964*. Petrópolis: Vozes. 1986.
- FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp. 2006.
- FELIZARDO, Joaquim. 1988. *A legalidade: O último levante gaúcho*. Porto Alegre: UFRGS. 1988.
- FERREIRA, Jorge (org.) 2001. *O populismo e sua história: Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O Brasil Republicano vol. 3 – o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.
- FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. 1964. *O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil: Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*, volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007.
- FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular. 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005
- _____. *João Goulart: Uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. “A nova ‘velha história’: o retorno da história política.” In *Estudos Históricos*, n. 10. Rio de Janeiro: Ed FGV. 1992.
- FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *João Goulart, entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra.
- GOMES, Ângela de Castro. “Política: história, ciência, cultura, etc.” in *Estudos Históricos*, n. 17. Rio de Janeiro: Ed FGV. 1996.
- GOMES, Ângela de Castro (org.). *Olhando para dentro, 1930-1964*. Rio de Janeiro. FGV, 2013.
- GUSTIN, Fádua M S. *Parlamentarismo e superação de dissensos: A experiência do Governo João Goulart*. 1996. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Lucília de Almeida Neves Delgado.
- HIPÓLITO, Lúcia. *PSD: de raposas e reformistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1985.
- JUREMA, Abelardo. *Juscelino & Jango: PSD & PTB*. Rio de Janeiro: Artenova, 1979.
- LABAKI, Amir. *1961: A crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense. 1986.
- LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas: O processo partidário-eleitoral brasileiro. 1945.1964*. 2.ed. rev. Rio de Janeiro: IUPERJ/Revan, 1999.
- LIMA, Hermes. *Travessia: memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio. 1974.
- LOPES, José Machado. *O III Exército na crise da renúncia de Jânio Quadros: Um depoimento*. Rio de Janeiro: Alhambra, 1979.
- MARKUN, Paulo e HAMILTON, Duda. *1961: O Brasil entre a ditadura e a guerra civil*. São Paulo: Benvirá. 2011.
- MONIZ, Heitor. *João Goulart e a crise institucional 1961-1964*. Rio de Janeiro: Nova Época. 1983.
- MOURA ANDRADE, Auro. *Um Congresso contra o arbítrio: Diários e memórias*. Edição póstuma. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- PINHEIRO, Luiz Adolfo. *A república dos golpes: de Jânio a Sarney*. São Paulo: Best Seller. 1993.
- PINHEIRO NETO, João. *Jango; um depoimento pessoal*. Rio de Janeiro: Record. 1993.

- REMÓND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2003.
- ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.
- SILVA, Hélio. *1964: Golpe ou contragolpe?* 4ed. Porto Alegre: LPM. 2014.
- SILVEIRA, Norberto da. *Reportagem da legalidade: 1961-1991*. Porto Alegre: NS Assessoria em Comunicação, 1991.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castello*. Rio de Janeiro: Saga. 1969.
- SOIHET, Raquel, ALMEIDA, Maria Regina Celestino de, AZEVEDO, Cecília e GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa Ômega. 1983.
- TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento: os segredos dos porões da ditadura*. 5 ed. rev. amp. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- VICTOR, Mário. *5 anos que abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1965.